

**VERDADE
E
LIBERDADE**

**O (SUB) MUNDO
DE
JOÃO ANTONIO**

CRÍTICA

Ano 2/Nº 58

15/21 de setembro de 1975

Cr\$ 4,00

FUNDO CEMAP
FA 12/290

CEMAP - BIBLIOTECA
CLASS. depósito F. Abramo

**SÓ
OS MORTOS
NÃO SE MEXEM**

**SARRACENI
RESPONDE A
GLAUBER**

**SALÁRIOS
PATERNALISMO NÃO É SOLUÇÃO**



CARTAS

Livros menos caros

Senhor editor,

Sou leitor semanal de Crítica, e dos pioneiros, pois compro o jornal semanalmente (e atualmente comprar um semanário toda semana não chega a ser exatamente um pleonasmo...) desde agosto do ano passado. Quer dizer que comemoro com vocês o primeiro aniversário.

A razão de escrever esta carta é com referência às justas, sensatas e bem emitidas críticas do senhor Remaldo Bairão. Não é nem mesmo uma dúvida ou um adendo a tudo o que o referido jornalista escreve. No fundo é uma lamentação: pena que não possa comprar todos os livros que ele aborda. É um absurdo os preços de livros no Brasil: uma edição recente não custa menos de 40,00 cruzeiros.

Seria muito bom que os editores fizessem uma espécie de "edição popular", assim como os teatros fazem as "temporadas populares". Eles poderiam publicar os livros com capa simples, papel de qualidade inferior ou qualquer outra medida que possibilitasse aos assalariados que não querem se entregar apenas à televisão, a possibilidade de ler os bons livros.

Fica aqui, menos a sugestão, e mais a lamentação do leitor de sempre.

Walcyr Pimentel
Belo Horizonte-MG

Oposição na legalidade

Senhor diretor,

Pai de dois filhos, brasileiro pertencente a essa tão falada, sofrida e pseudamente defendida classe média, procuro encontrar na imprensa um "algo mais" que a simples informação. Na verdade, jornais e revistas - a imprensa em "latus sensus", têm para mim, e acredito que para outros pais na mesma situação, uma função outra: a de auxiliar na cada vez mais penosa tarefa de educar nossos filhos.

Quando conheci esse jornal, em outubro passado, sua equipe estava empenhada na importantíssima tarefa de defender uma causa política. Isto foi importante para mim: vocês não estavam fazendo uma simples campanha eleitoral em favor do deputado fulano ou do senador sicrano. Mais que isto, vocês - poderíamos dizer nós todos que temos um pouco de sensibilidade

política, estavam empenhados em alertar o país para não cometer o suicídio cívico pregado por muitos. A campanha desse jornal - "não vote em branco", foi um valioso serviço prestado não apenas ao partido oposicionista, mas a toda a nação. Esta nação ainda hoje dividida entre os "menos iguais e os mais iguais" deve muito a Crítica. Eu como pai tive nesse jornal um poderoso aliado não apenas no pleito de novembro último. Lendo semanalmente o jornal, um de meus filhos chegou por si próprio, à conclusão de que não deveria anular seu primeiro voto, ou seja, não deveria abrir mão do principal direito e dever de um cidadão.

Agora que o jornal completou seu primeiro aniversário, venho escrever a essa equipe. Que vocês continuem levantando e debatendo os problemas nacionais, participando da vida política nacional e principalmente orientando os jovens para o dever que têm com este país. O exemplo de vocês, fazendo uma imprensa de oposição dentro da legalidade, vem impedindo que muitos sejam seduzidos pelo canto da sereia da ilegalidade. Não é apenas para impedir que este país venha a encontrar a solução pacífica para seu impasse, que peço a vocês que continuem, mas principalmente para que todos tenham uma esperança. Aquela velha esperança que deve nos manter vivos. A todos nós. Anônimos heróis do cotidiano brasileiro.

Atenciosamente,

LUIZ SÉRGIO PIRILO SOARES

- Rio -

TRIBUNA LIVRE

O BRASIL E O FUTURO

MANOEL LOPES

Sob todos os aspectos foi estimulante e alentador assistir, na noite de 20 de agosto último, à conferência proferida pelo jovem deputado Fernando Lyra. O destemido e inteligente representante de Pernambuco, na Câmara Baixa do País, deu início às atividades do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES-RJ), órgão de assessoramento da juventude do Movimento Democrático Brasileiro no Rio de Janeiro.

É inegável a importância da abordagem acerca do tema desenvolvido pelo brilhante e corajoso conferencista - o papel da oposição no Brasil de hoje. O debate travado despertou vivo interesse em todos os presentes à assembleia político-cultural, sobretudo pela relevância e objetividade das questões levantadas a respeito do tão palpitante problema da atualidade brasileira.

Ao participar das indagações suscitadas, percebi que os objetivos projetados pelos institutos do gênero são, na verdade, merecedores da melhor atenção da juventude, posto que eles se propõem a prestar marcantes serviços ao Brasil e ao seu povo com a implementação dos trabalhos e análises dos problemas do mais alto interesse nacional em suas múltiplas e variadas nuances. Assim, colaborar-se-á de forma

positiva com a magna e patriótica meta do momento, isto é, educar-se e politizar o povo brasileiro. Dentro desse quadro, eleger-se-ão e ou reafirmar-se-ão as etapas prioritárias a serem atingidas sob a égide de uma política eminentemente de prestígio à nossa soberania nacional, com respeito à dignidade humana e valorização de todos os segmentos da população do país.

O parlamentar pernambucano focalizou também, com rara felicidade, merecimento de sua proficiência política, o agravamento da vida do homem do Norte e Nordeste. As agruras por que passam os habitantes daquelas regiões, disse ele, exigem profundas modificações na política para elas no momento adotada. Ressalte-se aí, portanto, mais uma justificativa da premente necessidade de conscientizarem-se os brasileiros de todos os quadrantes.

Por tudo isso é digno dos maiores louvores o apoio que o MDB está dando à juventude que deseja, na hora presente, com sacrifício, honestidade, inteligência e sobretudo patriotismo, participar ativamente do processo político que se desenvolve, em benefício da grandeza do Brasil. Ao final, é de recordar-se: é tempo de, com celeridade, racionalidade e humanismo, construir-se o futuro.



hotel Lorena

- 50 APARTAMENTOS
- AR CONDICIONADO
- TELEFONES EM TODOS OS APARTAMENTOS
- PISCINA
- TV OPCIONAL
- COFFEE SHOP
- RESTAURANTE
- ESTACIONAMENTO PRIVATIVO

Jardim Itacema - Lote 27 - Piatã
(Junto à Churrascaria Alex)

Reservas: Telefone 8-9139
Salvador - Bahia - Brasil



Econtrading exporta para o Oriente Médio.

A Econtrading embarcou recentemente pelo "Hydra", do Lloyd Brasileiro, um carregamento de 600 jogos completos de louça sanitária Ideal - Standard.

A carga, pesando 60 toneladas, com 247 metros cúbicos, foi transportada em 12 ca-

minhões.

Esta é a primeira grande exportação negociada pela Econtrading S. A. - Comércio Exterior, uma empresa do Grupo Econômico. A foto registra o momento em que os caminhões deixavam Jundiaí, em direção ao Porto de Santos.

CRÍTICA

DIRETOR

GERARDO MELLO MOURÃO

DIRETOR SUPERINTENDENTE

Erivan Franco

CHEFE DE REDAÇÃO

I. L. de Alencar

ADMINISTRAÇÃO

Gerente Administrativo

T. C. Santos

PAGINAÇÃO

Mário José da Silva

CAPA: Wagner

PUBLICIDADE

Av. Rio Branco, 156 - 12º and
sala 1222, tel. 242.7395

ASSINATURAS

- Brasil um ano Cr\$ 200,00

6 meses Cr\$ 100,00

- Exterior um ano US\$ 50,00

6 meses US\$ 30,00

• Artigos assinados são da responsabilidade de seus autores.

• A redação não se responsabiliza por manuscritos que lhe sejam enviados.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Arco Editor e Gráfico S. A.

Rua Equador, 702, Rio (RJ)

Telefone: 223-1715

DISTRIBUIÇÃO

Abril S/A - Cultural e Industrial

Rua Emílio Goeldi, 545/747

São Paulo - SP

CRÍTICA

É propriedade da Editora Crítica Ltda

Av. Rio Branco, 156, 12º andar,

sala 1222, telefone 242-7395

SÓ OS MORTOS NÃO SE MEXEM

PODE parecer um paradoxo, mas estamos entre os que saúdam como um acontecimento fecundo o intenso debate que se trava entre as lideranças do Movimento Democrático Brasileiro em torno do controle dos comandos partidários. Só os mortos não se mexem – como na velha observação de Shakespeare. Se o MDB está bulindo, está fervendo, é porque está vivo. Dividido em função de opções de comando, de táticas, ou mesmo de matizes ideológicos, o grêmio oposicionista não perdeu nem perderá sua característica de mutirão dos esforços democráticos pela restauração da normalidade institucional.

A batalha pelos comandos partidários, em todos os países, é tanto mais acesa quanto mais efetivo o dinamismo democrático dos partidos. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, a disputa interna entre trabalhistas ou conservadores, entre republicanos ou democráticos, assume sempre proporções tão violentas, que chega às retaliações pessoais. Na disputa pela candidatura presidencial entre democratas, o mínimo que Johnson disse de Kennedy é que era um patife e um subversivo, e o mínimo que Kennedy disse de Johnson é que era um gangster e um velhaco. Assentada a poeira da refrega, Kennedy votou em Johnson e Johnson votou em Kennedy, fiéis à maioria do eleitorado, isto é, do povo, que é o único árbitro legítimo das pendências políticas.

NO MDB ainda não se chegou a tanto, apesar das dificuldades para o desejado consenso na eleição do diretório e da executiva. Essas dificuldades, de resto, não existem apenas no partido da oposição, mas também na Arena, onde o senador Alexandre Costa, uma das melhores figuras do partido, teve de ir à tribuna do Senado para protestar contra os critérios seletivos que determinaram a renúncia de um dos mais categorizados líderes da situação, o senador José Sarney. O ex-governador do Maranhão se sentiu defenestrado pela presença do senador Vitorino Freire, enquanto episódios semelhantes ocorreram com vários outros líderes arenistas, como o deputado Joaquim Coutinho, sem falar nos omitidos pela nominata governista, como é o caso do sr. Etelvino Lins, um dos mais representativos homens públicos do país.

É certo que a luta da Arena não alcança as mesmas repercussões da contenda do MDB, já porque o partido situacionista não tem o mesmo teor democrático da oposição, já porque em seu reduto os figurantes se habituaram à postura submissa, cabisbaixa e obediente diante de um poder maior.

É possível que tenha havido momentos menores no enterevo oposicionista. Um deles, sem dúvida, foi a ilegítima reação de uma prudência exagerada – degenerada em medo – diante da honrosa escolha de um homem público exemplar como é o deputado Francisco Pinto para a executiva nacional da agremiação. O certo,

porém, é que os testemunhos de grandeza das correntes discrepantes foram sempre maiores, até pelo acirramento das posições, que refletem o interesse supremo pelos destinos do partido.

Entre esses testemunhos de grandeza, dois episódios merecem destaque especial. O primeiro deles diz respeito à posição tomada pelo MDB do Rio Grande do Sul, onde a límpida liderança do presidente Pedro Simon se recorta como um perfil de esperança para o futuro político do país. O Rio Grande do Sul, talvez a mais poderosa locomotiva que puxa o carro do MDB nacional, tinha o direito de reivindicar uma posição eminente no comando do partido. Ao verificar esse direito, porém, verificou que ele esbarrava com uma peça importante para a composição do bloco dirigente, que era a presença do lúcido e dedicado deputado Thales Ramalho na secretaria geral, e não hesitou em sacrificar uma aspiração legítima em favor da eficiência da máquina partidária.

Outro episódio de grandeza foi a decisão dos autênticos, no sentido de abrirem mão de qualquer indicação para cargos da executiva, numa demonstração de que seus objetivos não eram a conquista de cargos, mas o aparelhamento do partido para as gigantes tarefas em que se empenha.

NA VERDADE, a solidez de uma estrutura partidária é sempre resultado de disputas internas veementes. A própria história do MDB está feita sobre o exemplo dessas disputas. A grande vitória eleitoral de 15 de novembro não teria ocorrido se não tivesse sido precedida pelos agudos debates entre autênticos e moderados, que condicionaram a linha da campanha de 75 e definiram as competências do comando partidário, do qual emergiu, na firmeza e na serenidade de seu corte de estadista, a figura por ora insubstituível do presidente Ulisses Guimarães.

É certo que houve momentos em que o nó das divergências internas parecia impossível de ser desatado. A situação se agravou até pela ausência de alguns dos mais hábeis negociadores das duas correntes, como os deputados Paes de Andrade, Marcondes Gadelha e Fernando Lira, dos autênticos, e do senador Mauro Benevides, dos moderados, que se encontravam no exterior, em missão do Congresso, representando o Brasil na interparlamentar de Londres. Mas os que ficaram, como Alencar Furtado, José Costa, Jarbas Vasconcelos, Lysâneas Maciel, Marcos Freire e Chico Pinto, de um lado, e Thales, Ulisses, Montoro, Saturnino, de outro, souberam encontrar a solução alta e boa. Graças a esses e outros de seus legítimos líderes, o MDB marcha de cabeça erguida para a Convenção Nacional, da qual sairá para novas vitórias em 76 e 78. Quem viver, verá.



A VITALIDADE DA OPOSIÇÃO

A perplexidade, em certos setores, sobre divergências e debates nos dois partidos políticos é desarrazoada, não só diante da própria constituição das duas agremiações, como do sistema vigente que consagra o bipartidarismo, criando obstáculos por dizer intrinsecamente à criação de outros partidos. Arena e MDB aglutinam tendências e correntes e são caracteristicamente frentes políticas democráticas do que propriamente partidos à feição tradicional.

Criados de cima para baixo, a fim de corresponder aos objetivos do regime então estruturado, receberam nas suas fileiras lideranças advindas dos partidos antes extintos e, com o correr do tempo, outras novas receptíveis a realidades emergentes. São, desse modo, frentes democráticas que sobrevivem através de denominadores comuns e que divergem e debatem teses e princípios que identificam as correntes nelas existentes.

Não há, assim, razão de ser dessa perplexidade nem tampouco motivo para que se combata e se agrida a classe política. No debate encontra ela o clima propício à vivência democrática, pois que fora disso é consagrado o partido único, de um pensamento só, de estrutura rígida, que condena a divergência e o debate.

Estabelecidas essas premissas, claro é que tais problemas na Arena têm conotação diversa de como ocorrem no MDB, dadas as condições que lhes são específicas, ressaltando-se a sua estrutura peculiar de agremiação governamental. A acomodação natural, que é uma constante na Arena, não lhe permite o debate mais vigoroso, a divergência mais marcante, pois que envolve densas responsabilidades, ressaltando-se, no particular, a defesa das posições do governo ao combate e à crítica da oposição.

A escolha das lideranças na condução da Arena tem a identificação com o interesse governamental no realce dos seus projetos administrativo e político, como que o elo basilar que reflete o denominador comum arenista.

Mesmo assim, entretanto, as divergências no partido do governo ganham a dimensão tímida de quem se encontra no poder. A posição do senador José Sarney, que estava na lista como em condições de presidir o seu partido e cuja atuação política lhe deu, na sua área, respeitada liderança, não aceitou conviver na direção nacional da Arena com representantes de ultrapassados processos políticos, que ele sempre combateu com os seus liderados. Ao seu lado, numa demonstração que Sarney não assumia uma posição individualista, o senador Alexandre Costa que, da tribuna do Congresso, mostrou a incompatibilidade da convivência.

A manifestação do deputado Joaquim Coutinho, de Pernambuco, revelando-se independente, sem ferir a fidelidade partidária, é outro exemplo a demonstrar as divergências que são naturais em organismos democráticos.

A carta do senador Luiz Viana Filho, documento de análise do posicionamento arenista, aí está como que prova eloquente do debate que se faz muro adentro da Arena. As inclusões e as exclusões no diretório nacional, levando-se em conta a divulgação de critérios que seriam adotados, no próprio dizer do futuro presidente Francelino Pereira, mostram as divergências vividas nos bastidores, que as características arenistas sufocam com relativa facilidade.

Aí se encontra, pois, a Arena, também como uma frente a aglutinar lideranças em torno de um objetivo comum, divergentes entretanto em várias correntes

quanto aos processos de luta, a estratégia a empregar, a tática a esposar, de que também é exemplo, a todos os títulos valioso, o senador Teotônio Vilela.

É um quadro à vista de todos e que lhe empresta o sentido de um processo político em desenvolvimento.

MDB em debate

Já no MDB o debate assume proporções diversas, pois sendo, como é, a frente política da oposição e sem ter nada a oferecer às suas lideranças senão a jornada íngreme dos que vivem na planície, as suas divergências ganham características mais nítidas, mais vigorosas. Recebendo em seu seio a oposição legal, que acredita no processo democrático e a ele se entrega numa vivência plena de contratempos, luta internamente com o mesmo vigor que a fez majoritária em novembro. E é dessa luta que a democracia recebe a seiva que a vivifica, desse combate que a nação identifica uma oposição aguerrida que luta contra o caos e a desordem e esposa teses e princípios que configuram o seu projeto político e social para esta nação.

A divergência interna no partido, a luta das suas correntes e o confronto das suas lideranças, é característica democrática a qual não se pode desmerecer sob pena de pretender-se o partido único, que é a sua negação.

A batalha travada no MDB, entre as correntes que formam a sua frente política, faz parte do jogo democrático e responde ao resguardo do patrimônio eleitoral que lhe foi delegado pelas urnas.

Será ingenuidade ou malícia identificar na luta emedebista despreparo para as responsabilidades que lhe pesam aos ombros. Bem ao contrário: essa luta é a consciência dessa responsabilidade, dos encargos que lhe foram atribuídos e que são indelegáveis. Vive, então, o MDB, no plano das suas peculiaridades, a batalha que lhe é própria, pois identificada com a temática que é o denominador comum que une as suas lideranças. E nessa vivência, no fragor dessa batalha, presta mais um serviço ao país e as suas instituições, debatendo de portas abertas os problemas que lhes são pertinentes, para que sinta o país que nada tem a oposição a esconder dos que acompanham as suas bandeiras no pleito de novembro.

Democracia é isso. Análise, exame, debate, na perseguição do diálogo que revigora a convivência dos contrários. Fora daí é pretender-se abjurar as regras democráticas, despojando o povo do seu direito inalienável de avaliar o comportamento das lideranças políticas.

Ganha, por isso, o processo político em desenvolvimento, com o entrecchoque das correntes que configuram as duas frentes políticas que se acomodam no bipartidarismo, respondendo de modo satisfatório as normas legais que lhes disciplinam a existência. Se, da parte da Arena, as divergências se revestem de matizes tímidos, por óbvios motivos, já no MDB ganham maior dimensão de acordo com as suas características oposicionistas.

Processo político

O que se torna realmente estranho, diante desse panorama, é que alguns setores procurem desmoralizar a classe política condenando o debate. Não compreendem que essa divergência é própria das democracias, rejuvenescendo-as, vitalizando-as, oferecendo-lhes, assim, respaldo necessário à sua sobrevivência.

A condenação do exame e do debate é, implicitamente, a marginalização do processo democrático, o que conflita com a vocação política da nacionalidade. E, de outro lado, é lenha à fogueira de uma radicalização incompatível com a vivência democrática.

O debate ensejado nas duas frentes políticas — a Arena e o MDB — revelou a tentativa da radicalização antidemocrática de desprestigiar a classe política e as suas lideranças, o que representa um desserviço ao país, às instituições, à legalidade.

Não é o debate democrático que forja a intranquilidade, mas proporciona o esclarecimento, que busca o diálogo. O confronto das lideranças nos limites partidários demonstra o necessário preparo político para tomada de posições que é própria dos regimes democráticos.

A luta aberta no MDB, vigorosa, como do seu feitio, e os entreveros arenistas, embora tímidos, são peculiares ao processo político em desenvolvimento e benéficos ao país, que identifica na ação dos partidos a dinâmica das lideranças.

Necessário é reconhecer que há lideranças novas surgidas das urnas de novembro, frutos da realidade que as fez emergir. É o país que se renova, na caminhada para dias mais tranqüilos, para um futuro menos áspero.

O radicalismo antidemocrático perdeu essa batalha. O país tem o necessário amadurecimento político para reconhecer que o processo político em desenvolvimento ganhou vitalidade com a luta do MDB mostrando que democracia se faz às claras, de portas abertas.

As lideranças oposicionistas ofereceram ao país um exemplo de vitalidade que há de marcar o posicionamento partidário, quando se prepara o MDB para a nova e grande jornada — a do pleito municipal.

HUMBERTO ALENCAR

RIO COR - TEL: (021) 227-0020

PRONTO SOCORRO CARDIOLÓGICO

Centro de Tratamento Intensivo — Grupos especializados e o melhor equipamento

Resp. Dr. Mário Anache (5.278) — Dr. Raymundo Dias Carneiro (4.584)

Rua Farne de Amoedo, 86, Ipanema — Rio de Janeiro

CRÍTICA 15 a 21/9/1975

Impedimento eleitoral e seu prazo

O deputado Humberto Lucena, MDB-PB, apresentou projeto de lei que visa a acrescentar ao art. 1º da lei complementar n.º 5, de 29/4/70 (Lei das Inelegibilidades) um parágrafo único do seguinte teor: "As inelegibilidades, previstas na alínea b, do item I, deste artigo, exauram-se com o término dos prazos ou a cessação dos efeitos das sanções ali mencionadas. Argumenta o representante emedebista que o projeto objetiva a escolher a lei principal de um dispositivo "cuja vigência vem proibindo aos que tiveram encerrado o prazo de punição política, desde 1964, mesmo que não estejam sendo processados, ser candidatos a cargos eletivos".

Justifica que "não há como se compatibilizar essa norma legal com a Emenda Constitucional n.º 1, outorgada pelos próprios Ministros Militares, em 1969. É que é profundamente injurídico e injusto que aqueles cuja pena já foi cumprida, sem mais nada deverem ao Estado, fiquem privados de exercer a plenitude de sua cidadania brasileira.

"Acreditamos - conclui - que medidas como esta, se merecerem aprovação, poderão contribuir para uma gradual liberalização do nosso processo político, sem o risco de maiores abalos na estrutura de nossas combalidas instituições democráticas, cujo aperfeiçoamento interessa a todos os que desejam a conciliação da família brasileira, num clima de ordem e de respeito aos direitos individuais e sociais".

Proteção ao consumidor

"Ainda está longe o tempo em que o consumidor brasileiro há de merecer a proteção do Estado contra a má qualidade dos produtos industrializados e vendidos no País, cada dia mais caros, embora piores na matéria-prima aplicada e no acabamento ministrado".

A afirmação é do parlamentar Francisco Libardoni, MDB-SC, na tribuna da Câmara, em pronunciamento sobre o mercado brasileiro e o direito dos consumidores. Afirmando que a diminuição do custo da fabricação pelo uso do material inferior não é levado em conta quando da majoração do preço, pois que um automóvel fabricado em 70 é de melhor qualidade que é o de 75, este mais frágil, com um menor número de peças e acessórios plásticos em substituição aos anteriormente usados, que as lâmpadas elétricas são cada vez menos duráveis, como é do conhecimento do governo, que no cálculo do problema é o mesmo, pela substituição do couro por plástico que o imita, afirma que o consumidor ainda é vítima da propaganda inverídica de produtos inexistentes nos estoques e de alimentos deteriorados. "Ao consumidor brasileiro - adianta - é dado apenas o dever de pagar sem atrasos, acumulando juros somados ao preço total da mercadoria, inclusive o valor da importância paga como entrada, no sistema de crédito".

"É, pois, - continua - justo procurar saber a quem reclamar, no Brasil, quando as compras não são entregues; quando as mercadorias estufadas não são trocadas; quando um aparelho eletrodoméstico ou mesmo um automóvel não recebe as garantias prometidas pelos seus vendedores; quando as fórmulas mágicas anunciadas não recompõem as energias ou os cabelos perdidos com o tempo e nem tornam as camisas, a roupa de cama ou os dentes mais brancos. E logo concluiremos que, no Brasil, estas reclamações não podem ser feitas; não há quem as receba. São vítimas deste descaso do governo cerca de 45 milhões de consumidores, que gastam no Brasil mais de 85% da sua renda. O

Japão consome, atualmente, 65% de sua renda. Estes consumidores já significam um mercado numericamente bem superi-

or por exemplo ao de diversos países europeus, ao do Canadá ou o da Austrália".

Termina por pleitear uma estrutura jurídica, de rito sumariíssimo, que abrigue as reclamações do consumidor.

Custo de vida e inflação

"Contrariando as previsões oficiais, a balança comercial brasileira apresentou, nos 7 primeiros meses do ano, um déficit acumulado superior a 2 bilhões de dólares", afirmou na Câmara o deputado Amaury Muller, representante do MDB-RS. E desenvolvendo a afirmativa, entende que se não ocorrer uma rápida recuperação de preços e do volume de vendas dos principais produtos de exportação, como açúcar, café e soja, esse déficit poderá alcançar a cifra de 3,5 bilhões de dólares, com graves repercussões no conjunto da economia brasileira.

Aduz que a diminuição na venda do café, apesar da alta de preço no mercado interno, somada ao baixo preço do açúcar e a certeza de que a soja dificilmente alcançará a cotação projetada no início do ano, levem os técnicos governamentais a admitir que o volume das exportações não chegará este ano a 10 bilhões de dólares. De outro lado, às importações, apesar das restrições adotadas desde 74, deverão situar-se em torno de 13 bilhões de dólares. Considera improvável que a média mensal de importações, até dezembro, seja inferior a 1 bilhão de dólares, levando-se em conta a dependência da nossa economia a matérias-primas de importância vital para o crescimento econômico do País.



Amaury Muller: aumento salarial absorvido

Colocando o problema nesses termos, assevera que esse desnível vai afetar os programas oficiais e de que a dívida externa bruta tenderá a crescer, podendo até ultrapassar a casa dos 20 bilhões de dólares até dezembro e que as reservas cambiais, servindo de parâmetro para aferição da liquidez da nossa economia, tenha uma queda para nível inferior a 3,6 bilhões de dólares, uma vez que 40% do total atual serão utilizados para cobrir parte do déficit em conta-corrente, além do fato de que o país contrairá 4,5 bilhões de dólares em empréstimos em moeda com a mesma finalidade.

Já no plano interno afirma que o problema assume proporções mais sombrias, pois que a inflação não foi detida e o custo de vida continua a apresentar elevações, diminuindo o poder aquisitivo da população. Utilizando dados da Fundação Getúlio Vargas que, segundo ele, teima em nivelar a flutuação dos preços ao consumidor do Rio, o custo de vida totaliza nos 7 primeiros meses do ano um aumento acumulado de 16,4%, pois só em julho o aumento atingiu 2,5%, mas esses dados não refletem a realidade nacional, pois em Porto Alegre e o custo de vida sofreu uma variação, no mesmo período, de 18,44%. "Se as pressões inflacionárias - argumenta - persistirem e mesmo registrarem uma

elevação inevitável, dificilmente a meta de 24% será atingida."

Confirmando-se a previsão, conclui o parlamentar opositorista. "o reajustamento salarial, concedido em maio último e saudado como a redenção da classe trabalhadora, será inteiramente absorvido pela espiral inflacionária, agravando sensivelmente a situação, já calamitosa, de milhões de brasileiros".

Discriminação salarial dos bancários

A discriminação salarial de que os bancários são vítimas foi tema de um pronunciamento, na Câmara, de Leonidas Sampaio, da bancada do MDB-RJ, focalizando, principalmente, os estabelecimentos oficiais de crédito que, afirmou, os níveis de vencimentos pagos são mais diversos possíveis. Realçou que as empresas públicas e privadas na área, obtêm lucro igual nas mais diversas operações semelhantes, custeando suas despesas no mesmo nível de dispêndios, observadas as proporções dos complexos que representam. "Os maiores - ganham, gastam e lucram mais.

Por outro lado, os menores sofrem os reflexos de sua expressão. Mas proporcionalmente, os resultados obtidos se equivalem e muitas vezes se diluem no supérfluo e no aparato criado com a finalidade de bem impressionar ao público".

Argumenta, a seguir, que as considerações são válidas se observados os salários pagos aos bancários vinculados aos bancos oficiais, tomando como ponto de referência o Banco do Brasil. "Creio ser uma injustiça - afirma - digna de reparos por parte das autoridades deste País estarem os bancários empregados da Caixa Econômica Federal, dos bancos regionais de desenvolvimento, dos estaduais e outros semelhantes percebendo salários em níveis bem inferiores aos pagos pelo Banco do Brasil aos seus empregados".

Assevera que não se opõe aos padrões salariais pagos pelo Banco do Brasil, julgando-os justos e medidos, que, porém, não somente a esses funcionários se deve dispensar tal tratamento. "A política justa - adianta - e necessária será aplicada quando todos os funcionários dos bancos oficiais, das áreas federal e estadual, estiverem com seus salários pagos ao mesmo nível dos auferidos pelos bancários do Banco do Brasil".

Argumenta que essa reivindicação está vinculada ao propósito de corrigir uma situação que não diz bem ao status social e econômico exigido dos bancários que trabalham para os estabelecimentos oficiais de crédito, "obrigados a sustentar uma aparência, sem a correspondente retribuição em dinheiro pelo trabalho que realizam e pelo comportamento e apresentação que deles se exige".

Castanha a preço vil no Acre

O problema da comercialização de castanha, com a queda assustadora dos preços, foi examinada na Câmara pelo deputado Nabor Júnior MDB-AC, apresentando cifras que, sobre revelaram a situação crítica do mercado, mostram a situação em que se encontram os produtores da Amazônia. Afirmando que particularmente no Acre o clima é de desalento, surpresa e desespero, diz que "a safra '73/74 atingiu boa cotação no mercado, oscilando entre 100 e 120 cruzeiros o hectolitro".

Animados com tais resultados, os produtores se redobram no esforço produtivo, empregando novos trabalhadores para atingir, no mínimo, o dobro da produção anterior, o que conseguiram com uma colheita excepcional, tanto na qualidade como na quantidade.

Que aconteceu, então? Os tradicionais compradores, sediados em Manaus e Belém, baixaram o preço para 50 e até 45 cruzeiros por hectolitro, menos da cotação da safra anterior. A Comissão de Financiamento da Produção do Ministério da Agricultura fixou o preço de 73 cruzeiros, mas os compradores não obedecem ao estabelecido pelo governo, mantendo os seus preços irrisórios. Produtores e parlamentares da região procuraram as autoridades responsáveis, cobrando uma solução que respeitasse, quando menos, o preço mínimo estabelecido pelo governo.

Foi, então, determinado ao Banco do Brasil que adquirisse o produto na praça de Rio Branco ao preço mínimo, fixando-se entretanto, um prazo de 8 dias para o encaminhamento da transação. E é a respeito desse prazo que o representante do MDB faz considerações: "É completamente impossível que o produtor de um município distante centenas de quilômetros de Capital possa reunir, embarcar para Rio Branco, toda sua produção de castanha

Nem todos tomaram conhecimento, em tempo hábil, da decisão governamental. Poucos, enfim, foram atingidos pela medida de emergência".

Assegurando que regiões mais distantes como Sena Madureira, Xapuri, Plácido de Castro e outras, além de distritos próximos a Rio Branco, ficaram fora dos contatos com o Banco do Brasil, assevera que este acabou comprando 3 mil hectolitros do produto, encerrando logo após a comercialização do produto, o que trouxe aflição aos produtores. Termina por apelar no sentido de que o Ministério da Agricultura volte a Rio Branco para concluir a aquisição da safra pelo preço mínimo, socorrendo o setor que é de maior importância para a sobrevivência econômica e social do Estado.

Banco para trabalhadores

"Creio já ser tempo de se criar um Banco dos Trabalhadores", declarou, na Câmara, o deputado Antônio Belinati, MDB-PR. Argumentou que o objetivo principal da iniciativa seria o pagamento de um salário mínimo mensal durante o tempo de desemprego ou de uma quantia correspondente não só ao tempo de serviço do empregado como também ao que ele tivesse depositado mensalmente em sua conta nesse Banco, com uma ajuda substancial do governo para essa eventualidade e, ainda, o direito de usufruir, durante o desemprego, dos benefícios da Previdência Social sem solução de continuidade.

Argumentando que não temos uma legislação que ampare o trabalhador em período de desemprego, diz: "Dirá alguém que o FGTS atende a essa finalidade. É muito fácil, porém, mostrar que não. Em primeiro lugar o FGTS, que atenta contra a estabilidade do trabalhador e que foi criado para defender seus interesses, acabou por se transformar numa arma que os empresários estão usando contra o trabalhador, sempre indefeso. Tendo sido criado como opção legal que estaria à disposição do trabalhador, como alternativa para o regime de estabilidade, transformou-se entretanto, numa oportunidade para os empresários se livrarem dos trabalhadores estáveis ou em vias de se estabilizar".

Assevera que o FGTS se tornou um fator de desemprego e que não atende a essa emergência na proporção em que devia fazê-lo.

Concluindo, afirma que acredita que a criação de um Banco dos Trabalhadores Brasileiros, com as características delineadas, atenderia mais e melhor aos assalariados, sem que se abolisse o FGTS, "embora todos saibamos que ele precisa ser revisto e colocado em seus devidos termos, para servir aos interesses dos trabalhadores, e não dos empresários, como está acontecendo agora".

DEPOIMENTO

ESTADO DE DIREITO

E SEUS

FUNDAMENTOS

Homenageando a fundação dos cursos jurídicos no Brasil, o deputado Adhemar Santillo, MDB-GO fez, na Câmara, um pronunciamento da mais alta significação, de estudo e análise da Declaração dos Direitos do Homem e seus fundamentos religiosos e políticos em face da realidade institucional brasileira. Trata-se, desse modo, de um autêntico documento, que a seguir transcrevemos.

Com o transcurso da data que assinala a fundação dos cursos jurídicos, no Brasil, entendi que nenhum outro tema seria tão cabível, para um discurso a ser proferido em tão expressiva efeméride, quanto aquele que se vincule à Declaração Universal dos Direitos do Homem, documento que honra a humanidade contemporânea e de que, embora signatário sem restrições, nosso País se acha tão afastado, na doutrina e na prática.

Meu primeiro e principal objetivo é o de analisar o contexto do acordo universal face ao pensamento da Igreja, seja no pensamento sublime da Bíblia, seja, ainda, nas exteriorizações daqueles que, por sua altitude, falam em nome dela.

Todavia, ainda que de passagem, não posso nem devo calar minhas apreensões, seja como deputado do povo, seja como representante da Oposição inserida ética e legalmente no corpo mesmo do sistema.

Quando afirmei que o Brasil está longe, na teoria e na prática, de compor-se com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, não quis dizer, evidentemente, que a Constituição, ou o pacto imposto que nos rege, com aquele nome, não tenha incluído em seu corpo o preceito máximo que assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade. Quis dizer, isso sim, que o texto, embora existente, está sotoposto às leis de exceção que o desfiguram ao ponto de anulá-lo.

Restauração da legalidade

É que, como a maioria do meu povo, guardo na memória, sem discrepâncias até mesmo das vírgulas, a mensagem corporificada no Manifesto que antecedeu o Movimento de Março de 1964, documento breve, enérgico e claro, subscrito pelos Generais Costa e Silva, Castelo Branco e Dácio Escobar e no qual, apelando-se - "sem distinção de postos ou graduações" - para a unidade das Forças Armadas, afirmava-se até enfaticamente, que a República, o Exército e a Aeronáutica "coesos e Marinha, restauraremos a legalidade, como é do nosso dever, assegurando a plena vigência do regime democrático".

Onze anos são passados, desde então! Nem a legalidade foi restaurada, nem a plena vigência do regime democrático foi conseguida! É o eminente Sr. Presidente da República, em seu último e polêmico discurso à Nação, quem o afirma, fixando, com meridiana clareza, que todos buscamos o "restabelecimento do Estado de Direito".

Só se busca aquilo que ainda não se possui ou que se perdeu! Logo, não há exagero na assertiva de que somos simplesmente teóricos e idealistas na obediência ao compactado universalmente na Declaração dos Direitos do Homem, sobretudo, quando, no mesmo discurso pre-citado, o Presidente Ernesto Geisel diz, com veemência até, que "o Governo não abrirá mão dos poderes excepcionais de que dispõe".

Onze anos decorridos de um regime decididamente forte e sem contrastes, e ainda o Governo não abrirá mão dos poderes excepcionais de que dispõe, muito embora o manifesto militar que deflagrou o movimento vitorioso tenha afirmado que "as Forças Armadas, como de seu dever, restaurariam a legalidade e assegurariam a plena vigência do regime democrático".

Mais do que nunca, pois, se torna mistério que se traga a esta Assembléia, que é o povo em ação, o exame do texto integral da Declaração Universal dos Direitos do Homem, firmada inclusive pelo Brasil, e aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas no dia 10 de dezembro de 1948, ou seja, passados já sobre aquela data vinte e sete anos.

Todavia - e feitos esses reparos indispensáveis - quanto desejo é mostrar ao País a similitude daquela Declaração, honra das gerações presentes, com o espírito divino contido na Bíblia e na palavra de seus grandes intérpretes na terra.

Não me sobeja o tempo tanto quanto baste para examinar, um a um, todos os 30 artigos do pacto universal. Assim, vencido pela barreira das horas, me fixarei nos pontos mais relevantes, de tal sorte que meu intento - o de convocar a atenção da Casa e do Povo - logre, ao menos, algum bom êxito.

Abre a Declaração dos Direitos do Homem este artigo exemplar: "Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade".

Ninguém ignora, por certo, que os Conventuais de Filadélfia, por exemplo, já o haviam dito. Todos reconhecemos que a Revolução Francesa seguiu o mesmo tom.

Mas o Livro dos Livros - A Bíblia - já o consignara: "Proclamareis liberdade na terra a todos os seus moradores - Lev. 25.10". E já alertara: "Homens, vós sois irmãos: por que vos ofendeis uns aos outros?" (At. 7,26).

E os doutores da Igreja, reunidos no Concílio Vaticano II, já o proclamaram na "gaudium et spes": "A igualdade fundamental entre todos os homens deve ser cada vez mais reconhecida... A igual dignidade pessoal postula que se chegue a condições de vida mais humanas e justas".

- E o que se contará no acordo mundial, de que o Brasil é um dos signatários, em seu artigo segundo?

Nada menos do que isso: "Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição".

Fixo-me no desejo de antes de explicitar aqueles direitos socorrer-me dos livros sagrados, e da opinião das Igrejas. Aqui cito a Bíblia: "Gál. 3.28 - Não pode haver judeu nem grego, nem escravo nem liberto, nem homem nem mulher, porque todos vós sois um só em Jesus Cristo". E cito o Concílio Vaticano e repito o Credo Social da Igreja Metodista, aquele dizendo: "Deve superar-se e eliminar-se, como contrária à vontade de Deus, qualquer forma social ou cultural de discriminação, quanto aos direitos fundamentais da pessoa humana, por motivo do sexo, raça, cor, condição social, língua ou religião. É realmente de lamentar que estes direitos fundamentais da pessoa ainda não sejam respeitados em toda a parte"; e o Credo Social da Igreja Metodista afirmando: "Deus criou os povos para constituírem uma família universal. A Igreja é chamada a conduzir todos a se receberem e a se afirmarem uns aos outros como pessoas em todas as suas relações".

Realidades brasileiras

O acordo universal e a voz da Igreja esbarram, aqui, nas realidades brasileiras, que a tudo contrariam.

Quando se dispôs que "todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal" não se pretendeu com isso nem a licenciosidade nem a irresponsabilidade. Nem uma nem outra, seja para o homem, seja para o Governo. Desgraçadamente, porém, o ajustado só vale para o Poder, nunca para o cidadão!

E isso, embora lá esteja no Grande Livro: "Não matarás!"; embora a Igreja Metodista lembre que os valores institucionais devem estar a serviço da dignidade humana; embora

Paulo VI, na sua justamente famosa encíclica *Populorum Progressio* tenha reiterado que "é preciso construir um mundo em que todos os homens possam viver uma vida plenamente humana, livre de servidões... Um mundo em que a liberdade não seja uma palavra vã".

Não resisto à tentação de reafirmar que tudo isso - e muito mais ainda - se contém no corpo da Constituição que sobre nós impera. Mas não resisto, igualmente, porque estou falando do dia em que se festeja o ensino do Direito, no nosso País, à lembrança de que, sobrepondo-se à lei constitucional, existem os poderes de exceção dos quais o Poder anuncia, uma vez mais ainda, que não abrirá mão!

Lá está no Deuteronômio: "A justiça seguirás, somente a justiça, para que vivas!"; lá está, na Declaração da IV Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas: "Todos os governos deveriam aceitar e aplicar os meios oferecidos pelas Nações Unidas... para a proteção dos direitos do homem e das liberdades fundamentais"; lá está, na Constituição Pastoral: "É infame tudo o que viola a integridade da pessoa humana... as tentativas para violentar as consciências".

Nem é por outras razões que a Declaração Universal dos Direitos do Homem diz, em seu art. 4º: "Todo homem tem direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa humana, pela lei"; nem é por outros motivos que o art. 8º, daquele Documento, impõe: "Todo homem tem direito a receber, dos tribunais nacionais competentes, remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei".

Já a Bíblia o consignara: "Quando se multiplicam as autoridades justas o povo se alegra". (Prov. 29.2); já o proclamara, com a justeza do seu imenso espírito, este iracundo Vigário de Cristo na Terra, que foi João XXIII: "Na moderna organização jurídica dos Estados... determinam-se as relações dos cidadãos com os poderes públicos e se estatui como primordial função dos que governam a de reconhecer os direitos e deveres dos cidadãos".

A justiça - mesmo aquela ditada pelo Estado para os mais altos, talvez mesmo para os mais nefandos crimes - há de proceder dos Tribunais nacionais; nunca do arbítrio de um só.

Eis porque é letra morta, em que pesem sua presença na Constituição que aí está, e o fato de sermos partidários da Declaração firmada sob a égide da O.N.U., quanto se contém no nosso direito público vigente. Quando, numa superposição que estrapola no tempo e no espaço, se dispõe que "os atos do Governo Federal, com base nos Atos Institucionais e nos Atos Complementares e seus efeitos, bem como todos os atos dos Ministros Militares e seus efeitos, quando no exercício temporário da Presidência da República, ficam excluídos de apreciação judicial", quando assim se procede, rasga-se, de um só golpe, tanto a assinatura do Brasil na ata que aprovou a Declaração Universal dos Direitos do Homem como o capítulo da Constituição outorgada que afirmou aqueles direitos.

Direitos e deveres do homem

- Pio XII, o grande Pontífice, falando aos mestres internacionais reunidos no VI Congresso Mundial de Direito Penal, foi soberbamente claro: "A ação punitiva se baseia em regras jurídicas firmes e claras e não no arbítrio e na paixão"; e a Bíblia, a grande fonte do conhecimento universal, já proclamara: "A justiça seguirás, somente a justiça". (Dt. 16.20).

Mas o mundo civilizado, em rutilante assembléia levada a efeito sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, entendeu, e entendeu

admiravelmente bem, que era preciso explicitar tudo. E fê-lo assim, consoante se lê no art. X da Declaração Universal dos Direitos do Homem:

"Todo homem tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele".

O legislador constituinte revolucionário, autor da Emenda Constitucional nº 1, não fez por menos, pois foi ele quem inseriu no contexto de nossa Lei Maior o parágrafo 15 do art. 153, assim redigido: "A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes. Não haverá foro privilegiado nem tribunal de exceção".

O fato real, tristemente positivo e rudemente verdadeiro, é que os que se assenhorearam do poder, com o objetivo declarado oficial e categoricamente, de "restaurar a legalidade" e de "assegurar a plena vigência do regime democrático", o fato é que, a exemplo da nobreza romana, dividiram o Brasil como os patrícios dividiam as vilas onde se acolhiem em casas de inverno e casas de verão, cada qual habitada segundo sobre o vento...

Os que lutam pelos ideais liberais - aqueles mesmos que tão bem e tão patrioticamente inspiraram as Forças Armadas na defesa de nossas tradições e de nosso patrimônio - não fazemos senão lutar pelos compromissos e pelos princípios que o Brasil assumiu, voluntariamente, com o mundo civilizado, mas como assumiu, ainda com o seu povo e a sua terra, pois outro não pode ser o sentido primeiro do texto constitucional, expurgando dos poderes suprahumanos que lhe atribuem disposições transitórias, de uma transitoriedade que se eterniza.

Quando batalhamos pelo reconhecimento da liberdade de opinião e de expressão, nada estamos inovando. No passo, estamos segundo diz a Constituição que aí está: acompanhamos a Declaração Universal dos Direitos; estamos acordes com a palavra divina; seguimos a lição dos que interpretam o pensamento das Igrejas.

Senão, vejamos. Diz o art. XIX do acordo Universal: "Todo homem tem direito à liberdade de opinião e de expressão". E manda o § 8º do art. 153 do Pacto Nacional: "É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura... (salvo os casos previstos, e quanto aos espetáculos públicos)".

- E a Bíblia? que diz?

Lá está em Isaias: "Vinde, pois, a arrazemos, diz o Senhor". E está, também, em Timóteo: "Prega a palavra, insista, quer seja oportuno ou não".

Afirma o Conselho Mundial das Igrejas: "Toda pessoa deve ter o direito de expressar suas convicções religiosas, éticas e políticas. Isto é especialmente importante para os que pertencem a grupos minoritários". E Paulo VI, ainda muito recentemente, na sua Carta Apostólica Octogésima Adveniens, sustenta: "Para contrabalançar uma tecnologia crescente, torna-se necessário criar formas de democracia modernas, que não somente proporcione a cada homem a possibilidade de se informar e de se exprimir, mas também que o leve a comprometer-se numa responsabilidade comum".

Ninguém, em sã consciência: como é o nosso caso pessoal e partidário - prega a licenciosidade ou se declara inimigo da ordem e do progresso. Somos solidários da liberdade e da progressividade, isso sim, mas garantidos os direitos fundamentais da pessoa humana.

Por isso mesmo, e segundo a palavra bíblica, temos consciência do valor do Verbo de Pedro, quando ensina: "Como livres q' sois não useis, todavia, a liberdade por pretexto para fazer o mal".

Por isso mesmo, e olhando para os poderosos, recordamos o texto do Levítico, assim concebido: "Não te vangloriarás nem guardarás ira contra os filhos do teu povo; mas amarás o teu próximo como a ti mesmo".

Por isso mesmo, comungamos com o texto completo deste preceito da Declaração Universal dos Direitos do Homem:

"Todo homem tem deveres para com a comunidade, na qual é possível o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade. No exercício de seus direitos e liberdades, todo homem está sujeito apenas às limitações determinadas pela lei; exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas".

Nem é outra coisa o que desejamos nós, senão que, sob as bênçãos do registro da data que assinala a existência dos cursos jurídicos, no Brasil, voltemos a desfrutar das graças de um regime onde impera a Lei sobre a Força, e não a Força sobre a Lei.

VERDADE E LIBERDADE

ROLAND CORBIER

O PROBLEMA da verdade não é da competência exclusiva da filosofia, como pretendem os filósofos acadêmicos e oficiais, porque envolve, também, pressupostos éticos e políticos que esses filósofos não julgam prudente reconhecer.

Essa implicação entre a verdade e a política, já se acha presente no processo de Sócrates, condenado, por um tribunal político, a beber cicuta na prisão de Atenas. O mestre de Platão não era, porém, um agitador, um agente subversivo, mas um filósofo, preocupado exclusivamente com a procura e a definição da verdade. Se era inocente, se não cometera crime algum, por que o condenaram? Condenaram-no a pretexto de que corrompia a mocidade e subvertia a religião tradicional, sustentáculo ideológico da cidade grega, que, como se sabe, repousava na escravidão.

Ao processo de Sócrates deveremos sempre voltar porque, como tudo o que é grego, apresenta um aspecto exemplar, paradigmático que, até hoje, nos serve de esparterio e edificação. O filósofo, porque procurava e dizia a verdade, foi condenado e morto, quer dizer, assassinado. Os motivos alegados na denúncia eram fúteis, meros pretextos, como se verifica ao ler esse texto admirável que é a *Apologia* de Platão. A defesa do acusado, no entanto, feita por ele próprio, embora fosse irresponsável, não logrou demover a maioria do tribunal, que se pronunciou em função de motivos políticos, que diziam respeito aos seus interesses e nada tinham em comum com a verdade.

Essa tragédia, que está no pórtico da filosofia ocidental, prefigura o destino do filósofo que, na sociedade dividida entre senhores e escravos, correu sempre, ao denunciar a injustiça e a violência, o risco de provocar a ira e as represálias dos senhores. Sim, porque os senhores sempre permitiram que tudo fosse dito, menos que eram os senhores, isto é, que eram os senhores porque escravizavam, porque oprimiam e exploravam os escravos. Essa verdade, que revelava e desmascarava o segredo de que eram os beneficiários, não devia ser dita, embora fosse, de todas, a mais importante a revelar.

Porque, não bastava aos senhores escravizar, quer dizer, oprimir e explorar. Não lhes bastava, a eles que não trabalhavam, viver à custa do trabalho escravo. Além do *otium cum dignitatis*, como diziam os romanos, precisavam também justificar-se diante de si mesmos, precisavam ficar em paz com a própria consciência, tentando legitimar a escravidão, ignorando-a como injustiça. O mundo em que viviam, assentado nessa iniquidade fundamental, não podia ser posto em questão, ou criticado, porque a denúncia e a crítica de tal iniquidade ameaçava a própria existência dos senhores. Todas as outras verdades podiam ser ditas, menos essa, que desmascara e põe a nu a impostura e o farisaísmo dos senhores.

Ocorre que, na tradição filosófica, de que Sócrates é um dos mais ilustres representantes, são numerosos os que poderíamos chamar de mártires da verdade, quer dizer, aqueles que, pondo acima de tudo, da própria vida inclusive, o compromisso com a verdade, foram condenados e sacrificados. A tradição filosófica inclui, também, os acomodados, os pusilânimes e os réprobos que, por isso mesmo, não a representam no que tem de essencial e mais significativo, pois, não tendo, como diz Hegel, "a coragem da verdade", carecem do requisito indispensável para procurá-la e descobri-la.

Verifica-se, assim, que o problema da verdade não diz respeito, apenas, à teoria do conhecimento, ou *gnosologia*, mas apresenta outras implicações, de ordem ética e política. De ordem ética porque, como acabamos de dizer, a verdade pressupõe, por parte do filósofo, uma virtude fundamental, por estar no fundamento de todas as outras, que é a coragem. Um filósofo pusilânime é, a rigor, uma contradição nos termos, pois ao filósofo cabe, precisamente, procurar,

descobrir e dizer a verdade, mesmo que, ao dizê-la, corra o risco de sacrificar a própria vida. Se o filósofo, por falta de coragem, prefere preservar a vida e não dizer a verdade, é porque a vida para ele é mais importante do que a verdade, ou, com outras palavras, porque a verdade não é para ele o valor supremo.

SE PREFERE transigir, acomodar-se ou renegar, é porque, a rigor, não acredita na verdade, não leva às últimas conseqüências o compromisso com a verdade que, se fosse integralmente cumprido, não lhe permitiria trai-la ou negá-la, em nome da preservação da própria vida, quer dizer da sobrevivência biológica. A confiança na verdade não se presume, mas prova-se na prática, na vida de acordo com essa verdade, coerência ou fidelidade que poderá, em casos extremos, exigir o sacrifício da vida que, para o filósofo não

deve ser o valor supremo, uma vez que, por definição, o valor supremo, para o filósofo, é essa verdade que a coerência não lhe permite omitir ou renegar.

O pressuposto ético da verdade é, portanto, a coragem, a coragem não só de procurá-la, por mais difícil e árdua que seja essa procura, mas também a de proclamá-la depois de descoberta, mesmo que essa proclamação seja perigosa ou fatal à vida do filósofo. Pois seria inútil e incoerente procurar e descobrir a verdade e, por falta de coragem, não proclamá-la, hipótese em que a procura e a descoberta perderiam o sentido e a razão de ser, uma vez que a verdade só se torna verdadeira na medida em que deixa de ser do filósofo apenas para tornar-se a verdade de todos. Uma verdade mantida em segredo e levada para o túmulo, não seria verdade para ninguém e não existiria como tal. Se a nossa verdade só se torna verdadeira na medi-

da em que é reconhecida pelos outros, só poderá ser reconhecida depois de revelada, o que implica, por parte do filósofo, a coragem de proclamá-la.

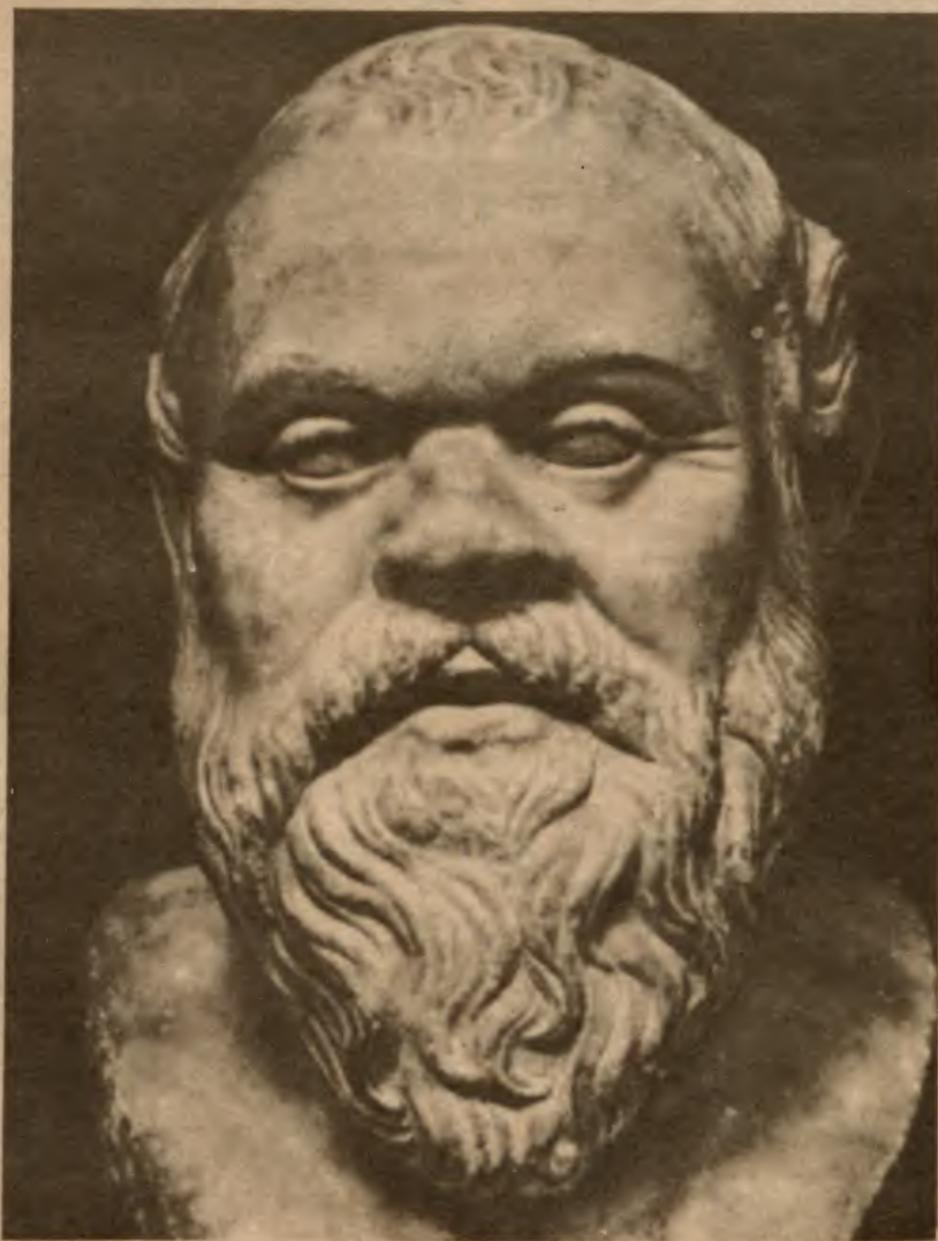
A inteligência mais penetrante, a maior lucidez, a consciência mais clara, todas as virtudes da "razão pura", como diria Kant, serão inúteis se faltar ao filósofo a virtude fundamental da "razão prática", a coragem de levar o compromisso com a verdade às últimas conseqüências, mostrando, na prática, que a verdade é para ele o valor supremo. Pois, não terá outro meio de fazer essa prova, não só em relação aos outros mas em relação a si mesmo, uma vez que não poderá respeitá-la, acreditar em si próprio, sabendo, como não pode deixar de saber, que deixa de dizer a verdade porque, se a dissesse, correria o risco de ser condenado e sacrificado. A rigor, o filósofo que deixa de dizer a verdade por temor da morte, não é livre, porque é escravo desse temor, do medo de morrer. Porque tem medo da morte, que é o "senhor absoluto", como diz Hegel, que é escravo da morte, do medo que a morte lhe inspira, não é livre e, porque não é livre, não pode dizer a verdade.

Ocorre, porém, que o filósofo, como Sócrates, Thomas Morus, Giordano Bruno ou Antonio Gramsci, e tantos outros, embora tenha a coragem de dizer a verdade e se disponha a levar esse compromisso às últimas conseqüências, não encontra condições objetivas para cumpri-lo, tais as restrições e os impedimentos que lhe são impostos pelo poder público. Nessa hipótese, não lhe faltará a liberdade interior, subjetiva, que pressupõe a coragem, mas a liberdade exterior, objetiva, a liberdade política. Cercado pelos mecanismos da repressão, não terá como exprimir-se ou manifestar-se, pois todos os meios de comunicação do pensamento e da palavra estarão sob o controle daqueles que detêm o poder político.

ALGUMAS verdades poderás dizer, verdades toleráveis ou inofensivas, não poderá dizer, porém, o essencial, isto é, que o rei está nu, por exemplo, pois embora o rei esteja nu e todos o estejam vendo despido, não é permitido proclamar essa verdade. Nesse caso, o problema da verdade, deixa de ser ético e gnosiológico, apenas, para tornar-se político, pois não depende mais das disposições íntimas do filósofo, de sua coragem pessoal, mas do regime político em que se encontra. Em uma democracia, poderá, em princípio, pensar e exprimir livremente seu pensamento. Em regime discricionário ou ditatorial, ao contrário, enfrentará toda sorte de embaraços e dificuldades, pois o empenho principal das ditaduras é impedir que as denúncias e desmascaramentos tais. As ditaduras, como os senhores, têm má consciência, e os filósofos que têm a coragem de dizer a verdade são a má consciência do poder despótico, poder dos senhores assentado na força, e não no consentimento popular.

O problema da verdade não é, portanto, apenas filosófico, um problema de lógica e de teoria do conhecimento, mas também político, porque, como já sabemos, no século XVIII, Helvetius e D'Holbach, ideólogos da Revolução Francesa, os preconceitos e as injunções só podem ser desmascarados e vencidos pela verdade e a verdade só pode ser descoberta e comunicada quando há liberdade. Verifica-se, assim, que o pressuposto da verdade, quer do ponto de vista do indivíduo capaz de descobri-la e proclamá-la, quer do ponto de vista do regime político que pode permitir ou impedir a sua comunicação, é sempre a liberdade.

Essa a razão pela qual, de todos os regimes políticos ensaiados ao longo da história, o democrático é o que mais corresponde às exigências da condição humana, pois, fazendo da liberdade seu fundamento e sua razão de ser, permite o descobrimento e a revelação da verdade, verdade que, por sua vez, como diz o Cristo, no Evangelho de São João, nos tornará livres.



Sócrates:
"Enquanto me restar um sopro de vida,
filosofaremos"



QUE É FEITO DO DINHEIRO DO POVO

O deputado Porfírio Peixoto (MDB-Rio Grande do Sul) denunciou na tribuna da Assembléia Legislativa de seu estado graves episódios de corrupção que vêm ocorrendo na Prefeitura de São Borja, sob a gestão do atual Interventor que ali chefia a municipalidade. Pela gravidade da matéria e pela contribuição que representa para o próprio poder público e, sobretudo, pela defesa dos interesses do povo de São Borja, reproduzimos na íntegra a denúncia do bravo deputado rio-grandense, proferida na sessão de 5 de setembro corrente na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

É o seguinte o texto do discurso do deputado Porfírio Peixoto:

"No início da sessão Legislativa a bancada do M.D.B. com assento nesta Casa, propôs uma comissão especial para estudar os problemas dos municípios considerados áreas de segurança. Por razões até hoje não justificadas a Arena recusou participar da Comissão, expediente desconhecido no Parlamento rio-grandense. A simples negativa se fazia acompanhar da frágil alegação de que a matéria era regulada por lei federal, fugindo da esfera estadual, o que tornava o estudo inviável.

A solicitação do M.D.B. não propunha estudos unicamente de cunho legal, mas sim um amplo levantamento da situação das áreas de segurança. Uma análise de caráter econômico, político, social, cultural, comportamento do administrador, funcionamento da engrenagem administrativa, etc.

Os resultados dos estudos beneficiariam os interventores ou prefeitos nomeados, desde que bem intencionados, pois qualquer inconveniência apontada seria objeto de correção e de reivindicação do próprio prefeito.

Por outro lado, se fosse o caso, ofereceria ao Governo Federal subsídios valiosos para propor uma emenda constitucional, revogando esse revoltante e discriminatório preceito, que tanto tem ferido os interesses das populações por ele atingidas.

Os prefeitos nomeados, doravante denominados interventores, com raras e honrosas exceções, transformam-se em donatários dos municípios, os administrando como se fossem seus.

A apadrinhagem política é um mal conseqüente, de conseqüências imprevisíveis. Ela sacia a ânsia voraz da "companheirada", que por longo tempo fora "vítima" da ausência administrativa dos prefeitos eleitos pelo povo.



Porfírio Peixoto denuncia na Assembléia gaúcha

Eloqüente exemplo dessas afirmativas foi o que aconteceu recentemente em São Borja, município enquadrado nas áreas de segurança. Durante cinco anos os cofres públicos foram lesados pela "companheirada" que exerciam cargos de confiança.

De forma "LENTA, GRADUAL E SEGURO", se apropriaram de Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), produto da suada contribuição que o povo sãoborgense levava aos cofres municipais, no cumprimento do dever social.

Vejamos Sr. Presidente e Srs. Deputados porque isso ocorreu: São Borja, como toda área de segurança, foi contemplada com seu interventor, contra quem, a bem da verdade nada tenho, para mim é mais uma vítima do "sistema", pois jamais seria prefeito na disputa do voto popular. Estou referindo-me ao interventor ante-

rior, embora o mesmo conceito sirva ao atual.

A arrogância e a prepotência do primeiro interventor de São Borja fez com que os vereadores da oposição renunciassem. E por quê? Alguns trechos da carta renúncia, de 6 de outubro de 1969, evidenciam os motivos. "É a saída digna que encontramos, em face à sucessão de crises forçadas pelo atual Executivo Municipal que, prevalecendo-se da situação de anormalidade democrática procurada sob todos os meios pressionar e desmoralizar o poder Legislativo." - "Basta dizer, que o Prefeito nomeado, costuma assistir às reuniões, postando-se no corredor anexo à sala de sessões, dali orientando a sua bancada e fazendo comentários sobre o andamento dos trabalhos." - "Não satisfeito com toda esta campanha empreendida contra o normal funcionamento do Legislativo, culminou a sua ação belicosa agredindo dentro do recinto da Prefeitura a um vereador da oposição. E por que esta agressão? Simplesmente porque o vereador reclamou a falta de dados e solicitou informações para ser possível a aprovação de um convênio que a Prefeitura pretendia realizar com o Governo do Estado." - "O plenário do Legislativo, foi até uma vez ocupado pela polícia. Violado em sua soberania e desrespeitado em seus direitos. Há uma pressão constante dirigida aos integrantes da oposição." - É possível que a nossa retirada evite a repetição de fatos lamentáveis como a prisão de um Vereador, que algemado, como se fosse um perigoso facinora, sem ao menos ser interrogado, foi conduzido a Porto Alegre, custodiado por numerosa escolta policial. Ou como a detenção de outro Vereador, já há vinte dias preso, sem ao menos ter sido ouvido. A nossa saída, deixa o caminho livre aos "donos do poder".

Pelas mesmas razões o M.D.B. não concorre às eleições de 1972 para a Câmara Municipal, ficando a Arena à vontade, elegendo todos os vereadores do município, inclusive o Sr. do Setor de Tributação da Prefeitura, Sr. Valzumiro Alves de Souza, que juntamente com o Tesoureiro, Sr. Saul O. Cohen, deram o desfalque de Cr\$ 700.000,00 (Setecentos mil cruzeiros).

O Chefe da Tributação desempenhava simultaneamente as funções de Vereador, conforme certidão que passarei a ler: "Certifico, em cumprimento ao despacho do Sr. Presidente, exarado no requerimento apresentado pelo senhor Mauá Ferreira que, revendo os arquivos desta Casa, encontrei registrado na ata da reunião ordinária realizada dia primeiro do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, o registro do compromisso e respectiva posse do suplente de vereador do senhor Valzumiro Alves de Souza naquela data. E, para constar, eu, Idê Maia Gonçalves, Diretor de Secretaria da Câmara Municipal de São Borja, datilografei e assino a presente Certidão, aos vinte e três dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e cinco. (as) Idê Maia Gonçalves, Diretor de Secretaria."

A Lei Orgânica do município de São Borja, a exemplo das demais, diz em seu art. 12º:

"O Vereador não pode, desde a expedição do diploma:

a) celebrar contrato com a administração pública, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer comissão ou emprego do município ou de entidade autárquica, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, excetuado o exercício do magistério;"

O art. 37, que regula as atribuições da Câmara diz: "Fiscalizar a administração financeira e a execução do orçamento, sem prejuízo da ação fiscalizadora dos órgãos estaduais."

Veja Sr. Presidente e Srs. Deputados, o ponto que chega o desmando. O Chefe da Tributação era funcionário da Prefeitura, tinha cargo de confiança e exercia o mandato de vereador; portanto, fiscalizava a administração financeira, à qual ele lesava diariamente.

É difícil acreditar, se não tivesse as provas, também teria dúvidas. Mas não fico aqui Sr. Presidente! A Lei Orgânica de São Borja diz em seu art. 3º: "Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido." Para que esse povo autêntico não seja responsável por um falso poder, eu vos digo: lá o poder não emana do povo. O povo não tem esse direito. Lá o interventor é nomeado; o povo só tem obrigação de pagar impostos para locupletar os afilhados do poder.

Não estou a acusar os interventores como cidadãos, embora o descaso seja flagrante; como desrespeitar a Lei Orgânica, permitindo a dupla função do Sr. Valzumiro. Na realidade não têm ligações diretas com o desfalque. Acredito sejam cidadãos honestos, entretanto são responsáveis por omissão e, especialmente, pela política do afilhadismo que motiva episódios dessa natureza. É o afilhadismo que leva para a administração elementos que têm como única credencial o diploma de sócio-benemérito do clube de bajuladores.

A prova disso é o sentimento de culpa manifestado pelo anterior interventor, em ofício dirigido ao Presidente da Arena e divulgado pela imprensa de São Borja, que diz o seguinte: "Venho, por este intermédio, retirar o meu consentimento em participar da chapa para eleição do Diretório Municipal da Arena, a realizar-se em 13 de julho do corrente ano. Motiva tal decisão a publicidade dada, na imprensa de todo País, ao desfalque sofrido pela Prefeitura Municipal de São Borja, o que veio envolver moralmente minha administração municipal que tanto fez, durante sete anos e onze meses, para elevar cada vez mais o bom nome da Arena no conceito geral da Nação. Traído em minha confiança por funcionários que, até o presente, julguei capazes de exação no cumprimento de seus deveres, envergonho-me por eles, assumindo a atitude que me é ditada por meu caráter e em defesa de minha dignidade pessoal. Solicitando que seja esta decisão comunicada ao Diretório Regional, subscrevo-me, atenciosamente, (as). Engº Agrº José Pereira Alva-rez."

O ofício do interventor não tem nenhum sentido prático; revela unicamente o sentimento de culpa que pesa em sua consciência e, tenta redimi-lo perante a opinião pública.

Um velho dito rio-grandense se torna novo no caso presente: "Depois de porta arrombada não adianta tranco de ferro."

Os ofícios, as entrevistas, os corre-corre os alaridos de toda ordem não restituem o dinheiro do povo, que lá se foi de forma "lenta, gradual e segura."

PONTES QUE FALTAM

O deputado Magnus Guimarães, do MDB-RS, defendeu, da Tribuna da Câmara, a construção urgente, pelo governo federal, de uma ponte internacional em São Borja, RS, na divisa com a Argentina. Após discorrer sobre as razões históricas do empreendimento, focalizou-os sob o ângulo financeiro: "São Borja se encontra na parte final da BR-285, rodovia de 1ª categoria, a mais importante estrada para o Rio Grande do Sul. Os grandes centros consumidores do país estão ligados a São Borja, que se constitui no ponto de referência mais curto e acessível, utilizado pelos camioneiros e turistas, que, no entanto, devem continuar viagem até Uruguiana, com mais despesas sob todos os aspectos. A par disso, há possui rodovia asfaltada no lado brasileiro e, da mesma forma, do lado argentino, faltan-

do apenas a construção de uma ponte internacional sobre o rio Uruguai".

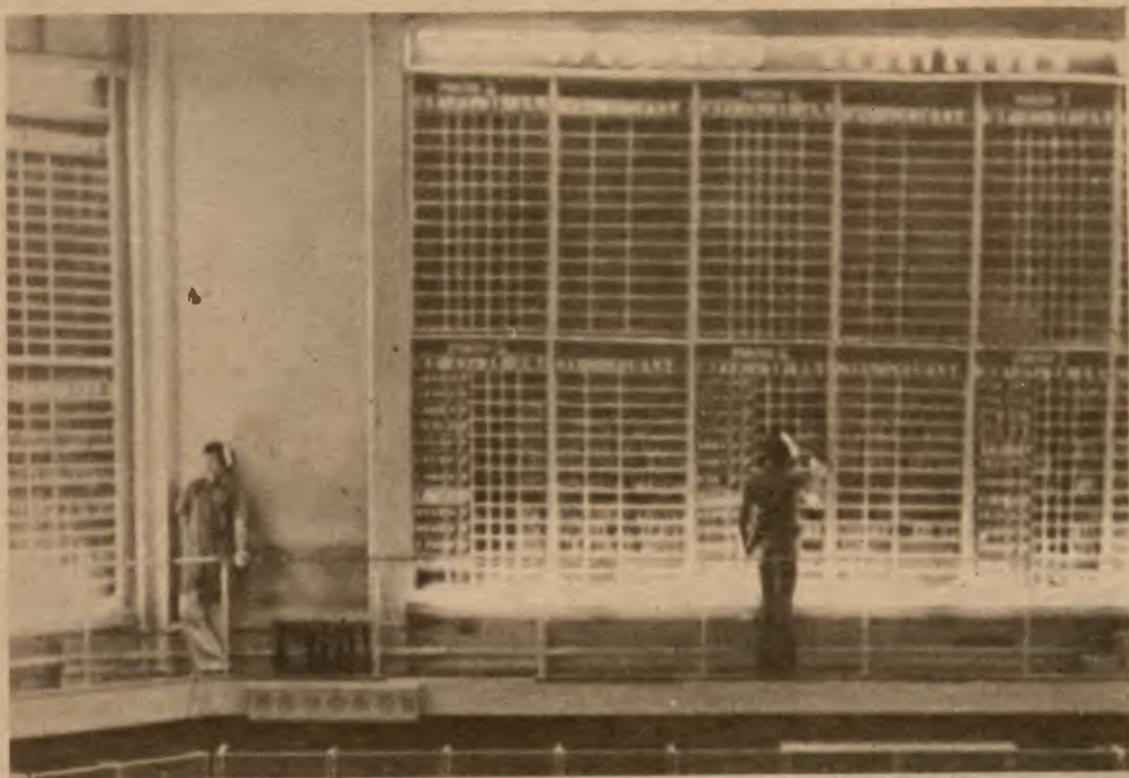
Continuando, expõe o paralarmentar opositor: "Além das excelentes condições das rodovias, São Borja dispõe de rede ferroviária que a liga a todos os portos nacionais e aos grandes centros consumidores, constituindo esse transporte dos mais baratos em termos de custo. Em conseqüência, dada a importância do relacionamento de nosso País com a Argentina, bem assim com os demais países da América do Sul, além da construção da ponte rodoviária, impõe-se a construção de uma ponte ferroviária, pela natureza dos fretes. Comercialmente, São Borja destaca-se na fronteira oeste do Rio Grande do Sul pelas excelentes condições da iniciativa privada e por sua balança comercial. Por sua natureza, infra-estrutura, capital e organização, o co-

mércio sãoborgense tem tradições das melhores, contando com pujante indústria, suporte para a igualdade de troca comercial, tão necessário a locais de fronteira".

Após examinar a posição de São Borja quanto à rede bancária, repartições públicas, meios de comunicação ligando-a a todas as cidades do Estado, inclusive Porto Alegre, guarnições militares do Exército e Marinha, aeroporto com pistas asfaltadas para jatos, adianta o deputado: "há previsão da construção de uma ponte internacional entre Posadas, capital de Misiones, Argentina, e Encarnación, 2ª cidade em importância no Paraguai. Desta forma, se for construída a ponte internacional em São Borja tornará, igualmente, mais fácil o acesso às províncias do Chaco e de Misiones. Além disso, o porto do Rio Grande, através das rodovias estaduais e

ferrovias, fica mais próximo, por São Borja, da Argentina e do Paraguai. Cabe também salientar a importância de Santo Tomé para o norte da Argentina, especialmente para a província de Corrientes, por tratar-se de cidade com enorme zona de influência".

Concluindo, diz o deputado gaúcho: "todas as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias, juntamente com as entidades do classe e o povo são borgense estão empenhados nessa meritória campanha, a qual me associo, com todas as minhas forças, para, um dia, sensibilizado o governo federal, possa São Borja, a Capital da Produção, ter sua ponte internacional, reconhecido o seu mérito, em face dos dados estatísticos de conhecimento do próprio governo, altamente significativos, e que servirão de razão final à aprovação e construção de tão importante obra".



Mercado de capitais:
começo e fim de
muitos projetos

A ROTINA DAS INTERVENÇÕES

As intervenções oficiais do Banco Central nas sociedades corretoras, distribuidoras, financeiras e bancos comerciais e de investimentos se elevam a 60, nos últimos dois anos, enquanto o endividamento do sistema já atingiu a casa dos 2,5 bilhões de cruzeiros. A política de fiscalização e subsídios se mantém, enquanto os diretores das sociedades sob intervenção se mantêm impunes, num verdadeiro incentivo a novas fraudes.

Um grupo de médicos dos hospitais Central do Exército, Carlos Chagas, Miguel Couto, Ipase e Santa Cruz (de Niterói) divulgou, recentemente, um comunicado publicado, apenas, pelo jornal Última Hora, do Rio, tornando pública a denúncia já feita anteriormente ao ministro Mário Simonsen, da Fazenda, e ao próprio Presidente Geisel, de um estouro superior a Cr\$ 10 milhões na Apólice - Distribuidora de Títulos e Valores.

"Apesar da denúncia anterior - dizia o comunicado - o Banco Central até ontem (véspera do comunicado) não havia tomado as providências necessárias para acautelar os interesses prejudicados pela corretora, a qual, estranhamente, continua operando no mercado e, possivelmente, lesando novos clientes".

O fato levou, finalmente, o Banco Central a investigar e, constatadas as irregularidades denunciadas, intimou os proprietários da Apólice, Marcelo Freire Brumana e Paulo César Queiroz, a prestarem esclarecimentos. As notificações, entretanto, não chegaram a ser entregues, pois tanto Brumana como Paulo César não puderam ser encontrados, mesmo porque as denúncias incluíam desde o "estouro" propriamente dito até a emissão de cheques sem fundos e falsificação de documentos.

Mais do que um fato isolado, a "intervenção branca" em mais uma instituição do mercado vem demonstrar, mais uma vez, que a política de intervenções e subsídios financeiros não só é ineficiente para conseguir o saneamento do mercado, como ainda pode constituir um incentivo à proliferação de "práticas pouco recomendáveis" como as que proliferaram nos últimos anos, na medida em que o governo não só assume financeiramente os "estouros" como também se abstém de acionar criminalmente os diretores de instituições em que se comprovaram administrações fraudulentas.

Para citar apenas o período que se seguiu ao boom especulativo de 1971, nos últimos quatro anos essas instituições receberam toda espécie de incentivos, com vistas a reativar o mercado de ações, depois que a "poupança popular", devidamente escaudada, se desviou para outro tipo de investimentos. A recíproca, entretanto, não parece ter sido verdadeira.

Primeiro, foram os recursos do PIS, da ordem de Cr\$ 240 milhões, que somente serviram para reativar o mercado por dois ou três dias, após o que a realização de lucros fez as ações caírem ao "fundo do poço" em que se encontravam, desde 1971. Como esses recursos, juntamente

com os dos profissionais de investimentos (as grandes poupanças particulares), se mostraram insuficientes e não havia nenhuma vantagem para o governo em continuar comprando papéis sem nenhuma rentabilidade, pensou-se em outra fórmula.

A CEF passaria, então, a repassar os recursos, na forma de empréstimos a juros de 6% ao ano, considerados irrisórios. Dessa forma, a Caixa, que já perdera milhões, em aplicações em fundos, estaria garantida em termos de rentabilidade. E, novamente, o sistema não correspondeu e o resultado foi nova especulação desenfreada que levou, inclusive, o governo a suspender a liberação dos recursos até que a situação do mercado se esclarecesse.

Depois, os recursos do Decreto-Lei 157 (Fundo 157) foram destinados às bolsas que, ainda em 1973, contaram com importante injeção de ânimo - e de recursos. Foi assinado o Decreto-Lei 1238, criando estímulos para que as empresas distribuíssem maiores dividendos, aumentando os incentivos fiscais para aplicação em ações: as empresas que distribuíssem mais de 25% e até 50% do seu lucro tributável em forma de dividendos estariam isentas do pagamento do Imposto de Renda sobre essa parcela, além do que não precisariam incluir nas

suas reservas as contas de correção monetária do ativo e capital de giro (ao ultrapassarem 100% de reservas, as empresas devem aumentar o capital ou pagar Imposto de Renda sobre essas reservas).

Ao mesmo tempo, o Imposto de Renda sobre os dividendos distribuídos aos acionistas (pessoas físicas ou jurídicas) foi reduzido de 15% para 10% e, finalmente, os investidores que reaplicassem seus dividendos poderiam abater de sua renda bruta o total reaplicado. Sendo que essa dedução não seria computada nos limites globais de suas deduções fiscais.

O resultado foi uma alta especulativa que durou quatro dias, após o que o mercado voltou ao marasma habitual, com a realização de lucros das corretoras. Apesar disso, em dezembro desse mesmo ano, uma nova injeção: o volume dos financiamentos especiais do Banco Central (redescontos de liquidez) foram elevados de Cr\$ 400 milhões para Cr\$ 2 bilhões.

E, mais recentemente, veio a regulamentação do capital estrangeiro, apregoada por muitos como a salvação da bolsa, graças ao que as corretoras conseguiram, novamente, realizar jogadas especulativas, aproveitando-se do clima de euforia criado entre os pequenos e médios investidores.

Ao que parece, inclusive, nem mesmo o governo acredita que os recursos externos possam levantar as bolsas de valores brasileiras. Um bom exemplo disso é o fato de o ministro Mário Simonsen ter anunciado, recentemente, que o mercado de ações contará, também com recursos provenientes dos fundos de pensão e das companhias seguradoras.

Pois bem. Muitos foram os incentivos, em troca do que o sistema retribuiu com um endividamento crescente que já se eleva a cerca de Cr\$ 2,5 bilhões, representados pelas dívidas dessas instituições para com o Banco Central. Todos esses incentivos, essas injeções de recursos, teriam sido suficientes, pelo menos, para que se buscassem caminhos próprios e a longo prazo que pudessem atrair novamente o investidor, tirando-o da "crise de confiança" em que caiu desde 1971.

Intervenções

É bem verdade que o Banco Central passou a fiscalizar mais o mercado e somente nos últimos dois anos decretou nada menos que 60 intervenções oficiais em corretoras, distribuidoras, financeiras e bancos comerciais e de investimentos. Entretanto, como essas punições se limitaram quase sempre à simples intervenção, mediante a qual o governo assumia inclusive os débitos dessas sociedades, sem que seus responsáveis fossem criminalmente punidos, essa política passou a servir de incentivo à continuação dessas práticas.

É preciso considerar que em um mercado como o nosso, milhares de ações são negociadas diariamente e nenhum órgão fiscalizador pode identificar uma corretora vendendo ações que não sejam suas ou descobrir um fundo comprando ações em franco processo de baixa para beneficiar o dono das ações, a própria corretora ou mesmo o banco de investimentos incumbido de administrar o fundo. Isso aconteceu, inclusive, nos Estados Unidos, com a Security Exchange Commission (SEC), propiciando às instituições burlar facilmente a fiscalização federal.

No Brasil, falhas desse tipo levaram a escândalos como o caso Audi e Tecnosolo, em São Paulo, e o da Cepalma, no Rio, sem falar nas intervenções nos bancos Halles, BUC, Crecif e no Grupo Ipiranga. Enfim, é como disse a revista "Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas, em seu número de dezembro de 1973:

"Os erros recentes mostraram que diante de um mercado de ações imperfeito no que se refere à informação e ao poder de algumas instituições e de alguns profissionais detentores de um grande porte de títulos e recursos, com capacidade de alterar os preços, não se pode esperar que somente efeitos fiscais possam contornar os problemas que resultam no desencanto dos investidores."

SÉRGIO MACEDO

PATERNALISMO NÃO É SOLUÇÃO

O problema dos desníveis regionais, refletindo como determinante imperante na constatação das desigualdades sociais, foi focalizado pelo Senador Agenor Maria MDB-RN, com propriedade em linguagem simples ressaltando os fatos, condenando o paternalismo do Estado que não é solução para o problema, bem ao contrário, agrava-o provocando distorções mais profundas na produção e ganho do trabalhador e, em consequência, no quadro social e econômico do país.

E fundamentado nos fatos irresponsáveis, pois a atitude do governo, como o parlamentar acentuou, é o reconhecimento de que o assalariado de renda mais baixa, embora trabalhando, não tem meios para adquirir produtos essenciais, como o remédio, e assim prover as primárias e inadiáveis necessidades suas e da família, Agenor Maria continua a análise, com apoio de todo o Senado, focalizando problemas que agravam esse estado de coisas e, numa reação em cadeia, forçam o agravamento das disparidades regionais, que solapam a integração nacional e das desigualdades sociais que ofendem as estruturas do Estado.

Salário de fome

Argumentando que "sou homem do povo eleito Senador da República, e só tenho uma preocupação, só uma: prestar contas ao povo do Rio Grande do Norte, que me mandou para o Senado" e que "só posso realmente ir ao meu Estado de cabeça erguida, olhando face a face aqueles que em mim votaram, se para aqui trazer os problemas do povo", Agenor Maria enfoca o problema do salário-mínimo no País, demonstrando a sua irracionalidade.

Diz ele então: "aquí está a tabela oficial de salário-mínimo. Encontra-se o País dividido em 5 regiões e em 5 sub-regiões de assalariados, regiões de primeira grandeza, onde o assalariado dispõe de 156 cruzeiros a mais. Se fizermos a divisão, no campo financeiro e econômico, veremos que, trabalhando em um estado, operários podem fazer jus a um salário maior que em outro estado, dentro da mesma Federação, dentro do mesmo País. Muitas vezes dentro do mesmo serviço, operários ganham menos 30% do que em outro estado. É revoltante e humilhante, ao mesmo tempo, vemos o montante do salário-mínimo em São Paulo e no Rio de Janeiro: 532 cruzeiros e oitenta centavos".

"Uma hipótese: o assalariado, por questão de família, precisava ser transferido daquela mina para outra, por exemplo, no Rio Grande do Norte. Lá, ele faz jus ao mesmo trabalho, percebendo apenas 378 cruzeiros, ou seja, 154 cruzeiros a menos. Por quê? É o mesmo trabalho, são as mesmas horas de serviço, é o mesmo País, é a mesma Nação. Por quê? Lá o poder aquisitivo não pode ser diferente do poder aquisitivo em Minas ou em São Paulo. Especialmente lá, onde 70% do que consumimos é comprado no Sul. E se é comprado no Sul, chega mais caro, em consequência do preço do frete, do imposto, da sobre carga ad valorem, e outras tributações. Por que então se faz uma tabela de salário-mínimo na qual se dá, no mesmo trabalho, uma diferença de 30% para menos?"

E após algumas considerações, aduz: "Isso acontece na minha região. 376 cruzeiros e ainda tiram 8% para o INPS. Há uma diferença de 156 cruzeiros para o salário do Sul e, ainda por cima, assegurando a esse homem o direito apenas de, se almoça, não janta; se janta, não almoça".

E acrescenta: "o governo tem um saldo, na sua receita do INPS, de salário-família, acima de 3 bilhões de cruzeiros. Apresentei há poucos dias, e foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, projeto que tem como finalidade criar um salário-família proporcional, pelo qual os filhos daqueles que têm família e só um salário façam jus a um salário de teto máximo, para correção dessas distorções do salário, da despensa, da cozinha, da mesa daqueles que trabalham no nosso País".



Agenor Maria: tranquilidade para a produção.

Declara, prossequindo: "recebi carta de um funcionário da prefeitura de um município do Rio Grande do Norte. Diz ele que tem 6 filhos, é funcionário há 10 anos e percebe, segundo cópia do cheque de pagamento 150 cruzeiros mensais. 10 anos de serviço numa prefeitura, como escrivão, e percebe 150 cruzeiros mensais. Não tem sentido, nem tem precedente. Ele confessa que não pode perder os 10 anos de serviço mas revela, ao mesmo tempo, que os filhos estão passando fome. E anexou à carta o cheque de pagamento. O mais grave é que ele desconta 30 cruzeiros e 14 centavos para o INPS."

E depois de exibir o cheque de pagamento para conhecimento do Senado e que foi transcrito nos Anais, continua: "Tenho certeza de que o mínimo que pode acontecer com esse pobre coitado é ser demitido da Prefeitura. Mas, já que ele teve a coragem de dizer o drama em que vive com os filhos, não me poderei negar a denunciar à Nação essa monstruosidade praticada contra quem trabalha neste País. Eu clamo por justiça. E só através dela poderemos encontrar os caminhos que tanto buscamos e de que tanto estamos a precisar em nosso País".

E interroga, então: "Eu me pergunto se, com esse salário de fome, poderemos ter uma Pátria unida, tranqüila, capacitada a aguardar os melhores dias por que tanto lutamos?"

A oração do representante do Rio Grande do Norte no Senado teve, como das vezes anteriores, o sentido de revelar à nação a verdade ambiente, equacionando o problema com fatos que enriquecem a condenação de soluções paliativas ou paternalistas, que não alcançam o objetivo da integração sócio-econômica pela valorização do homem e do seu trabalho em benefício do desenvolvimento nacional.

Fixou, de início, as razões que o levavam à tribuna, defendendo uma tese que, como acentuou, "tem como fundamento e princípio o trabalho, para que todos aqueles que neste país, assalariados ou produtores, na labuta cotidiana, no labor do seu trabalho construtivo, possam através desse mesmo trabalho, viver às suas custas". E afirma em legítimas palavras do homem do povo: "O que faz o homem enfrentar o trabalho diurno é dizer consigo mesmo que, embora pobre e lutador, pode viver às suas custas, sem ser pesado a ninguém".

Enfocando o problema segundo a tese assim estabelecida, Agenor Maria diz então: "Isso não está acontecendo em nosso país, e por não estar acontecendo, é que volto à tribuna, para solicitar que o Sr. presidente da República se volte para esse grande drama que hoje vive o nosso país".

O pronunciamento do parlamentar do MDB-RN, daí por diante, foi um discorrer de fatos e análise isenta e fria da sua repercussão na comunidade, ressaltando as desigualdades socio-econômicas, em contradições que reclamam urgente ação governamental no sentido de, anulando-as, fortalecer as estruturas sociais por via de condições que visem a participação de todos no desenvolvimento nacional. Que as contradições propiciam confrontos e atritos, cujas distorções não oferecem ao povo a estabilidade que o Estado lhe tem por dever assegurar, a fim de conquistar a tranqüilidade para o trabalho e a produção.

O pronunciamento, entrecortado de apertes que louvavam a sua palavra e apoiavam a sua tese, constituiu-se em episódio a enobrecer o Congresso no debate dos problemas populares.

Paternalismo condenável

Desenvolvendo, então, a tese anunciada, Agenor Maria lança sobre os seus pares um fato indimentável para daí recolher conclusões também indimentáveis.

Disse o representante potiguar: "A Previdência Social chegou à conclusão de que deve dar remédio gratuito às pessoas de pequena renda". E continua: "Até certo ponto parece louvável, mas, se procurarmos analisar com profundidade esse paternalismo, chegaremos à conclusão de que o homem vai perder o amor pelo trabalho. Por quê? Dar o remédio a quem trabalha, admitindo de que ele precisa do remédio gratuito porque tem uma renda baixa é confessar que quem trabalha não está podendo viver às suas custas". E arrematando o raciocínio, com lógica férrea e simples, afirma o parlamentar: "É uma ignomínia que não tem precedentes na história da Nação: a própria autoridade federal compreende que aquele de renda mais baixa, o assalariado, enfim, não pode comprar um remédio".

E mais adiante, retomando o assunto em pauta - a dívida dos remédios pelo INPS - argumenta: "na hora em que o homem que trabalha começa a receber do governo, que reconhece a sua baixa renda, as benesses de um paternalismo, esse homem vai ficar trabalhando e pedindo. Que vai acontecer? Vai largar o trabalho e vai só pedir".

"São precisos 20 anos para formação do homem. Depois disso, trabalhando e sentindo que através do trabalho vai conquistar o seu pão-de-cada-dia, não tendo, em troca do seu esforço, do suor derramado, o necessário para viver com dignidade, ele vai perder essa dignidade. Vai passar a ser, depois de 20 anos, e para o resto da vida, um marginal da própria sociedade, da sociedade que não reconheceu naquele homem que queria apenas trabalhar o direito de, trabalhando, poder viver às custas do seu esforço."

E então, analisa com indiscutível clareza: "O problema do remédio gratuito, realmente, é um esforço do governo, mas esforço que poderá trazer, em futuro bem próximo, uma complexidade fora do comum. Eu pergunto: se o homem, trabalhando, precisa receber a dádiva, a benesse, pois, com a sua luta e com o seu labor, não pode comprar o remédio para o filho, essas benesses não vão enfraquecer moralmente esse homem? Encontro só esta resposta: enfraquece moralmente o homem. E se enfraquece, o que é preferível? Dar-se o remédio ou aumentar a renda daqueles que trabalham, para que, com a sua renda e pelo seu esforço, possam, sim, viver às suas custas?"

A poupança que acabou

Com o seu modo próprio de falar e trazendo sempre fatos, enumerando exemplos, Agenor Maria traça um quadro que retrata a alteração sócio-econômica da sua região: "Devo, lembrando um pouco, trazer à Casa o que ainda pude assistir há anos, na minha região, quando o automóvel, a geladeira e o rádio lá não haviam chegado. Existia uma poupança de fundo de baú e de mealheiro. Toda a sociedade tinha essa poupança. A figura maior do município era o padre e o povo vivia entre o lazer e o trabalho. Quando a tecnologia moderna lançou, no comércio, várias utilidades, o automóvel, a geladeira, o rádio, o povo trocou aquela poupança por esses bens de utilidade. Acontece que esses bens eram e são diferentes do relógio de

parede, da máquina de costura. Não só encarecem o orçamento doméstico, como são renováveis. O que se viu, então? Quando se precisou renová-los, não existia a poupança, porque o orçamento doméstico havia sido encarecido. Aí, então, perdida a poupança, o povo saiu da autoridade maior do padre para a autoridade do juiz. Na hora da renovação, não existindo a poupança, a autoridade maior do município, então, passou a ser o gerente de banco, de quem todo o mundo queria ser amigo e compadre. O padre desapareceu, o juiz ficou para trás e surgiu o gerente do banco. Em toda sociedade do interior, nas cidades, nas vilas, nos distritos, o gerente do banco passou a ser a maior pessoa. Se o gerente do banco apoiou um candidato, ele vai ter muitos votos, porque o gerente conhece todo mundo - todo mundo é compadre e amigo dele. Nesse 3.º estágio, - o 1.º é o padre, o 2.º o juiz, o 3.º o gerente do banco - o do crediário, que dá oportunidade de o homem ter um poder aquisitivo artificial e, ainda por cima, pagando juros exorbitantes, o que acontece? Ele sofre a necessidade de ver sua filha de 10 ou 12 anos ter de se empregar, porque o que ele ganha não dá mais para manter a casa. E na hora em que a menina, empregando-se, consegue a independência financeira, ela passa a ter a independência total."

E, então, vem a pergunta contundente: "E esse assalariado de baixo nível, com uma renda que o próprio governo reconhece que é preciso dar o remédio, qual a força, qual a autoridade moral que ele - coitado dele - poderá ter para seus filhos e para sua esposa, se os proventos do seu ganho não dão para ele comprar nem, pelo menos, o remédio?"

Melhores caminhos

Traçando esse quadro o senador do MDB declara: "acredito que só poderemos encontrar os melhores caminhos para o nosso País se esses problemas forem resolvidos em termos de dignidade social, porque ele não muda: "E diz ainda: "Vendo, assistindo de camarote a essa prostituição de costumes, vendo e assistindo, a cada dia, crescer o clamor dos que trabalham e produzem, sem procurar atinar, dentro de nossas responsabilidades, o que representará isso no futuro se não forem, de imediato, tomadas as providências necessárias e cabíveis, perguntaria: para onde seremos arrastados? Para onde? Qual o lucro que vamos ter? Que lucro trará ao País uma eclosão social imposta por esses deslizes terríveis, miseráveis? Almoça-se num restaurante em Brasília e paga-se 150 cruzeiros, enquanto um pai de 6 filhos, funcionário do poder público, de uma prefeitura, percebe 150 cruzeiros por mês. Infelizmente confesso que enquanto houver esses dramas em nosso País não vamos encontrar melhores caminhos."

Dizendo reconhecer as dificuldades do presidente Geisel e que sente com ele o drama, "pois o apetite fala tão alto, neste País, que bitola o homem, emascula moralmente o homem, solapa firmemente os princípios morais de uma cristandade em que a justiça humana deveria se fazer presente, mas o egoísmo é mais forte e, sendo mais forte bloqueia a mente daqueles que, com a sua palavra, poderiam concorrer para encontrar esses caminhos, arremata: "ou nós os encontraremos, ou nos desgraçaremos". Declara, a seguir, que o encontro desses caminhos é problema de todos e não só do presidente da República, e que não se trata de problema ideológico, "pois a ideologia maior é a liberdade de, trabalhando, poder viver às próprias custas."

"Acredito - adianta - que o governo tem condições de ajudar, e só ajudando poderemos dar bom exemplo àqueles que não querem trabalhar. Vamos ajudar a quem trabalha. Vamos dar melhores condições ao homem. Por pobre que seja, por mais humildes que sejam as suas atividades, vamos dar-lhe oportunidade de chegar em casa de cabeça erguida e dizer aos filhos e a mulher, "este salário representa a minha luta, o meu sacrifício", e não, "este mísero salário não dá para você ir à feira, vá, mulher, à quitanda do sr. Antônio, porque ao sr. Joaquim não posso pagar o que já devo, vá comprar qualquer coisa para os meninos enganarem a fome."

E continua: "Como é triste, é desagradavelmente triste, profundamente cruel, porque é a realidade. Realidade que me entristece e enoja. Sinceramente perguntaria a alguns ricos deste País: aonde vocês irão amanhã, se não tivermos tranqüilidade social? Porque só através dela é possível vocês gozarem dos privilégios, do dinheiro que vocês souberam economizar."

Acentuando que é triste confessar esta realidade, mas não se deve temer a verdade, apela ao presidente da República, declarando que lá na sua região, no interior, não se fala em AI-5, em 477, mas em barriga vazia, em salário de fome, na marginalização total daqueles que na sua humildade buscam, trabalhando, melhorar de vida ou enriquecer, carreado para o governo as glórias do dinheiro. "Dinheiro que sobra no INPS - acrescenta - sobra até para dar o remédio de graça àqueles que trabalham. Dinheiro que sobra para tudo. Então vamos fazer com que o dinheiro sobre menos nas arcas do governo e fique um pouco nas mãos daqueles que, trabalhando, têm em mente só uma coisa, uma razão de ser: poder viver às próprias custas".



CASSITERITA

ASFIXIA DO GARIMPEIRO AUTÔNOMO

Um novo tipo de trabalho assalariado vem sendo estabelecido em Rondônia, graças ao entendimento do Departamento Nacional de Produção Mineral: o de garimpagem da cassiterita, antes livre, autônoma, agora presa às concessões de lavra, contrariando disposições legais que regem a matéria. Expondo o assunto, que traz prejuízos ao Território e seu povo, o deputado Jerônimo Santana, MDB, dirigiu-se ao presidente da República, pedindo providências.

A exposição do deputado opositorista sobre ser clara demonstra, exaustivamente, diante das leis vigentes e da situação da garimpagem em Rondônia, que a medida posta em prática pelo departamento do Ministério de Minas e Energia é frontalmente contra os interesses da região e da sua população.

Diz, de início, Jerônimo Santana: "O ex-ministro das Minas e Energia, Antônio Dias Leite Júnior, entendeu de baixar a portaria 195/70 MME proibindo a livre garimpagem da cassiterita no Território de Rondônia. Essa portaria representou rude golpe à economia regional que tinha, há mais de 10 anos, seu crescimento e expansão condicionados à livre garimpagem e comércio da cassiterita no Território. Nesse período a população de Rondônia aumentara em cerca de 70% e sua mão-de-obra ociosa encontrou emprego através da participação direta na exploração de sua principal riqueza, não só extraíndo o minério e vendendo-o como reaplicando e reinvestindo ali mesmo grandes parcelas do produto das transações, acelerando, pois, a ocupação do Território. Graças à garimpagem da cassiterita, vilas, estradas, campos de pouso e clareiras se abriram na densa floresta de Rondônia. O povoamento se fez em todas as regiões do Território."

Mostra, a seguir, como se processa ali a ocorrência da cassiterita: "Geologicamente falando, na Amazônia a cassiterita ocorre em depósitos de aluvião e eluvião. Essa ocorrência é que define e propicia a natureza e o método de sua extração - a garimpagem, definida e permitida no Código de Mineração, nos seguintes termos: garimpagem, o trabalho individual de quem utilize instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis, na extração de pedras preciosas, semipreciosas e minerais metálicos ou não metálicos, valiosos, em depósitos de

eluviação ou aluvião, nos alveos de cursos d'água ou nas margens reservadas, bem como nos depósitos secundários ou chapadas (grupiarras), vertentes e altos de morro, depósitos desse genericamente denominados garimpos (Art. 70, I) Art. 71: Ao trabalhador que extrair substâncias minerais úteis, por processo rudimentar e individual de mineração, garimpagem, faiscação ou cata, denomina-se genericamente, garimpeiro. Art. 72: Caracterizam-se a garimpagem, a faiscação e a cata, I, pela forma rudimentar de mineração, II, pela natureza dos depósitos trabalhados e, III, pelo caráter individual do trabalho, sempre por conta própria".

Atividade livre

Jerônimo Santana, continuando, invoca o decreto lei 466/38 que regulou e definiu a garimpagem nas terras devolutas e nos rios públicos, estabelecendo (art. 3º) que a garimpagem poderá ser exercida livremente nesses casos, ressalvando, porém, em seu § único que "em terras de propriedade particular ou arrendadas, a garimpagem dependerá de autorização do proprietário ou arrendatário."

A região de Rondônia foi incluída nas zonas de garimpagem a que mencionou o decreto-lei 466, pelo decreto lei 5.862/43, segundo afirma o parlamentar em sua exposição ao Presidente da República, quando define no art. 1º: "Dentro da zona que a seguir se limita, no território do Estado de Mato Grosso, somente se permitirá a faiscação e garimpagem durante o primeiro trimestre de cada ano: ao norte, pelas divisas com os Estados do Amazonas e do Pará, a oeste, pelos rios Madeira, Mamoré, Guaporé e a linha divisória com a Bolívia até o marco da Boa Vista, ao sul, a partir desse marco e pelo espigão divisor das águas dos rios Guaporé e Jauru, até a nascente do rio Piqui e desse ponto pelo espigão divisor das

águas dos rios Paraguai e Cuiabá até a cabeceira mais oriental do rio Paranatinga, a leste, pelo espigão divisor dos rios Teles Pires e Xingu, desde a cabeceira do rio Paranatinga até a linha divisória com o Estado do Pará."

Prossegue Jerônimo Santana: "O art. 74 do atual Código de Mineração condicionou que, em terras de domínio privado a garimpagem se fará mediante o consentimento do proprietário do solo, ficando claro, pois, que em terras do domínio público vigora o estabelecido no art. 3º do decreto lei 466/38, ou seja, a livre garimpagem como regra geral e ampla. Esta, para ser exercida, depende do consentimento do governo federal que é representado na espécie pela concessão de certificado de matrícula do garimpeiro, conforme prevê o art. 73 do mencionado Código: "Dependem de permissão do governo federal, a garimpagem, a faiscação ou cata, não cabendo outro ônus ao garimpeiro senão o pagamento da menor taxa remuneratória cobrada pelas coletorias federais a todo aquele que pretender executar esses trabalhos."

Diz ainda o parlamentar, reforçando o princípio da livre garimpagem: "É ainda bastante claro o disposto no art. 75 do Código de Mineração: a autorização de pesquisa obtida por outrem, não interrompe, necessariamente, o trabalho do garimpeiro matriculado e localizado na respectiva área." E, continuando: "Por sua vez, a Circular 224/63, do Diretor das Rendas Internas do Ministério da Fazenda, reafirmou o mecanismo e a validade do decreto lei 466/38, quando em seu Capítulo I, item 1, assim regulou o problema do comércio de minérios, objeto da garimpagem: todos os que se dedicam à garimpagem de pedras preciosas e semipreciosas, na faiscação de ouro aluvionar e da catação de qualquer substância mineral em jazidas detríticas (aluviais e eluviais) de rutilo, ilmenita, cassiterita, columbita, volframita, quartzo, agata, granada, cianita, berilo industrial, cristal de rocha, tantalita, bismutita, estauroilita e outras em análogas condições de jazimento, que não comportarem lavra em escala industrial, terão suas atividades reguladas pelos arts. 3º, 5º, 6º e 7º do decreto lei 466/38."

"E ainda no item II desse mesmo capítulo dessa circular - continua Jerônimo Santana, na exposição ao Presidente Geisel - foi reafirmada a validade da livre garimpagem nos terrenos devolutos: a garimpagem, faiscação e catação poderão ser exercidas livremente nos rios públicos e terrenos devolutos, dependendo, entretanto, em terras de propriedade particular, de autorização de seu proprietário ou arrendatário."

Expõe o representante do MDB que "dos preceitos legais mencionados, ficou claro e assegurado que a garimpagem é livre nos rios públicos e terrenos devolutos. Ora, no Território de Rondônia ou em sua província estancifera, mais de 90% dos terrenos em que ocorre a cassiterita aluvionar são devolutos. Por que, então, proibir a livre garimpagem por meio de uma portaria quando ela é permitida por lei e reafirmada através dos regulamentos pertinentes ao seu comércio? O que define a livre garimpagem no País é a lei, o Código de Mineração e o decreto-lei 466/38, bastante claro, e a circular 224/63, da Diretoria de Rendas Internas, em vigor e que trata do seu comércio. A permissão legal tem, pois, assento na realidade, assim definida para que ocorra: que sejam em terrenos devolutos (é o caso de Rondônia) e que a natureza dos depósitos aluvionar e eluvionar permita e defina a garimpagem (é também o caso das ocorrências de cassiterita em Rondônia)".

Proibição ilegal

Após acentuar que, diante disso, a portaria 195/70 MME, que nem expediu considerando, justificando a sua edição, exorbita por conflitar com os textos legais vigentes, sobre ser arbitrária e prejudicial aos interesses econômicos do Território, na proibição da garimpagem livre, Jerônimo Santana passa a analisar outro aspecto do problema, isto é, as condições que, segundo a legislação, condicionam seja cessada a garimpagem. Diz então: "O art. 78 do Código de Mineração, que seria a base legal da Portaria 195 - disposição legal que enumera os casos de fechamento da garimpagem em certas áreas - condicionou a existência dos seguintes pressupostos para o fechamento: malbaratamento de jazidas e motivos de ordem pública. No caso de Rondônia não se comprovou nenhum dos pressupostos para o fechamento da garimpagem da cassiterita e não se fez o respectivo processo administrativo que daria ensejo à edição da portaria. Nada ocorreu e a portaria foi baixada sem justificção até hoje".

"Os geólogos independentes - continua - são unânimes em afirmar que, em se tratando da garimpagem de cassiterita, é fácil, através dos processos de mecanização da lavra, fazer o aproveitamento do minério que não foi possível ser recolhido pelo trabalho dos garimpeiros. Estes abrem o setor, desbravam, descobrem as jazidas para que as máquinas complementem o seu esforço pioneiro".

Após afirmar que a regra geral é a livre garimpagem, consagrada nos textos legais e

vigorantes no Amapá, Roraima, Pará, Goiás e Minas onde existem depósitos de cassiterita, objetos de livre extração e comércio, interroga o deputado do MDB "por que só em Rondônia haveria o malbaratamento das jazidas, quando os depósitos são semelhantes aos das outras regiões onde o produto é garimpado livremente", argumentando ainda que "sendo esses aluvionais e em sua maioria constituídos de pequenos bolsões, não justificam e nem comportam investimentos para mecanização de sua lavra. Este fato reconhece-o o próprio DNPM".

Afirma, em seguida, que a mencionada portaria excedeu e exorbitou quando proibiu a livre garimpagem da cassiterita em 612 mil km² na região de Rondônia, pois que nessa vastidão, além de serem terrenos devolutos, está provado que grandes extensões dessa vasta área não comportam a lavra mecanizada e sim a garimpagem, razão por que a produção da cassiterita caiu verticalmente em Rondônia.

Citando o art. 76 do Código de Mineração, segundo o qual, concedida a lavra, cessam todos os trabalhos de garimpagem, faiscação e cata, enumera que os decretos de lavra não abrangem 15 mil hectares de superfície e que não foram ainda mecanizados, pois que, segundo afirma, não se dispõe de know-how para exploração racional e integral dos depósitos de cassiterita aluvionar e os métodos usados na Malásia não se adaptam ao Brasil. Afirma que na província estancifera de Rondônia foram outorgados 26 decretos de lavra, a saber: Mineração Jacundá, 2 decretos, Oriente, 1 decreto, São Lourenço, 15 decretos, Massangana, 5 decretos e Santa Bárbara, 3 decretos, e que as áreas no Território estão assim consignadas: a) as objeto de decretos de lavra nas quais estaria proibida a garimpagem livre e não atingem a 15 mil hectares; b) áreas pesquisadas e que não aconselharam a expedição de decreto de lavra; c) áreas virgens que não foram pesquisadas e que não são objeto de alvará de pesquisa e constituem a grande maioria. E então pergunta Jerônimo Santana por que proibir nesta última a livre garimpagem, se ela é amparada em lei.

Garimpagem assalariada

"A lei brasileira não prevê nem permite a garimpagem assalariada", afirma Jerônimo Santana aduzindo: "O garimpeiro é um profissional autônomo, nos termos dos arts. 71, 72 e 73 do Código de Mineração. Ele tem amplos direitos de vender o produto do seu trabalho, conforme se vê no art. 77 do mesmo Código. Como pretender agora o DNPM instituir a atividade da garimpagem assalariada? Não cabe ao diretor do DNPM proibir o que a lei faculta amplamente, ou seja, a livre garimpagem nos terrenos devolutos e o consequente direito do garimpeiro vender os produtos do seu trabalho. Se o garimpeiro, em outras unidades da Federação, pode vender a cassiterita por ele extraída, por que não pode fazê-lo em Rondônia? A discriminação é evidente".

E mais adiante, na exposição: "Se o detentor dos decretos de lavra pode garimpar a cassiterita por meio de assalariados, como quer o DNPM, por que não permitir que o garimpeiro exerça os direitos inerentes à sua profissão no Território de Rondônia? Por que tanta discriminação com os nossos garimpeiros?"

O documento, após expor e analisar a ilegalidade de se pretender acabar em Rondônia com a profissão autônoma de garimpeiro, para transformá-la em assalariada dos grupos beneficiados com os decretos de lavra, diz: "Verificam-se atualmente verdadeiras arbitrariedades contra os garimpeiros que são presos por extrarem cassiterita e têm o produto de seu trabalho apreendido sem que se lhes diga para onde ele é enviado. Existe um verdadeiro esquema de enriquecimento ilícito e um grupo que atua no Território abusando da autoridade e se apropriando ilicitamente da cassiterita extraída pelos garimpeiros. Várias partidas de minério foram apreendidas e não foi anunciado ao leilão público, conforme preceitua o § 4º do art. 73 do Código de Mineração. Em poder de quem estariam as toneladas de cassiterita extraída pelos garimpeiros e deles tomada?"

Após deter-se na análise dessas arbitrariedades, expõe Jerônimo Santana a situação de depressão econômica em que se encontra Rondônia, com a proibição da livre garimpagem da cassiterita, mostrando o desespero em que se encontra o comércio e que o "cartório de protestos vem batendo recordes, protestando até 100 títulos por dia, empilhados no cartório pela insolvência dos devedores".

Afinal, anexando um abaixo-assinado, firmado por mais de 500 pessoas, e mais um discurso que pronunciou na Câmara, sob o título **A cassiterita de Rondônia entregue aos grupos multinacionais**, o parlamentar de Rondônia pede ao Presidente Geisel a revogação pura e simples da portaria ilegal e arbitrária, devolvendo a Rondônia, nos termos da legislação vigente, a tranqüilidade de uma atividade lícita e produtiva, reativando, assim, a sua vida econômica e o desenvolvimento com o trabalho pioneiro da garimpagem autônoma.

ÁRABES VÊM DESENVOLVIMENTO BAIANO

Reportagem
de PEDRO MUNIZ
Fotos de VAVÁ e VIGOTA

Os banqueiros internacionais que estiveram em Salvador lamentaram a falta de uma tradição comercial entre o Brasil e o mundo árabe. O sr. Abdalatif al Hamad, presidente da Companhia Árabe de Investimentos afirmou que os "homens de negócios brasileiros têm enorme potencial de vendas no Oriente Médio". Elogiou, ainda, a estabilidade política como fator imprescindível ao desenvolvimento econômico.

Hamad ficou bastante impressionado com o alto nível de eficiência e organização alcançado pelas empresas brasileiras e a confiança e otimismo dos empresários nos êxitos de seus empreendimentos. Durante a visita a Salvador, os banqueiros viram de perto o atual estágio de desenvolvimento industrial da Bahia e analisaram os setores que oferecem maiores perspectivas de futuros investimentos.

Visita
A convite do presidente do Banco do Brasil, sr. Angelo Sá, a missão estava composta de 39 banqueiros de 19 países, dirigentes da Companhia Árabe Internacional de Investimentos, Banco Árabe Internacional de Investimentos e do Euro-Latinamerican Bank, organizações financeiras com sede na Europa e às quais o BB é associado.

Os árabes, após visitar o Centro Industrial de Aratu, Eletro Siderúrgica Brasileira (Sibra) e Pólo Petroquímico procuraram desfazer as alegações de que seus países investem enormes recursos financeiros apenas em países industrializados, indiferentes aos esforços das nações em desenvolvimento.

Ao declarar que "o óleo que temos não ingerimos e serve apenas para máquinas e motores", o presidente do Banco Nacional do Kuwait e do Oriente Médio, Fahad Albahar, anteendo o esgotamento das reservas petrolíferas, definiu a disposição da Companhia Árabe de Investimentos de aplicar recursos nos países subdesenvolvidos, prevendo a escassez de alimentos, ao mesmo tempo em que visa, em outras áreas, a transformação dos petrodólares em negócios bastante rentáveis.

O chefe da missão, sr. Abdalatif al Hamad, presidente da CAII, rejeitou, categoricamente, a tese de que os árabes buscam, apenas, segurança e rentabilidade para seu dinheiro. "Os países exportadores de petróleo concederam, no ano passado, a juros baixos e longos prazos, mais de 17 bilhões de dólares às nações em desenvolvimento, ao passo que a ajuda aos países industrializados somou 11 bilhões de dólares", ressaltou.

Segundo ele, ainda, as empresas brasileiras têm no Oriente Médio grande mercado para seus produtos, e que os árabes podem fazer bons investimentos no Brasil. "Mas a falta de conhecimento, tanto de um lado como de outro, dificulta a concretização dos negócios". Em virtude disso, aconselhou o aumento do



Os banqueiros Manoel Keller e Alberto Martins Catarino (meio encoberto) e os empresários João José de Carvalho Sá e Rubens Luiz de Araújo.

O presidente da Multtrade e Sibra Luiz Almeida fez uma palestra para os banqueiros internacionais.

Angelo Sá não perde tempo: sentou-se e transou investimento com três colegas. Ao fundo, o samba rasgado e solto.



intercâmbio econômico e financeiro, que deve ser estimulado com a ida ao Oriente Médio de delegações brasileiras.

Investimentos

Revelou al Hamad que apenas o Kuwait já tem investido em condições bastante favoráveis aos receptores. 3,5 bilhões de dólares nos países em desenvolvimento, o que corresponde a 10 por cento do PNB, enquanto que a percentagem das concessões feitas aos Estados Unidos, com o mesmo objetivo, é de 0,5 por cento em relação ao PNB.

Ele acha que esses investimentos se revestem de maior significado diante do preço do petróleo, o mesmo de dois anos passados.

Os brasileiros têm grandes chances de vender aos árabes sobretudo manufaturados e produtos agrícolas. O grande problema é nos conhecermos, e a separação que por tantos anos temos, não nos dá a tradição comercial. O que compramos de produtos brasileiros é adquirido através de terceiros, que impedem contatos diretos.

Observou, por outro lado, que é necessário paciência para efetivação das transações. "Não se constroem relações comerciais da noite para o dia. Dependem muito de conhecimentos pessoais e de organizações com fins específicos".

Os visitantes percorreram as instalações do CIA, pólo petroquímico e Sibra, manifestando boa impressão sobre o que viram, o sr. Angelo Sá, presidente do Banco do Brasil, que é acionista da CAII, disse que os árabes observaram exclusivamente a possibilidade de financiamentos e investimentos no Brasil. As decisões que poderão tomar, conforme acrescentou deverão surgir após alguns meses e discussões sobre sua viabilidade.

O interesse demonstrado pelo presidente do Banco do Kuwait e do Oriente Médio, Fahad Albahar, foi na área agrícola, especialmente soja e café. Após visitarem o parque industrial baiano, a missão de banqueiros foi recepcionada no Cajazeira Golf Club, que contou com a presença de empresários e de banqueiros baianos.

Visita a Salvador.

Graças ao empenho do sr. Angelo Calmon de Sá, interpretando a política governamental de atrair novos investimentos para o desenvolvimento, a delegação de banqueiros internacionais veio ao Brasil, e particularmente a Salvador. Foram recepcionados em palácio pelo governador e sra. Roberto Filgueira Santos e no dia seguinte, depois de percorrerem as instalações da Sibra, participaram de um almoço reservado a poucos convidados oferecido pela direção da siderúrgica genuinamente baiana, no Cajazeiras Golf Country Club.

Por ter se domorado percorrendo as instalações da empresa, o almoço que tinha hora marcada para às 11 horas, só teve início às 14 horas, precedido por um show que contagiou quase todos, dado ao ritmo do conjunto. A animação foi tal que além dos baianos chegou a mexer também com os banqueiros internacionais, tendo alguns deles participado do samba.

O excelente artista plástico Caribé, dançou maxixe, samba de roda e outros ritmos assim como o presidente do Banco de Desenvolvimento de Abu Dabi. Em seguida, foi servido o almoço, acompanhado de rápidas falas (três exatamente: Abdalatif al Hamad, Angelo Sá e Luiz Almeida). Depois a delegação rumou para o aeroporto, a fim de retornar cada qual a seus países.

Franco, seco e curto

Extremamente educado e preparado, com curso inclusive em Oxford e Harvard, o presidente do Banco do Kuwait, Fahad Albahar, que veio acompanhado da mulher, recusou-se delicadamente porém deliberadamente, a falar de política internacional, fazendo apenas uma exceção: para elogiar Arafat, dizendo que o chefe do Exército de Libertação da Palestina é um verdadeiro líder "pois é destemido, corajoso e patriótico".

Sobre petróleo, disse que "é a única coisa que nós temos e tínhamos que valorizar nosso produto. Não era possível que continuássemos a vender nosso petróleo a 2 dólares o barril, para ser revendido a 14 e 15 dólares, como estava sendo feito, e durante anos, foi negociado". Concluiu dizendo: "Nossa única reivindicação é que o petróleo acompanhe a inflação mundial, e seja reajustado, seu preço, na mesma proporção que os outros produtos de primeira necessidade".

Cumprimentos ao presidente

Além dos srs. Abdalatif Al Hamad, presidente da Cia Árabe Internacional, Pierre Ledouz, presidente do Banque National de Paris; Helmut Hauesgen, presidente do Banco Árabe, Fahad Albahar, presidente do Banco do Kuwait, estiveram em Salvador empresários e banqueiros do Sudão, Abú Dabi, Líbano, Síria, Arábia Saudita, Líbia, Tunísia, Marrocos, França, Inglaterra, Espanha, Itália, Bélgica, Canadá, Alemanha Ocidental, Japão, Peru e Holanda.

O presidente do Banco de Desenvolvimento de Abú Dabi, que dista do Kuwait apenas duas horas de jato, ficou impressionado com a conversa que teve com o secretário das Minas e Energia José Mascarenhas - a conversa versou sobre petroquímica e minerais - assim como, elogiou o presidente da República pela "feliz escolha" do atual presidente do Banco do Brasil. "Homem competente - disse - e senhor do mundo das finanças e da economia mundial". Concluiu dizendo: "O mundo é dos jovens e feliz dos dirigentes de cada nação, que sabe

escolher homens sérios e dinâmicos como Angelo Calmon para presidir um banco como o Banco do Brasil".

O almoço foi restrito a banqueiros e empresários convidados e a dirigentes da Multtrade e da Sibra. Os banqueiros Alberto Martins Catarino e Manoel Keller da Silva, respectivamente Vice-presidente e diretor executivo do Banco Econômico; casal Frederigo Cordilho Luz, casal Marcelo Gedeon; srs. Mario Amerino Portugal, Rubens Lins de Araújo, Frans Gedeon, Elias Gedeon, João José de Carvalho Sá, Gilberto Sá, Geraldo Dannemann, Jairo Simões, Jaime Villas Boas Filho, José Carlos Valério; Guilherme Simões (assessor especial das diretorias da Multtrade e Sibra e responsável pelo magnífico almoço); artistas plásticos Mario Cravo Júnior e Caribé (acompanhado de Nancy); Paulo Motta, usineiro e diretor de S/A Magalhães; casal Miguel Villas Boas, sras. Lara Carvalho, Ana Maria Carvalho Sá, E. naturalmente, Luiz Almeida, diretor superintendente da Multtrade e Sibra e anfitrião.

O mundo árabe

Muitos países chamados de árabes não o são racialmente, mas pela religião comum. O mundo árabe é extremamente dividido e formado por antagonismos. Depois da tentativa de derrubada do coronel Muammer Al-Kadhaffi (32 anos) em 1974, há quem afirme que a coisa mudou. Revolucionário árabe, chefe de uma nação desértica e inhospita, porém imensamente rica, Kadhaffi foi acusado, simultaneamente, de comunista e agente da CIA. Nasceu numa tenda em pleno deserto e dormia numa esteira de palmas. O mundo árabe não é constituído só de povos árabes, mas de religiosos muçulmanos. O Egito, o Líbano, o Irã e a Síria professam a fé do profeta Maomé, porém árabes racialmente puros só existem na Arábia Saudita, Iêmen, Emirados Árabes, parte da Síria, parte do Egito, pequena parte da Jordânia e quase todos os refugiados palestinos. Os persas do Irã são arianos. Os libaneses descendem de Tiros e Sidon, duas colônias fenícias, bem como muitos sírios que vêm de primitivos povos do Oriente Médio. Muitos egípcios são descendentes de judeus ou arianos. Os turcos são de raça amarela, dos mongóis. Líbios, sudaneses brancos, argelinos brancos são beduínos, como alguns do Iraque e da Jordânia. Os árabes de Madagascar, Mali, Uganda, Etiópia, Somália, Tânger, Marrocos e Tunísia, são negros. Os árabes do Paquistão são asiáticos aparentados com o grupo indo-europeu.

Mistura política

Em política, são também muito divididos: coexistem monarquias feudais com socialismo marxista, ditaduras de direita com reinos de direita, soberanos democráticos com governos de um só homem. Na extrema direita, alinham-se Muhmed Rhez a Pahlavi, Xá do Irã, alinhava-se o rei Façal da Arábia Saudita e seu primo do Reino Islâmico do Iêmen do Sul. Ditaduras pessoais são as de Habib Bougiba (Tunísia), Jalloud (Líbia), Numeiry (Sudão). Ditaduras com o apoio popular são as de Anuar AlSadat (Egito) e Idi Amin Dada (Uganda). Ditaduras socializantes estão na Argélia (Houari Boumedienne) e Mauritânia, além de Máli (Hafaz) e Síria (Asad). O Iraque inclina-se para o marxismo. A Jordânia (Hussein) e Marrocos (Hassan II) são monarcas constitucionais (até certo ponto). E existe uma República Árabe do Iêmen, sustentada pelo Egito, Líbia e Tunísia, contra a Arábia Saudita e Jordânia. Os Emirados Árabes são principados feudais.

Com toda esta confusão racial e política, tomar o dinheiro deles, no entanto, somente com aval bancário, e olhe lá. O que eles querem mesmo (e estão certíssimos) é comprar indústrias pesadas, siderúrgicas, fábricas de automóveis, indústrias farmacêuticas, e investir em imóveis na 5ª Avenida, em Miami etc.

No fundo, no fundo, eles são o que minha sábia e saudosa avó dizia: "mandacaru do nordeste, que não dá sombra nem encosto a ninguém."



Quando o samba esquenteou, os árabes entraram na folia: Caribé equilibrou copo de whisky na cabeça, as recepcionistas da Kontick Franstur sambaram, foi uma alegria total.



O presidente do Banco do Kuwait (35 milhões de dólares de capital social) Fahad Albahar fazendo algumas considerações sob as vistas do presidente do Banco de Desenvolvimento de Abú Dabi, do cacauicultor Marcelo Gedeon e do repórter.



Os banqueiros internacionais se impressionaram com o som da cuica: sete deles estão atentos aos instrumentistas. Inclusive o usineiro Paulo Motta.



Guilherme Simões dançou, pulou, sambou, tocou todos os instrumentos. Foi um show à parte. Tanto de simpatia, como de eficiência e competência. Mais atrás, de vestido estampado, Ana Maria Carvalho Sá, mulher do presidente do Banco do Brasil.



De um lado, a repórter e o casal Marcelo Gedeon. Do outro, o casal Fahad Albahar, o presidente do Banco de Desenvolvimento de Abú Dabi e o jovem engenheiro Elias Gedeon.

Operação Tartaruga em Rondônia

O governador Humberto da Silva Guedes, do Território de Rondônia, até hoje não conseguiu formar sua equipe de trabalho. Só para mudar o secretário de Segurança levou-se mais de um mês e meio e até ser mudado. Arthur Carbone, secretário de Segurança do governo Marques Henriques, prosseguiu fazendo absurdos e perseguindo o povo de Espigão Oeste.

O segundo e terceiro escalões da administração territorial não foram removidos. Todos ainda ocupam funções de destaque em cargos de provimento efetivo. Estão fazendo a maior operação tartaruga da história do território. No território é assim: quando tem um governador forte o governo é fraquíssimo. Até hoje o governador de Rondônia anda preocupado em colocar notas na Rádio Calari para dizer que fora ao aeroporto receber seu filho e não o deputado Jerônimo Santana que chegava a Porto Velho no mesmo avião.

Sua Excelência visitou o interior e não removeu ainda os administradores corruptos de Vilhena, Pimenta Bueno, Cacoal, Vila Rondônia e Ariquemes. Em Guajará-Mirim não conseguiu substituir o prefeito Paulo Saldanha. Convidou Bader Massud para ocupar o cargo de prefeito e, depois de aceito o convite, o governador foi a Guajará-Mirim. O povo estava contente com o anúncio do nome do novo prefeito. Em Guajará participou de um jantar com conhecida personalidade que joga cartea-do com Pedro Nicolau Flores, conhecido e notório fornecedor exclusivo da prefeitura do SNG (corrupção em alto grau esse fornecimento). Depois do jantar e após ter ouvido o porta-voz de Pedro Nicolau Flores, o governador mudou de idéia e deixou Bader Massud e o povo de Guajará-Mirim até hoje em suspense, sem nomear novo prefeito para a cidade apesar do anúncio.

O povo indaga na cidade, com natural curiosidade, qual terá sido a intriga que o grupo Paulo Saldanha - Pedro Nicolau terá conseguido pregar no governador através de seu comensal ilustre, a ponto dele recuar do convite a Bader.

O governador ainda não fez publicar uma nota explicando porque ainda não resolveu o problema da Prefeitura de Guajará e das administrações das vilas do interior, apesar de sua administração já ter entrado no terceiro mês.

Catarinenses com Chico Pinto

O deputado Murilo Canto, líder da bancada do MDB na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, transmitiu ao deputado Catarys Guimarães, o seguinte telegrama: "Lamento profundamente veto imposto candidatura executiva nacional dr. Francisco Pinto, registro temor e apreensão de que se no futuro receber punição resultado defesa teses emedebistas, seja repudiado meus próprios companheiros."

Dedo duro ou corpo mole

Durante o Congresso do MDB, um grupo discutia nos corredores, acaloradamente. Dele participavam um jornalista do Diário de Notícias, um estivador aposentado e um repórter do Jornal da Semana, que estava sendo duramente criticado pelos outros dois por ter-se prontificado a identificar, para o presidente do Diretório Regional, quais os "radicais infiltrados" na agremiação partidária.

Morre Cleo Silveira

Cléo Marcondes Silveira foi sepultada quarta-feira última no cemitério de São João Batista, no Rio. Uma verdadeira multidão compareceu ao enterro. Praticamente todos os escritores brasileiros que se encontravam no Rio estiveram presentes. Cléo estava afetuosamente ligada ao melhor mundo intelectual do País, e era mulher do escritor e editor Ênio Silveira e filha do falecido editor Octales Marcondes. Nascida e casada, assim, no meio da inteligência brasileira, seu inesperado desaparecimento sensibilizou profundamente os meios culturais, que levaram a Ênio sua solidariedade e suas condolências.

- Você é um dedo-duro! - gritou o estivador.

- Não - contestou o jovem do Jornal da Semana. - Isto é apenas uma atitude pública que não pretendo consumir. É corpo-mole.

O repórter do Diário interveio: - Essa não cola. Além disso, dedo mole em corpo duro tanto dá até que fura.

MDB: os autenticamente rebeldes

Conversa ouvida nos corredores da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul depois do episódio Chico Pinto:

- Bem, antes disso o MDB dividia-se entre autênticos e moderados. Os autênticos eram moderadamente autênticos, e os moderados, autenticamente moderados.

- Sim, mas esses rebeldes do grupo radical? Os que apóiam Chico Pinto?

- Ah, esses sim, são autenticamente rebeldes.

Porro paga mal e ainda injuria

O jornalista Armando do Rozário - o China da Banca de Ipanema - conhecido e respeitado como um dos melhores fotógrafos da imprensa nacional, instruiu o advogado Manlio Marat de Almeida Aquistapace, para tomar as medidas necessárias a fim de processar o diretor da editora Abril no Rio de Janeiro, o jornalista ítalo-brasileiro Alessandro Porro.

Em petição encaminhada ao juiz de direito da 12ª Vara Criminal, Alessandro Porro é citado em queixa-crime, sendo solicitada sua inclusão nas punições impostas aos que ferem o artigo 140 do Código Penal. Na petição, Armando historia seu caso, que começou quando foi contratado para prestar serviços à Editora Abril, em 1.º de setembro de 1972. No exercício de suas funções, solicitou equipa-

ração salarial com seus colegas. A empresa não gostou de ser levada a cumprir a lei e resolveu dispensar seus serviços, sem justa causa. No ato da dispensa, Alessandro Porro resolveu injuriar Armando Rozário, qualificando seu procedimento (isto é, sua intenção de fazer valer seus direitos adquiridos e assegurados por lei) de "caminho mais imbecil e mais idiota" e referindo-se a um "sistema mesquinho e de criança."

Armando Rozário, considerou as investidas injuriosas e agora o patronal jornalista terá que prestar contas à justiça, podendo ser condenado de acordo com o Código Penal.

Boa literatura não encalha

Esgotada em pouco mais de um mês a primeira edição de «Cartéis e Desnacionalização (Uma experiência brasileira 1964-1974)», do escritor Moniz Bandeira, a Editora Civilização Brasileira está anunciando para breve a segunda edição. A repercussão e consequente vendagem do livro foi tão grande que um coquetel de promoção programado pela editora foi cancelado por falta de exemplares disponíveis.

Outro autor que está com a 2.ª edição de «Malagueta, Perus e Bacanação» esgotada é João Antônio, que recentemente lançou novo livro de contos «Leão-de-Chácara». Os dois exemplos servem para muita gente: quando existe preço bom, ele vende, apesar dos preços do mercado.

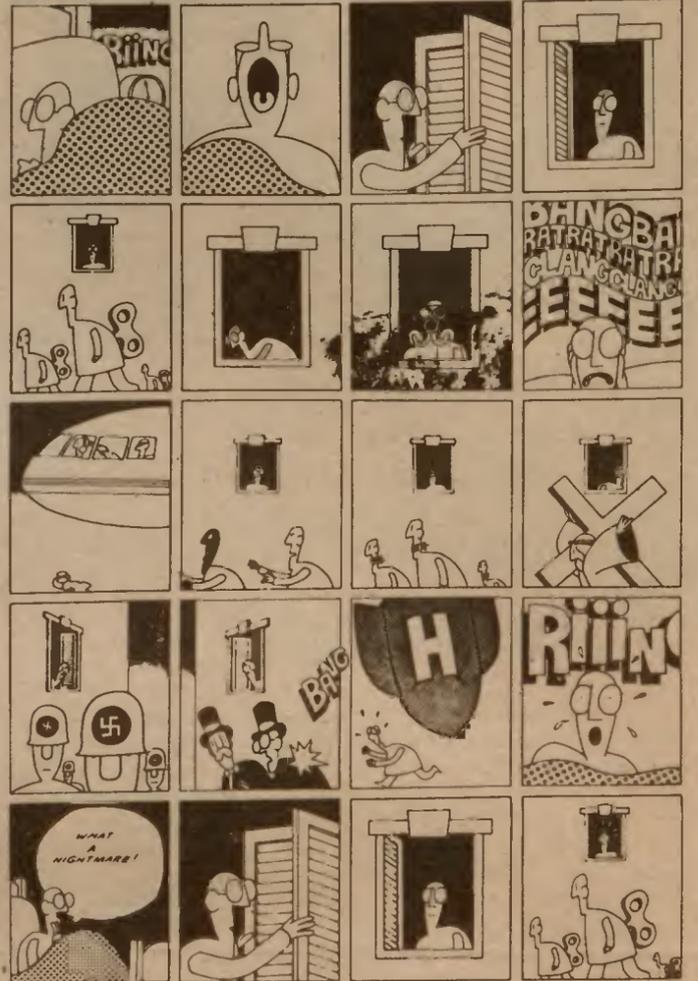
Estudantes no Congresso

Em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, na semana passada, o deputado Henrique Eduardo Alves (MDB-RN), pediu ao governo federal que estenda a todas as indústrias do nordeste o benefício de dedução no imposto de renda, parcela da correção monetária que exceder a 20% dos financiamentos. A justificativa foi dada pela própria Sudene, ao reconhecer a lentidão do crescimento nordestino, motivo pelo qual o parlamentar defendeu "continuação de incentivos como fórmula de acelerar o crescimento da região".

Em palestra proferida na Câmara, Henrique Alves destacou a importância do poder legislativo no sistema democrático e a necessidade de os estudantes aprofundarem seus conhecimentos no setor político nacional, integrando-se à vida pública do país. A palestra foi proferida na abertura do período de estágio na Câmara que vai até o dia 12 de setembro, quando os estudantes manterão contato direto com diversos setores daquela casa, entrevistando-se com deputados e conhecendo detalhadamente a mecânica de funcionamento.

Assistiram à palestra universitários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da Universidade Regional de Mossoró e da Fundação José Augusto.

DAY BY DAY



Caulos premiado no Canadá

Enquanto aqui no Brasil, Charles Brown virou até nome de samba (de péssima qualidade), os cartunistas brasileiros têm que ir para o exterior. Agora mesmo recebemos de Abdias do Nascimento, nosso colaborador, os resultados do 12º Salão Internacional da Caricatura, reunido em Montreal, no Canadá.

O nosso muito conhecido Caulos, ou Luiz Carlos Coutinho, recebeu menção honrosa, por unanimidade com o trabalho acima. O júri foi integrado por Burne Hogarth (o criador do Tarzan), Renato Basoli, escultor italiano, Kosei Ono, artista gráfico japonês, Richard Langlois, professor de «Histoire de la bande dessinée» e pelo nosso Abdias.

Universitários gaúchos têm nova diretoria

O Diretório Central de Estudantes da Fundação Universidade de Rio Grande, elegeu sua nova diretoria para o biênio 75-76, tendo à frente o universitário Paulo Renato Cuchiara, que deverá, juntamente com seus companheiros de diretoria, dar prosseguimento à administração de Maria da Graça Reis, que acaba de deixar o diretório. A administração que termina seu mandato, foi apoiada por todos os estudantes da universidade, que lutam para manter vivo o

ideal universitário, apesar de todas as muitas e conhecidas restrições.

Encontro de Estudantes de Economia

A partir do dia 12 e até o dia 15 de setembro, estará se realizando em Belo Horizonte, o Encontro Nacional dos Estudantes de Economia, com participação aberta a qualquer estudante universitário. As teses e trabalhos a serem debatidos tratarão de dois temas gerais: análise da economia brasileira e problemas estudantis.

VERINHA e o aviltamento dos salários

A DIFERENÇA ENTRE SALÁRIO NOMINAL E SALÁRIO REAL É A MESMA QUE HA ENTRE UM PRATO DE COMIDA E A FALTA DELE!!!



O encontro será realizado na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Minas Gerais, e os estudantes que forem a Belo Horizonte poderão ficar hospedados na sede do DCE, com diárias de Cr\$ 13,00, e refeições a Cr\$ 3,50 no restaurante da universidade.

Clube da Criação atuante

Mais um projeto do deputado J. G. de Araújo Jorge, que vem atender aos mais autênticos interesses nacionais. O projeto obriga as distribuidoras de filmes estrangeiros no país a criar, produzir e imprimir os cartazes de cinema, por artistas, agências de propaganda e tipografias brasileiras.

O deputado emedebista justificou sua proposição com uma carta de J. Monserrat Filho, presidente do Clube da Criação. Monserrat chamou atenção do parlamentar para o fenômeno da "erosão cultural", mencionado pelo ministro Severo Gomes, dizendo que "a questão dos cartazes de cinema e dos próprios filmes, faz parte deste processo e precisa ser enfrentada".

Enquanto as providências legais não chegam, o Clube da Criação, que reúne os publicitários brasileiros, vai promovendo seminários e palestras em torno dos problemas dos profissionais da criação, visando criar um mercado de trabalho estável e a consequente valorização da profissão.

JB mutila artigo de Salinger

O Jornal do Brasil, edição de 7 de setembro corrente, transcreve artigo assinado de Pierre Salinger, de L'Express, intitulado "Uma visita a Fidel Castro". Num trecho da transcrição, falando de Cuba, diz o JB: "mas o país ainda é pobre, muito pobre, embora não dê a impressão de miséria". Não pretendemos defender Cuba, mas sim o jornalista Pierre Salinger, cuja passagem, mutilada pelo editor do JB (ou pelo tradutor) diz, textualmente, o seguinte: "mas este país ainda é pobre, muito pobre, embora ali não se sinta essa impressão de miséria como em muitas outras regiões da América Latina".

Como se vê, é um pouco diferente. Cuba é um país pobre, muito pobre, mas não está só, nessa situação, na América Latina.

Turismo de pobre é pau-de-arara

Nos luxuosos salões da Sogipa, em Porto Alegre, desenvolveu-se aquilo que, para a fina flor da sociedade badalativa, foi o maior evento turístico dos últimos anos: o 3º Congresso da Associação Brasileira dos Agentes de Viagens, que ocorreu paralelamente à Feira da Secretaria de Turismo, e o 1º Encontro Nacional dos Estudantes de Turismo (que desejam o reconhecimento do curso a nível de bacharelato: **bacharel em turismo**). Ao encontro compareceram, inclusive, os membros da Comissão Organizadora do Turismo na América Latina, representando 13 países.

CORDÃO ENCARNADO EM SÃO PAULO



A peça "Viva o Cordão Encarnado" de Luiz Marinho, um dos mais premiados textos nacionais, está estreando em temporada paulista no Teatro Aplicado na capital de São Paulo.

A produção do espetáculo é de Rodrigo Farias Lima e Flávio Bruno, jovens empresários que visam desenvolver um trabalho em termos teatrais no Rio e São Paulo, tentando popularizar ao máximo os autores brasileiros.

Num momento de crise cultural, com as chamadas peças digestivas dominando os teatros, é uma boa pedida prestigiar o cordão encarnado. Na foto, Gracinda Freire e Tania Alves.

Entre canapés, salgadinhos e alguns hectolitros de álcool, trocaram reciprocamente brindes e idéias (na ordem), do que resultaram as seguintes conclusões:

1) as agências de viagens devem unir-se em um plano nacional de turismo integrado; somente esse planejamento global poderia capacitar as agências a enfrentar o pandemônio causado pelos "roteiros turísticos" oferecidos desordenadamente e ao mesmo tempo por diferentes agências. Seria esta, também, a única forma pela qual poderiam enfrentar a gradativa degradação do mercado, cada vez mais restrito.

2) deve-se procurar um meio de incrementar o turismo na classe média e, possivelmente, entre os trabalhadores.

O que os eminentes membros da ABAV esqueceram de explicar é se os interesses das grandes agências de viagens, possuidoras de tradição e poderio econômico, serão os mesmos das pequenas agências que lutam para sobreviver; e de que modo se poderá incrementar o turismo em uma classe que, a grosso modo, ganha apenas o suficiente para continuar sobrevivendo. Mesmo depois do congresso da ABAV, turismo de pobre, mesmo, só o "pau-de-arara" dos nordestinos.

Para entender Verinha

Em nossa última edição, o texto da simpática e popular Verinha, teve sua leitura dificultada por problemas técnicos. Assim, e atendendo a justas reclamações, transcrevemos a nota publicada no jornal "O Globo" que inspirou Verinha e seu criador, Wagner.

Verinha lê documento da Federação Mundial de Higiene Mental - "Como especialistas dedicados ao cuidado de homens, mulheres e crianças, estamos familiarizados com os grandes obstáculos que a pobreza, a falta de desenvolvimento econômico, a privação de alimentos e água, de descanso e amparo, de educação, de assistência médica, de emprego, de vida comunitária, de dignidade e de justiça social, representam para a saúde mental. E o doente mental é quem mais sofre e recebe menos atenção dos dirigentes políticos", diz o documento.

DISCOS QUE ESTÃO PINTANDO

● **PAULINHO DA VIOLA** (Odeon) - Nada a dizer. É ouvir, ouvir e ouvir. Ninguém fica cansado. Paulinho da Viola prossegue neste disco com a mesma garra, talento e simplicidade que o fazem uma das pessoas mais importantes da mpb.

● **IDOLOS DA MPB - Volume 12** (Continental) - Coisa rara, gente. Noel Rosa cantando Noel Rosa. No outro lado, Aracy de Almeida cantando o poeta da vila. Indispensável para quem curte música brasileira. Essa coleção da Continental é das coisas mais importantes que já aconteceram por aqui. Não é só valor documental, não. Inclusive nesse volume, a qualidade técnica chega a espantar. O volume dedicado a Dorival Caymí está muito prejudicado pela idade das matrizes.

● **MODA DE CRAVIOLA** (Continental) - Bom instrumentista ele é, mas quem cometeu a infelicidade

de dizer a Paulinho Nogueira que ele pode cantar? As faixas instrumentais são boas, o disco é agradável, mas a voz de Paulinho Nogueira é quase monocórdica. Tirando a média, não chega a ser um disco muito recomendável.

● **ANTES QUE EU VOLTE A SER NADA** (Marcus Pereira) - Lecy Brandão pintou no ano passado, descoberta por Sérgio Cabral, com um compacto duplo. Na ocasião, Crítica publicou uma matéria dizendo que Lecy era uma boa esperança. Agora com seu primeiro long-play, Lecy mostra que já é uma realidade. O disco é bom, mas ninguém deve esperar, por exemplo, a autenticidade de uma Ivone de Lara. Lecy já está "sofisticada": estuda direito, frequenta ambientes todos como intelectuais etc. Mas o disco mostra, além da boa compositora, uma cantora de fôlego. Atenção especial para a faixa "Simples Pessoa" de Sueli Costa. Num nota pequena como esta, o repórter mencionar três mulheres que estão acon-

tecendo como compositoras é muito bacana.

● **CHICO & BETHÂNIA** (Philips) - Pronto, saiu o disco. Quem viu o show é unânime em afirmar: o disco é infinitamente melhor. Quem não viu, pode até gostar. Repertório bom. Chico mostrando em suas novas composições - Sem Açúcar, Gota D'água e Bem Querido, que é realmente um dos melhores compositores brasileiros. Bethânia fazendo o que sempre fez no palco-disco. A cantora só tem, no disco, um momento de destaque: é quando canta Gita, de Raul Seixas e Paulo Coelho.

Claro que o disco vai vender os tubos. Lógico que o disco é melhor que o show, mas não significa nada na carreira da dupla: ao contrário, por exemplo, do disco que reuniu Jorge Ben e Gilberto Gil. Em tempo: a última faixa do lado 1 teve sua letra vetada pela censura: "Tanto Mar" foi uma música que Chico fez para um amigo português. A censura não gostou e vetou, mas nós todos assistimos esse filme. Ou não!

SEM INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA NÃO HÁ IMPRENSA LIVRE

a independência de CRÍTICA depende de sua assinatura - de muitas assinaturas. não perca tempo, faça a sua agora.

PEDIDO DE ASSINATURA

Destaque este cupom e mande junto ao pagamento à ordem de

EDITORA CRÍTICA LTDA.

Av. Rio Branco, 156, sala 1222, Rio - RJ, Brasil

DESEJO FAZER UMA ASSINATURA DE

1 ANO BRASIL (Cr\$ 200,00) EXTERIOR (US\$ 50,00)
6 MESES BRASIL (Cr\$ 100,00) EXTERIOR (US\$ 30,00)

NOME

RUA

Nº

CIDADE

ESTADO

PAÍS

CEP

JUNTO MEU PAGAMENTO POR

CHEQUE VISADO PAGÁVEL NO RIO
 VALE POSTAL



ORKESIS



ORKESIS

POEMAS DE FERNANDO MOUSINHO

Coleção Paripécia EDITORA CRÍTICA Cr\$ 12,00

Pedidos para Editora Crítica Av. Rio Branco 156/1222 - Ed. Av. Central ou pelo telefone: 242-7395

ESTÁ COM PRESSA?
NÃO QUER PERDER O AVIAO?
QUER PEGAR O JOGO DO FLAMENGO DO INÍCIO?
QUER VER O INÍCIO DO PAREO?



Ligue para 227-0060 ou 227-0062 e procure o Geraldino motorista no Sol Ipanema. Ou então procure o Galô ou a Eni que eles lhe informam o paradeiro do Geraldino. Ele, Geraldino Luiz Alves Pereira, tem um Opala (LB-0282) e um TL (TA-5752)

TÁ CHEGANDO!

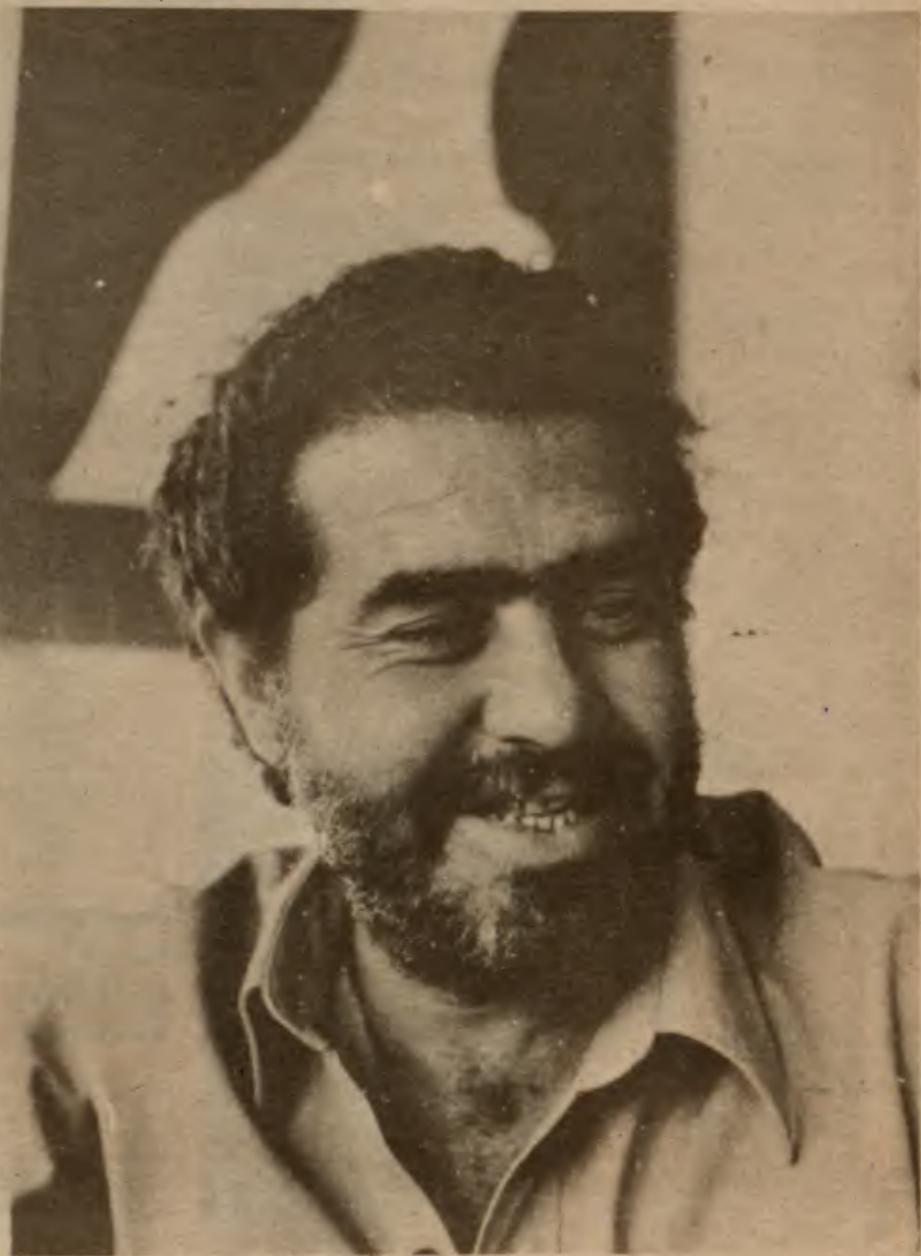


EXTRA uma entrevista du carelli!!

DENTRO DE POUCO TEMPO VAI PINTAR NAS BANCAS

PARA ANUNCIAR EM CRÍTICA TELEFONE PARA (021) 242-7395

O (SUB) MUNDO DE JOÃO ANTÔNIO



João Antônio: vamos abrir essa abertura e distender essa distensão

Quando William Faulkner esteve no Brasil, perguntaram-lhe qual seria a profissão mais indicada para o escritor, já que não é possível viver de literatura. Faulkner respondeu: "garçom de bordel". Um operário elegante, cheio de mesuras, mas profundo conhecedor da psicologia das pessoas. E foi por tipos como esse que o escritor e jornalista João Antônio se interessou, penetrando em seu universo nada elegante, conversando com leões-de-chácara, convivendo com a malandragem - que ele prefere chamar de merdunchos - e toda a escória social. É esse o universo de seu segundo livro "Leão-de-Chácara", recentemente lançado pela Civilização Brasileira.

Fui encontrá-lo no seu modesto apartamento em Copacabana, nenhum livro à vista, jornais empilhados a um canto da sala. João Antônio diz que a entrevista deverá ser interrompida depois, porque ele tem que ir ao "Globo". Mas resolve não ir. João é um antiintelectual, olha o espetáculo brasileiro pela ótica do povo e não do intelectual típico classe média. E foi dessa maneira que ele extraiu a essência do submundo urbano, numa linguagem rica em elevar o coloquial e a gíria ao nível literário.

Já em seu primeiro livro, «Malagueta, Perus e Bacanaço», lançado em 1963 e detentor de vários prêmios, João Antônio opta pelo cotidiano merduncho, pelo lúmpen, pelos humilhados da vida brasileira. Doze anos depois, com «Leão-de-Chácara» - premiado pela Fundepar em 74 - o contista revigora sua função crítico-social, num livro que - sua própria definição - "é porrada do começo ao fim", porque para ele a verdadeira literatura é uma briga em favor do homem, e o escritor brasileiro deve manter isso em conta; uma literatura cujo epicentro seja o homem brasileiro. Mas até que ponto pode-se escrever a realidade desse homem?

- Bem, a censura, ela tem servido de muitas coisas no Brasil, atrapalhou o caminho de algumas publicações, criou problemas para outras, cria até hoje. Evidentemente que a censura é um estado anormal de coisas, de ordem ideológica, política. Nós já conhecemos desde 64, depois em 68 com o AI-5 a coisa engrossou e tomou um aspecto mais forte. Mas a censura também não pode significar, o que vem significando, um alibi para preguiçosos, omissos, picaretas de toda espécie e em quase todas as editoriais de jornais. Você sente a presença do dedinho da omissão, do dedo nefasto da omissão, até da garra da omissão, você sente em todas as editoriais, de esporte, até economia e educação. Você sente que estão usando a censura como alibi para a mediocridade e a falta de limpeza de caráter profissional, a falta de questionamento. O que se está notando na grande imprensa é que ela não questiona mais, ela não interroga mais, ela não coloca em cheque as informações que são chegadas até ela.

- Então, o que é o repórter hoje? Um bom, hábil, esperto e solerte com paletó e gravata, sempre com paletó e gravata. Hoje o repórter é um paletó e gravata. Parece um executivo, bonitinho, limpinho, muito eficiente, muito es-

pertinho, né, muito lido em matéria de informação, de informática e comunicação. Então todo mundo é comunicólogo, todo mundo sabe das coisas, só que na hora de fazerem a boa reportagem não fazem. Então o diabo do repórter tornou-se um apanhador de dados, os quais ele não coteja mais e eu acho que não se pode usar a censura como escudo para esse feixe de mediocridades. O homem que faz o editorial ele pontifica, o editor organiza, o repórter apanha dados, ninguém abre para o debate, ninguém abre para a possibilidade de levantar idéias novas em torno dos assuntos.

- O grande problema é este: para formar opinião pública, isso é ABC meu Deus, para formar opinião pública é preciso abrir para o debate, é preciso levantar polêmica, a discussão. Porque as pessoas que fazem jornal são pessoas inteligentes. E pessoas inteligentes não escrevem apenas com palavras, mas também com idéias. Agora você vê o seguinte: os únicos jornais que estão questionando, o que eu chamo de imprensa nanica, quem é que está fazendo hoje a imprensa nanica? São os maiores profissionais de jornalismo brasileiro, que não têm mais vez nem hora na grande imprensa, que também não se submetem aos processos da grande imprensa, estão agarrados por aí, na pingência profissional de Pasquim, de Crítica, de Opinião, de Bicho, Movimento etc.

- E, uma jogada que eu quero dizer, o senhor Raimundo Pereira, que é muito vivo, por ser um bom jornalista e bom editor, já percebeu que não existe apenas uma grande lacuna na grande imprensa, mas no jornalismo cultural também. Os nossos jornais e revistas não têm portas abertas para a cultura, para a profissão jovem de poeta, de conto principalmente. Então ele entra com aquela Estórias Brasileiras, aquilo ali está substituindo os suplementos literários. Subtilmente o Raimundo está dando uma colaboração muito grande também ao escritor, está destruindo um preconceito de que a literatura não tem vez no jornal, isso é besteira, é uma tolice, isso é um provincianismo tolo. E tá todo mundo gostando muito, inclusive ele está revelando uma série de nomes muito bons, Murilo Araújo, Tania Failacci, o Manoel Lobato, que já não é tão revelação, já é um velho autor, mas que não é conhecido do grande público.

- E é uma oportunidade pro autor que não consegue publicar em livro, não consegue disputar com os "best-sellers" estrangeiros.

Exatamente. Então veja o papel da verdadeira democratização da cultura que um dos jornais que está mais sob a alça da censura, que é o Movimento, consegue fazer. Isto prova que a censura não pode ser usada para escudo de mediocridade, de picaretagem e omissão.

- E no caso do livro?

- Eu acredito que esses critérios de censura são sempre critérios muito burros. Censura é uma burrice. É muito difícil estabelecer qual o critério de justiça da censura. Eu acredito que sobre o livro a censura tenha agido com menos violência do que sobre o jornal. Basta olhar o número de tiragem de cada um. Então o livro é de certa forma tido e havido como um elemento menos perigoso. Mas ainda assim o grande problema para o escritor é que ele, tanto ou mais que o jornalista, é um indivíduo que não pode pensar em censura na hora de produzir. Se existe um recado a dar é esse. O sujeito tem que mandar o recado dele, seja qual for, sem olhos na censura, porque a censura é a castração de qualquer tipo de criação.

- Uma vez que não possa ser dado - é o caso por exemplo, do Loyola, que tem o "Zero", o romance dele, pronto há muitos anos, há cerca de oito anos, e foi inicialmente publicado na Itália, e depois veio para o Brasil. O Loyola é um exemplo muito vivo de dignidade profissional do escritor, ele esperou esses anos todos mas lutou pelo livro até ser agora finalmente editado no Brasil. Então, eu acho que o importante é o elemento de criação esquecer que existe censura, porque se nós começarmos a ver nessa censura o fantasma brutal, que ela já é, mais aquilo que nós acrescentamos através de nosso medo, então nesse caso estamos castrados. O que tem é que realmente colocar a palavra abertura em função. Não estão falando numa abertura? Bom, então vamos abrir essa abertura e vamos distender essa distensão, entende. Eu sou contra qualquer tipo de censura, evidentemente. Mas não se deve nem de longe acreditar que tudo que não sai publicado é culpa da censura.

A arte de João Antônio é de um realismo que descreve os pungentes dramas urbanos. Não é o realismo fantástico, mágico ou maravilhoso, que vem sendo cultivado por muitos autores brasileiros, alguns muito bons, segundo a linha hispano-americana, que também deu grandes escritores. Mas o nosso contista presente acha que "está se tornando uma onda em que só

aparecem na crista os hispano-americanos, e são mais badalados que lidos." Ele é contra a importação de modelos artísticos em prejuízo de uma concepção brasileira no ato de criar. E explica:

- A mistificação da literatura hispano-americana, com Garcia Marquez, Cortazar, Borges, Céspedes, Carpentier e outros, está virando moda, e aí começa a apodrecer. Eu acho um sinal de provincianismo incrível esse troço aí. Uma coisa que me chamou a atenção o Eduardo Galeano domingo agora que esteve aqui no Brasil - olha, eu vou falar de um autor que não morro de amores por ele, embora ache que a sua obra é importantíssima, o senhor Machado de Assis. O senhor Machado de Assis escreve, por exemplo, «Quincas Borba» no final do século passado. Você lê hoje, mais de 75 anos depois o mesmo «Quincas Borba» e vê que se trata de uma obra universal e que não envelheceu até hoje. Muito bem, qual era o escritor latino-americano que na época do senhor Machado de Assis tinha a força do Machado? Só essa pergunta. Qual era esse escritor? Seja ele argentino, venezuelano, o que seja.

- E a vida desses latino-americanos hoje na Europa?

- Alguns vivem até de mecenato. Eu acho isso muito engraçado e muito lamentável também - porque eu acho muito importante o escritor, especialmente em momentos de absoluta exceção política - saírem de seus países para ir viver o bem-bom lá fora. Eu acho que o lugar da gente é aqui, e aproveitando palavra do Autran Dourado, a minha literatura vale dentro do meu país, inicialmente. Isso é muito sério. Eu acho que deve haver o intercâmbio cultural, evidentemente que nós devemos ler os latino-americanos, como os latino-americanos deviam ler a gente. O que eu não quero é esse negócio de mistificação.

A leonagem

Atualmente a literatura de João não vale apenas dentro do Brasil. Seus contos foram traduzidos na Argentina, Venezuela, Espanha, Alemanha Ocidental e Tchecoslováquia; está incluído em nove antologias nacionais; Sérgio Sant'Ana, também escritor, usou o conto «Leão-de-Chácara» no seu curso de literatura oral da Universidade Católica de Minas Gerais. Não obstante tudo isso, João Antônio se considera

mesmo é um marginal, da literatura e da vida brasileira.

Foge dos beletistas e acadêmicos de fraque e cartola, não gosta de boate, ao contrário do que fica sugerido em seus livros. "Eu sou o homem mais de entrar em boate, salão de sinuca, essas coisas. A boate não faz o meu gênero, acho tudo falso na boate, a partir do úlsque, é uma mistura de chá com iodo, qualquer besteira dessa". Seus livros descobrem particularmente o malandro brasileiro, um tipo marginalizado mais pela dureza sócio-econômica do que outro fator qualquer.

- Onde você escreveu seus livros? Não foi no Castelinho. E o leão-de-chácara, como veio?

- Eu há muitos anos não entro no Castelinho. Entrei no Castelinho a última vez com um amigo meu, francês que veio conhecer o Brasil e queria comer peixe. Acontece que eram três horas da manhã ou duas, não sei, não tinha onde comer peixe, e esse cara é um homem que eu admiro muito e tal. Então começamos a ardar e encontramos o Castelinho. Mas isso faz muitos anos já, faz mais de dez. Naquela época, a geração dourada do cinema novo, etc., o Carlinhos Oliveira, Glauber estava no Brasil, então fui lá, foi a última vez. Eu não gosto de lugares da moda, não é porque eu seja mais bacana do que os outros, nada disso. Inclusive tá havendo aí uma onda com meu nome e tal e coisa, que está se tornando de certa forma uma lenda, um troço meio babaca, essa é que que é a verdade. Tem que ler o cara, discutir o cara. Eu prefiro que as pessoas leiam meu livro e apresentem críticas inclusive, do que ficar nesse ôpaôba como se eu fosse um profeta dos malandros, dos pobres-diabos, não é nada disso. Eu acho que se for encarar as minhas coisas sob esse aspecto vai virar badaladeira, quiquiriqui, vai virar besteira, vai virar besteira da grossa.

- Agora, o "Leão-de-Chácara" que foi feito, eu analisei muito, conversei muito, principalmente com um garçom que já é morto - e sirva então esse papo uma homenagem a ele. Era o Garotinho. Garotinho era um velho garçom de 62 anos, que trabalhou sempre ali no Prado Júnior, depois foi pro Cantinho do Leme, trabalhava sempre à noite. E ele tinha esse apelido Garotinho porque ele começava ou finalizava ou colocava no meio da frase esse termo garotinho, garotinho. Muito bem. E você sabe que os garçons são criaturas maravilhosamente bem informadas sobre a cidade, são capazes de fazer um mapa objetivo da cidade, rua por rua, conhecem até os bueiros da cidade, conhecem às vezes mais do que precisavam conhecer, são muito observadores.

- A profissão que é servir a todos dá ao sujeito uma sabedoria muito grande, ele aprende, ele procura saber onde tá pisando, com quem tá lidando. Então, a humildade do garçom, do bom garçom, foi através da conversa, e dessa humildade, e acompanhando muitas vezes o Garotinho depois do expediente dele ali no Cantinho do Leme, acompanhando ele pela noite, quatro cinco horas da manhã. Uma vez eu fui até Austin, veja bem, ele morava em Austin, ele pegava trem, pegávamos um ônibus até a estrada de ferro, depois um trem que ia até Austin, eu fui até a casa dele uma vez, amancemos lá nove dez horas da manhã. Então foi conversando com ele, observando outros leões-de-chácara, vendo aquela figura aparentemente pitoresca, engraçada, que não tem nada disso, é um pingente urbano, é um massacrado - e é um inconsciente também. Então foi assim que eu comecei, a figura do leão começou a sair da aparência pra mim, começou a se aproximar da realidade, da essência.

- Tenho amigos que são leões-de-chácara, encontro na praia, encontro na porta da boate. Eu entro em boate e inferninho uma vez ou outra, entro também levado por uma aspiração qualquer de observação. Então foi assim, vivenciando, sentindo os caras, conversando muito com eles. E eu nunca falei à noite com esses caras, veja - tem leões daqui do Rio, um principalmente, que eu sempre falei com ele na praia, de tarde, encontrava o cara. De vez em quando eu passava na porta da boate onde ele trabalha, então levava um papo muito rápido e tal. Convivi com os da praça Mauá, também em Santos na zona do cais, eu falei com muito leão. Mas esse é um namoro que eu faço com leão há muitos anos, que foi interrompido muitas vezes, que voltou, muitas estórias de leão que eu levantei, e que depois se perderam, não que eu tenha esquecido, mas eu não acompanhei a estória foi embora, aí recompos de outra forma. De qualquer forma, é um personagem muito rico e muito dramático, é um personagem que incomoda muito, incomoda principalmente a classe que o usa, entende. Enfim, é um pingente urbano, é um anti-herói.

Um a linguagem marginal

Os personagens de João Antônio são identificados mais pelas imagens ao seu redor do que especificamente pelo vocabulário. No submundo as pessoas reservam-se uma linguagem e um padrão de ética: não fugir de briga nem permitir frivolidades, estão todos no mesmo círculo - pedintes, engraxates, cambistas, camelôs, traficantes de drogas, bandidos e viradores. A Boca do Lixo em São Paulo tem sido um dos pontos dessa arraia. E João Antônio nasceu em São Paulo.

- Eu sou paulista, nasci na Maternidade de São Paulo, dia 27 de janeiro de 37. Eu fui criado em São Paulo uma boa parte de minha infância. Eu morei em muitos lugares de São Paulo,

principalmente lugares pobres, porque meus pais eram e são pobres. Morei nos lugares mais diversos, Vila Pompéia, Osasco, Presidente Altino, moramos nas Perdizes, meu pai mudava muito, questões de vida e tal. De forma que São Paulo é uma cidade que conheci muito profundamente. A estória do Paulinho Perna Torta, evidentemente não é autobiográfica, mas muita coisa daquilo foi vivenciada, foi vista, fui acompanhando, como a história do Malagueta, Perus e Bacanaço. A aventura ou desventura da noite do Malagueta, Perus e Bacanaço, em cima da qual eu faço a novela ou conto, ela foi vivida por mim muitas vezes. Meu conhecimento de São Paulo chegou a ser quase milimétrico em certas áreas. E posso dizer até o seguinte: que com esses mesmos nomes existiram jogadores de sinuca, Malagueta, Perus e Bacanaço.

- Eu também morei em São Paulo muito tempo, cresci lá, e houve uma época de bandidos famosos, em 65, por aí. Chinezinho, Hiroto, tinha um crioulo da Boca do Lixo, cafetão...

- Biguá. Além do Biguá tinha outro muito sério que era o... Xodó, Biguá e Xodó.

- Em qual deles você se baseou pra fazer o Paulinho? Ou foi uma mistura de todos?

- O Paulinho Perna Torta, ele existiu com esse nome, apenas não foi exatamente o personagem do qual me vali. Eu juntei vários Paulinhos pra fazer um Paulinho Perna Torta, mas com esse mesmo nome. E o Capovilla, o Maurice Capovilla já conversou comigo, ele esteve aqui em casa com o Gianfrancesco Guarnieri, eles querem levar o Paulinho Perna Torta para o cinema. E tem uma notícia aqui que apareceu em Brasília, no Jornal de Brasília, dia 17 de agosto de 75. O Capovilla tá dizendo o seguinte - abertura da matéria: «O Cidadão Kane Brasileiro dos Últimos Vinte Anos». Esse Cidadão Kane é o Paulinho Perna Torta. "Maurice Capovilla, cineasta de 'Profeta da Fome', Festival de Brasília de 1970, está em Brasília e informa que vai retomar ainda este ano a atividade cinematográfica de longa-metragem, a partir de uma novela do escritor João Antônio. O protagonista já está escolhido e será o dramaturgo Gianfrancesco Guarnieri. Alguns outros nomes do elenco: Odete Lara, Dina Sfat, Grande Otelo, Lima Duarte, Néilson Xavier, um elenco, como se vê, da maior categoria."

- Bom, o Capovilla passou aqui com o Guarnieri e nós marcamos isto. Porque você há de convir no seguinte: o Paulinho Perna Torta é um personagem muito desdobrável. Na batida em que ele vai eu parei a novela onde eu quis. Na batida em que ele vai pode se transformar até num líder. Ele pode ser, por exemplo, um cartola, ele pode ser um dono do jogo-do-bicho, ele pode ser um contraventor de qualquer uma dessas espécies que andam por aí. Não quero dizer que os cartolas sejam contraventores. Pode ser um dos donos do poder, seja o poder legal ou o poder marginal. Ele pode ser um novo Natal da Portela, ele pode ser um novo presidente de clube de futebol, entende, ele é muito desdobrável o Paulinho. E é justamente em cima disso que o Capovilla e o Guarnieri vão fazer o filme.

- Ou um Cabeção...

- É, ou um Cabeção. O que há em Paulinho é que ele é um herói, ou anti-herói, como queira,



ele é um personagem inconsciente. O Paulinho vai sendo envolvido pelas coisas, envolvido, e acaba esmagando o que ele tem de melhor dentro dele, e dá apenas o que tem de pior, porque dando o pior, em termos de sociedade, o resultado é mais imediatamente lucrativo. Paulinho é um aturdido, é um homem jogado nas situações, é um homem que não faz situações, as situações o fazem.

Estas situações se fazem também "molhando a mão dos ratos, que os arregos são de lei, acabarei dando muitas de cerca-lourenço, muita piaba e bastante pau nessa cambada de fari-seus, sambudos e mal-topados" (trecho do conto «Leão-de-Chácara»). Porrada. O livro usa de gírias, particularmente neste segundo livro, não assume um caráter banal nas falas malandras. Por outro lado, o autor não procura fazer disso um exercício de linguagem. Suas gírias, que são as gírias colhidas no cotidiano, são transubstanciadas para termos literários, e usadas com muita picardia - termo que João gosta muito de usar, talvez em excesso.

- Eu sempre procurei trabalhar com a língua

Vocabulário Merduncho

Muquinfo - canto escondido, bar de última categoria.

Cerca-lourenço - aperto, cerco.

Piaba - porrada, surra, pancada.

Salamaleque - fricote, mesura requintada.

Pororó - dinheiro.

Tenderepá - fuzuê, auê, tempo quente.

Xexelento - sórdido, mixuruco.

Desmilinguir - minguar, decair.

Dar açúcar - seduzir na baba de quiabo.

Batefundo - nome genérico para ambiente confuso, aturdido, atrapalhado.

Engolobado - em situação angustiosa, numa fria.

Chalau - repreensão física, porrada.

Esquinizar - sair pela esquina, escapulir.

do povo em termos de transfiguração artesanal. Eu não aproveito a gíria apenas enquanto vocábulo, mas também como sintaxe. Eu sempre procuro estabelecer uma sinonímia qualquer, nos capítulos, períodos e tal, para abrir ao leitor comum.

- Mas ainda tem muita gente que não vai entender, nem encontrar a palavra no dicionário. É claro que este é um problema que nem passou pela cabeça do Guimarães Rosa...

- Claro, porque se você está fazendo um perfil na primeira pessoa de um leão-de-chácara, como fugir da essência de sua linguagem? Como fugir principalmente do espírito da sua linguagem? E se alguém não entender bulhufas nenhuma das palavras, ele entenderá tudinho do sentido, porque é porrada do começo ao fim, e se não vai entender quem não quiser ler, porque, entende, é porrada do começo ao fim, então o sujeito vai entender até por ouvido.

- Sua gíria não é a usada pela classe média, que roubou a gíria do malandro.

- Quando a gíria é uma espécie de código para os detentos, que nos círculos fechados, os perseguidos e humilhados usam para desnor-tear os seus perseguidores e humilhadores, a gíria então sai de onde está o que se chama hoje de marginalia, e que eu chamo de merduncho. Aliás, eu já tenho uma certa ojeriza à palavra malandro, acho que ela é uma palavra muito imprópria, não existe o malandro. Embora eu tenha usado isso em «Malagueta» e em «Leão-de-Chácara» eu use menos, daqui pra frente vou usar cada vez menos. Realmente, não existe o malandro, existe o merduncho, entende, que é um pingente urbano, um sobrevivente



em péssimas condições. Bem, nos guetos onde vivem essas populações, nos morros, nas favelas, mais principalmente nas cadeias, nos hospícios, surge uma nova língua, que é a língua para desnor-tear os perseguidores. Então, enquanto essa gíria é um código, ela é uma gíria que tem uma força tremenda. Quando ela cai e se posse da classe média ela começa a perder a força, inclusive porque se torna manjaia.

No submundo merduncho até os gestos equivalem a gírias. Como neste trecho do conto «Malagueta, Perus e Bacanaço»: "E os olhos malandros dos três se encontraram, se riram, se ajustaram, gozozamente, na sintonia de um conluio que nasceu dissimulado". Esses sinais, que fazem parte da linguagem marginal, foram absorvidos nas experiências pessoais do contista de São Paulo, e demonstram um aguçado espírito de observação.

- Eu sempre convivi muito com o pessoal de estrada-de-ferro, de beirada de estrada-de-ferro, entende, porque sempre morei por perto. Então eu me aproximava muito daquele pessoal, porque eu achava que apesar de sofrido, de mais

mal-vestido, era um pessoal muito vivo e humanamente muito colorido, muito interessante, e aquela situação terrível deles sempre me chamou muito a atenção. Convivi e convivo até hoje com essa turma toda. Ainda hoje eu faço viagem de trem, aqui no Rio e em São Paulo. Quando eu era repórter e tinha que fazer um trabalho em Cascadura pra falar de estrada-de-ferro, eu ia de trem, não ia na viatura do jornal.

Consciência literária

- Vamos falar de um escritor que você ressuscitou, porque quase ninguém fala nele. É o Lima Barreto.

- Exatamente pra pessoas que estudam Letras e não conhecem Afonso Henriques de Lima Barreto, cuja obra é capital, não apenas na literatura brasileira, mas na cultura e na inteligência brasileira. O dia em que houver uma reavaliação de valores no Brasil, o senhor Lima Barreto será apontado como um dos mais significativos homens do Brasil. Ele é excelente do ponto de vista político, do ponto de vista econômico e do ponto de vista de uma administração brasileira. Um mulato que pagou caro pelo talento que teve, ainda mais porque assumiu a sua condição de negro, enfrentou todos os percalços e dificuldades que isso impunha, e fez uma obra simplesmente, a meu ver, única no Brasil. Foi sobretudo um homem de uma força de vontade fora do comum e que transformou a literatura numa função, numa missão. Não ficou apenas no beletismo, numa época em que o beletismo era moda e quase obrigação. E essa minha exortação toda é porque eu acho que esse autor tem que ser redescoberto pela juventude brasileira, porque o grande recado do Lima Barreto é pra juventude brasileira. Lamentavelmente ele não tem sido conhecido como merece.

- Quais outros autores que você admira, e que influenciaram ou não em sua formação literária?

- Os autores que me deram alguma coisa, dos brasileiros, foram aqueles autores que se distinguiram por uma posição de coragem diante da literatura, não somente por fazerem uma fatura estética de alto valor, mas também para buscar caminhos cujo epicentro é o homem brasileiro Manuel Antonio de Almeida, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Lima Barreto, gente para a qual a literatura não teve um minuto que significasse brinquedo, a literatura não era pó de vaidade, ela era objetivo na vida. E não se pense que em algum momento eles quiseram destruir o homem brasileiro, pelo contrário, eles quiseram compreender e expô-lo e ver se melhora alguma coisa em torno desse homem. Esse é o objetivo de qualquer literatura que se preze. Mesmo os autores estrangeiros que me influenciaram e que influenciaram qualquer jovem que vá se dedicar à literatura, são aqueles autores eternos, são os Cervantes, os Dostoievskys, são os Balzacs, são os homens para os quais a literatura é um corpo-a-corpo com a vida e não uma atitude literária, vazia de sentido.

Os indivíduos sem eira nem beira, sujos e subnutridos, que saltam das páginas de João Antônio estão quase sempre às voltas com a polícia, a rataria que para apresentar serviço começa a vasculhar. Mas é muito difícil de se entender o papel da polícia em certos momentos, não na ficção, e sim dentro da sua função de equilíbrio entre as forças sociais. A polícia previne o crime ou fomenta criminosos? E João esclarece:

- Vou procurar falar como meu pai falava, através de parábolas, porque é evidente que a polícia fomenta criminosos, cria marginais, é evidente que a polícia alimenta tudo isso, não somente a polícia mas também a crônica policial que é omissa e corrupta. Diz o meu pai, que é um motorista de caminhão, um homem sofrido, chegou aqui com uma mão na frente outra atrás, é um homem que não tem o primário feito mas tem muita sensibilidade. Basta dizer que toca todos os instrumentos de corda por música e sabe lidar com orquídeas. Meu pai diz o seguinte: "Pessoas de boa índole não podem ser profissionais de polícia." Há pessoas no Brasil que são roubadas e não procuram a polícia porque a polícia analisará o que poderá ainda roubar dessa pessoa. A corrupção policial, a incompetência policial, a nossa incompetência, a nossa relapsia policial, a nossa preguiça, está tudo provado. Agora existe uma onda de seqüestros nesta cidade. Hoje, dia 21 de agosto de 1975, eu abri o jornal que falava de quatro seqüestros. Naturalmente de quatro que podem ser falados. E faz exatamente dois anos que sumiu o menino Carlos Ranirez, o Carlinhos da Rua Alice, e que até hoje continua sem solução. O que está acontecendo é as famílias a pedir segurança, as mães apavoradas levando seus filhos. Onde está essa gloriosa polícia dos Homens de Ouro? Onde está esse instrumento policial caríssimo que o contribuinte brasileiro sustenta, onde está? Não estou culpando só a polícia não, a polícia tem culpa, mas também todos nós temos culpa. Eu me lembro na cobertura do caso de Carlinhos, foi fuxicado todos os aspectos íntimos dos pais de Carlinhos. Que apetite idiota é esse de ficar fuxicando a vida das pessoas e não resolver os verdadeiros problemas.

- Enquanto isso na Praça Mauá os novos vão crescendo.

- Enquanto isso o maior problema do Brasil, sem querer fazer trocadilho, continua o menor abandonado.

O falso cinema

Os contos de João Antônio fervem de movimento interior. «Paulinho Perna Torta» é um bom exemplo. O conto traça os caminhos de um moleque de rua até ir se transformando em bandido famoso - cafetão, punquista, traficante de tóxicos, assassino, valente, respeitado e rico. Porém há o momento crítico, o arrependimento, a insegurança, a sensação de decadência que se apossa do personagem - «A rua está ruim», mafuta ele enquanto seu nome cresce nos jornais. A história é composta de cenas e planos em estilo que lembram cinema. Pergunto se ele gosta de cinema.

- Eu não só gosto de cinema como estudei cinema. Estudei também teatro. Essa geração que vive aí hoje, o Juca de Oliveira, o falecido Vianinha, o Gianfrancesco Guarnieri, o Capovilla, é a minha geração. Eu estudei teatro com eles no Teatro de Arena de São Paulo. Depois estudei cinema com o Paulo Emílio Sales Gomes lá na cinemateca. Vi muito cinema, vi muito ciclo de cinema, conheço alguns cineastas, acho uma arte maravilhosa, extraordinária, e felizmente o cinema brasileiro está fugindo de seus verdadeiros caminhos.

- Essas coisas pavorosas que lembram também o teatro brasileiro. E aqui quero dizer uma coisa importante: nunca o MEC gastou tanto dinheiro com teatro, nunca o teatro esteve tão cheio, nunca se ganhou tanto dinheiro com teatro e nunca se fez tão pouco teatro brasileiro como agora. A prova disso é que um dos maiores teatrólogos, se não o maior teatrólogo da atualidade no Brasil, Plínio Marcos, está desempregado em São Paulo, teatralmente falando. O que nós vemos é o seguinte: a pornocomédia tomando cada vez mais as dianteiras deste país, um produto que se mascara de erótico, mas no fundo não passa de pornográfico, um vaudeville da pior qualidade. E isso que estamos vendo. E no cinema essa enchente também está tomando cada vez mais corpo. O verdadeiro cinema brasileiro, o verdadeiro teatro brasileiro não estão sendo feitos.

- Os cineastas da chanchada descobriram um filão, e não fazem nada pra melhorar.

- Recebi faz alguns dias um interurbano de São Paulo, um cineasta me convidando para dar uma história pra ele, desde que fosse uma história engraçada. Quase que eu disse que não vejo graça nenhuma nas minhas histórias, porque não estou achando nada engraçado neste país. Se ele está achando engraçado ou a cuca dele não tá funcionando direito ou ele não está querendo ver as coisas pouco engraçadas neste país.

- No caso do cinema parece que as coisas estão nos dois extremos: ou a chanchada pornográfica ou o filme que não está ao nível do povo, os filmes herméticos, desses intelectualizados.

- Ou nós produzimos para um determinado público, que é o rato de biblioteca, que entende todas as sofisticadas da câmara e do espírito dos cineastas mais difíceis desse mundo, ou então nós fazemos a pornochanchada. E o verdadeiro cinema brasileiro, que veio vindo, que o Cinema Novo apontou, os Robertos Santos, os Glaubers, esses homens não estão sendo continuados, como os nossos teatrólogos, os Vianinhas, os Guarnieris, não estão sendo continuados. Não sou contra o corpo feminino, antes pelo contrário, eu tenho nus de pintores bons aqui em casa, acho a mulher um ser maravilhoso. Agora, que se explore glúteo e seio de fora, seja ele no cinema, no teatro, no livro - isso chama-se pi-ca-re-tagem. E não sei por que a censura não cai em cima de tudo isso, olha, seria um bom objetivo pra censura.

Além de ter lançado a segunda edição de «Malagueta, Perus e Bacanaço», João Antônio está com planos para dois livros, a saírem pela Civilização Brasileira: «Corpo-a-Corpos» e «Casa-de-Loucos», nos quais ele reúne trabalhos jornalístico-literários que andou fazendo nesses últimos anos - ensaios, flagrantes brasileiros. Também um importante projeto seu está sendo realizado: o livro de Cabeceira do Homem, agora sem, agora sem o culturalismo sofisticado da primeira fase, acessível ao leitor comum, sem deixar de ser um trabalho jornalístico de qualidade.

- O objetivo do Livro de Cabeceira do Homem é mexer em certas sacralidades, certos temas que ninguém quer tocar, ou por omissão, ou por covardia, ou por um tipo de preconceito qualquer. Toda natureza de assunto, que vão desde religião, até futebol, passando por política, sexo, violência, cidade, música, enfim, o que pintar no pedaço, e que seja trabalhado em forma de reportagem, de debate e de discussão de problemas. Quero fazer um negócio mais aberto, mais criativo, mais questionador, e principalmente revelar os problemas brasileiros, fazer a matéria brasileira de profundidade, que não está sendo feita. Eu sei que o Livro de Cabeceira do Homem pode ter algumas matérias até atacáveis, e acho muito importante que alguém escreva atacando. Porque da discussão pode nascer alguma coisa. Apenas abaixar a cabeça e dizer sim a tudo não vamos chegar a nada.

TERCIO SANTOS

POESIA

ASPECTOS VÁRIOS DA POESIA NOVA

Como já várias vezes temos acentuado aqui, em artigos anteriores, a poesia nova brasileira possui aspectos que não só se conciliam, mas que se contradizem.

Após a geração de 1960, não se pode ainda falar de um grupo homogêneo, trilhando caminhos conciliatórios, não só quanto à forma, porém especialmente quanto às coordenadas que devem interligar a mensagem mais ou menos uniforme daqueles que chamaríamos de os componentes de uma geração.

O que temos constatado, continuamente, é o aparecimento de poetas com expressão própria, não resta a menor dúvida, alguns com técnica igualmente própria, com linguagem própria, ainda que muitos ainda se voltem às técnicas tradicionais, como o soneto, por exemplo, nem sempre conseguindo sair-se muito bem, no que diz respeito ao resultado final. Seria, talvez, esse o caso de Edmar Pedreira Ferreira, cujos dois livros, recentemente publicados, *Lágrima da Redenção* (Editora Pongetti, Rio, 1973) e *Catarse* (Editora Pongetti, Rio, 1974), acabam ficando muito aquém das possibilidades que sentimos existir nesse poeta ainda novo.

Tanto num, como no outro, a forma predominante é o soneto; não o soneto camoniano, mas, antes, uma irrisória tendência a um neoparnasianismo demodê, que cheira a 1915, bem no estilo de um Martins Fontes, de um Hermes Fontes ou de Amadeu Amaral. Por outro lado, esse neoparnasianismo, muito visível em Edmar Pedreira Ferreira, não se nos afigura muito ortodoxo, mesmo formalmente, uma vez que o poeta, aqui no caso, nem sempre domina plenamente a técnica do verso, utilizando-se, inclusive, de cacofonias e terminologia moderna, quase sempre de um acentuado mau-gosto e semanticamente apelativos.

Contudo se é pobre, como dissemos, o seu instrumental, é sincera a abordagem que faz a determinados temas, como o da infância e o da dor, sempre utilizados com dignidade e excessiva contenção. Quer nos parecer, aliás, ser esse um dos mais graves defeitos (ou limitação?) do poeta em questão: prender-se excessivamente, não soltar a mão, impedindo desse modo que a poesia se extravase totalmente, num fluir e refluir necessários, a fim dela atingir aquele absoluto de que nos falava Novalis.

Vários são os poemas bons que encontramos nestas duas coletâneas de Edmar Pedreira Ferreira, mas onde sentimos essa autoprisão que se impõe o poeta, delimitando seu vó e seus achados poéticos. O soneto «Sexta-feira da Paixão», à página 11, de *Lágrima de Redenção*, é muito sintomático disso. Também «Do Artificio de Viver», logo à página 5, poderíamos dizer a mesma coisa, já que recorre o poeta ao

lugar comum, exclamando: «brincar com fogo, só se for de palha», de um gosto incontestavelmente duvidoso.

Todavia, há outros momentos em que essa poesia irônica e melancólica descamba para uma nostalgia de infância que, realmente, funciona. O poema «Pomar», às páginas 34 e 35, todo construído à base da rememoração, tem seu tóque de crítica social, uma das características desses poetas novos que estão surgindo aqui entre nós.

Todos eles são participantes do momento político que estamos atravessando. Todos eles estão atentos às disparidades político-econômico-sociais que estamos enfrentando, não só aqui dentro do país, mas além fronteiras. Nesse campo, parece Edmar Pedreira Ferreira realizar os seus melhores versos, como em «Numa Firma Luxemburguesa», ainda em *Lágrima da Redenção*, e em «As Portas do Inferno», «Aurora em Portugal», «O Burocrata» e «Exame de Consciência», esses quatro últimos pertencentes a seu segundo livro: *Catarse*.

Catarse, aliás, já se nos afigura mais maduro, inclusive tecnicamente, do que o primeiro; seu autor surge mais seguro da técnica adotada, a fim de ser transmitida a mensagem que ele deseja inculcar no leitor. Sim, porque esta poesia não flui naturalmente, como deveria acontecer; ela é constantemente inculcada, o que perde em espontaneidade e beleza, porque deixa de ser simples, a fim de se tornar falsamente problemática e moderna, como já dissemos. Além do mais, certos momentos de *Catarse* nos parecem resultar de uma pilhéria de mau-gosto do poeta, como «Ser poeta», às páginas 11, 12 e 13, quando é o próprio escritor quem diz: «Ofício de poeta é uma pilhéria»... Outras vezes é sempre a insistência nessa tendência ao mau-gosto uma de suas mais inócuas e imperdoáveis tipicidades, como neste soneto, cuja chave-de-ouro nos deixa desconcertados: «Mas quem, como eu, foi mal acostumado,

Com o elogio fácil sempre dado,
Se sente um pouco, às vezes... Marilyn... Ora bolas!

Exatamente o oposto do precedente, Barros Pinho é não só um poeta que sabe tirar da simplicidade o maior partido, mas já é dono de uma técnica segura e enxuta, ainda que não apresente nenhuma novidade e nem pretenda ser um revolucionário. Ao contrário. Partindo de uma tradição nitidamente ibérica, seu verso - que, às vezes, lembra a música de Garcia Lorca - é fluente, sonoro, cantante, não obstan-

te «polarizar contínuos fluxos ideativos, estabelecendo uma seqüência mais sensível do que imagística», como muito bem captou seu prefaciador, F. S. Nascimento, para este comvente *Circo Encantado* (Gráfica Editorial Cearense, Fortaleza, 1975).

Também aqui, desde as primeiras páginas, vamos ver o poeta voltar insistentemente ao passado, à sua infância, à sua cidade, às suas ruas, às suas namoradas, às prostitutas e aos palhaços dos circos circunstanciais que, por ali, passavam, com suas caras de alvaide e suas longas pernas de pau. Tudo isso, em transbordante e sensorial *recherche du temps perdu*, ao contrário de se tornar discursivo, parece redimensionar o universo do poeta, rico na «sintaxe dos significantes», poderoso quando relaciona o já vivido com o transfigurado pela visão deformada, que o verdadeiro poeta possui das coisas que o cercam.

Esta poesia, extremamente lírica, é cúmplice da vida, naquilo que a vida tem de um certo estado latente de realismo mágico, que deforma e alitera a realidade circundante. Esse realismo mágico, fantástico, em Barros Pinho, leva inclusive a uma super-realidade, sempre bem próxima ao onirismo, onde a deformação se processa no inconsciente, à revelia da percepção de seu autor. Esse super-realismo, na melhor linhagem de um Ismael Nery, de um Murilo Mendes e do último Jorge de Lima, de *Invenção de Orfeu*, em Barros Pinho é de cores chapadas e possui uma luminosidade infra-estática, desprezando a nuança e os tons esmaecidos. Mesmo em seus poemas de cunho social, o poeta jamais recorre aos meios-tons, já que ele só se encontra livre no poema claro, passando, assim, a carregar na cor, chapando-a sobre a tela, como fazia Mag-nelli.

Aliás, dentre as inúmeras qualidades deste *Circo Encantado*, seria necessário destacarmos, antes de mais nada, a plasticidade. Aqui empregada como recurso técnico, visceralmente ligado às inovações semânticas e ao processo objetivo-sensitivo que peculiariza esta poesia. Essa plasticidade contorna o mistério, está presa «a peças do silêncio mágico e místico» das coisas, é o segredo latente «na pele do (próprio) mistério», é o mistério mesmo da solidão que *acabruma*; mas que salva o homem em sua incansável busca ontológica do ser. Neste sentido, Barros Pinho é o mais metafísico destes três poetas de que estamos tratando hoje, aqui nestas páginas. O mais metafísico e o mais compenetrado da impossibilidade de ser decifrada «a face das pedras».

Conseqüentemente, o que o irá preocupar mais profundamente será a estrutura - e não a infra-estrutura - dos objetos e dos seres que ele amou e que parecem continuar a ter vida própria, ainda que já tenham desaparecido completamente. Sob este aspecto, *Circo Encantado* resulta numa poesia fantasmal, na melhor acepção do termo, espanto do menino e do adolescente que um dia foi o poeta, «arrastando nos pés um milheiro de séculos». O poema «Um Hiato na Ilha» é bem o exemplo disso, uma espécie de passeio mágico ao passado remoto do poeta, ele que está em busca de seu absoluto, que se esconde no infinito:

«tenho nos olhos
os azulejos
selo do tempo
a rua dos afogados
vejam que sobrados
além dos séculos
a praça joão lisboa
mágico passeio
dos jesuítas
igrejas carregadas
de sombras
e fantasmas vivos»...

SERRO, VILA DO PRÍNCIPE

MARCO AURÉLIO XAVIER LOPES

Da minha sacada, do Hotel Itacolomi, na Praça João Pinheiro, cidade do Serro, banhado pela confidência de uma noite de lua cheia, contemplo, em frente, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, iluminada pelos holofotes modernos e pela lua eterna.

Exatamente neste instante, saindo do moderno no rumo do eterno, retrocedo ao século XVIII e caminho nele, do Arraial do Serro Frio à Vila do Príncipe.

Cidade do Serro, um todo monumento, umas ruínas encantadoras, umas escadas íngremes e românticas, inspiradoras daqueles que, como todos nós, nas Gerais, descendem de uma mistura de emboabas, poetas e mineradores.

Os sobradões e as casas setecentistas ou, quando muito novas, da primeira metade do século XIX, comparadas às construções de Ouro Preto, ficam em primeiro lugar, pois estão bem conservadas - imagino com que dificuldade - em sua maioria.

No caminho, enfrentando a estrada de terra após Lagoa Santa, a serra do Cipó e as curvas de Conceição do Mato Dentro, em

viagem cansativa, ora pelos abismos rochosos, ora pelo sertão que se estende suave na terra das minas, eu me perguntei se valia a pena conhecer o Serro antes do asfalto. Duvidei.

Agora, conduzindo a alma entre as palmeiras da Praça João Pinheiro e perdendo os olhos parados na Igreja do Carmo, branca e marrom, sabendo ser discreta e opulenta, simples e majestosa, qualquer dúvida desaparece. Valia a pena, até, vir em lombo de burro, durante dias para se ver tudo o que estou vendo ou que vi no princípio de noite. Igreja do Carmo, Capela de Santa Rita, Matriz de N. S. da Conceição, Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, Igreja de N. S. do Rosário dos Pretos, Capela da Santa Casa cujo vestígio de neogótico contrasta com o conjunto barroco do Serro, Casa dos Otoni, prefeitura, a imponente mansão senhorial que é a chácara do Barão do Serro, os solares onde nasceram João Pinheiro e Pedro Lessa e tantos sobrados dos séculos XVIII e XIX.

O hotel, como não podia deixar de ser, é

simples, de acordo com as condições das cidades antigas. O restaurante e o bar que pertencem ao hotel levam o nome de Itacolomi, também, e são os melhores da cidade, dirigidos pelo prefeito e sua esposa. Na Praça João Pinheiro, outro hotelzinho antigo, o Glória, e a Sorveteria Villa do Príncipe. As diárias, em ambos os hotéis, são muito baratas, em torno de 25 cruzeiros.

A música, moderna, sobe embalada em tons discretos do bar Itacolomi, embaixo, onde estão os jovens curtindo o sábado da melhor forma que podem: uma cerveja, um papo, um tira-gosto, um samba, um sorriso e um amor.

Amanhã é o dia das missas e o dia dos sinos. Deito agora e aguardo-os para sentí-los ao despertar, assim como gosto de fazer nas cidades antigas de Minas. Por certo, um galo cantará e, depois dele, os sinos e, além dos sinos, irão pairar em curvas, por detrás dos sobrados e das igrejas, os sons hipotéticos e muito barrocos de Vivaldi e Bach. Quero ouvi-los e estou certo de que os ouvirei.

Luiz Paiva de Castro, com este seu último livro, *Corpo Inteiro* (José Álvaro Editor, Rio, 1975), vem, definitivamente, se afirmar entre os bons poetas de sua geração. Sua poesia, de características muito pessoais, é a mais inquieta e a mais audaciosa dos três poetas aqui tratados, extrapola uma amplitude, uma largueza intencional que a aproxima do melhor Augusto Frederico Schmidt, possuindo, igualmente, um tom bíblico e caudaloso, na tradição de Péguy e Claudel, sem perder, com isso, seu alto senso de brasilidade, de americanismo mesmo, o que lhe acrescenta um lado indiscutivelmente telúrico, de que é exemplo a parte VII, "Corpo da América", um longo poema dividido em seis cantos, cuja fluência e dimensões prenunciam a maturidade fecunda em que já se encontra o poeta.

Luiz Paiva de Castro traz à poesia uma contribuição irrefutável que, aliás, o distancia dos demais poetas dessa geração mais recente, que ora vem aparecendo: sua poesia manifesta-se em planos sobrepostos, onde a vivência justapõe-se à primária necessidade de apenas transmitir a mensagem, ainda que, muitas vezes, como no caso das partes VIII e IX, «Corpo Livre» e «Corpo Amado», essa vivência se torne muito mais importante do que a simples transmissão do conteúdo do poema, sistema típico da nebulosidade de certos poetas da época simbolista, especialmente Rimbaud, que procurava através da experiência revivida "o princípio da existência e o escuro da consciência", transladados para o irreal. Em *Corpo Inteiro*, no entanto, é, inclusive, a decifração dos mistérios da natureza o que dará ao poeta o seu instrumental mais preciso para vivenciar os elementos que o cercam. De modo especial o rio, "que nunca será decifrado/senão pelo rio mesmo quando voltar à terra, jogando o fundo do mar na origem das montanhas"

Atingido o âmago mais elementar do cosmos, parte o poeta para dentro do ser humano, pois, para ele,

"Dentro do homem
há um sol
circular.
Dentro do abdome
há um plexo
solar.
Dentro do homem
há um nex
estelar..."

É a necessidade de açambarcar todo o universo o que o perseguirá daqui para a frente, pois sempre será talvez, através do conhecimento do cosmos, que ele atingirá a parte mais profunda do ser, aprendendo a fala misteriosa dos mitos e dos rios. Essa busca pode levá-lo às raízes obscuras do HOMEM, a Aldebarã, a Algol, a outras estrelas e galáxias, a outras fases interglaciais, ao Homem de Neanderthal, até chegar ao HOMEM, ontológico e metafísico, que pragmaticamente insiste em sua situação-limite, como justificativa de sua própria sobrevivência ética. *Corpo Inteiro*, assim, em que pese o seu intenso lirismo e até um certo bucolismo paisagístico, do qual sabe tirar o melhor partido o seu autor, é livro onde a verticalidade anda de mãos dadas com a indagação ontológica e sociológica, para tanto bastante frisar as preocupações de Luiz Paiva de Castro, todas de ordem político-econômico-sociais.

Nesse item, vários seriam os poemas que poderiam ser apontados como absolutamente realizados, cumprindo a sua função. Não só «Corpo da América» caracteriza-se por uma insistente denúncia social (ou «Corpo do Rio», onde encontramos os seguintes versos: "triste país que arruína sua terra em torno de migalhas de dividendos logo devorados/pela balança da dívida/ex(terna)/e faz com que as famílias se desfaçam de seus sonhos", mas na parte anterior, «Corpo das Leis», apontaríamos o poema da página 112, que começa com o verso: "as leis morrem com os governantes", o da página 115, assim como os poemas das páginas 116, 117, 119 e 120.

Outra peculiaridade deste poeta é a maneira exata como ele usa as alterações, sempre com bom gosto, e lançadas no momento exato, como por exemplo: "sol solstício solvente/do escuro sol", ou o emprego das rimas internas, tão ao sabor de Chico Buarque de Holanda, resultando numa agradável melodia, como neste caso: "a sibipiruna parece uma duna ao vento/de verde sentimento", de técnica muito boa e revalorização semântica do vocábulo comum, corriqueiro.

Antes de terminarmos, seria necessário chamar a atenção, uma vez mais, que o poeta não se preocupa com aquilo que ele não é, mas com o que deseja ser. O poema X, da página 165, da IX parte, intitulada «Corpo Amado», resulta, sem dúvida alguma, na *Ars Poética* de Luiz Paiva de Castro. As palavras de castração, de que nos fala o poeta, "são as vezes palavras jogadas na página como um corpo esquarterado". Já "as palavras de ódio germinam no seu disfarce de esparçamento para que não se preencha o vazio". Por fim, "as palavras que se liga ao outro têm o seu discurso como o rio tem o seu curso e o céu a si mesmo diz que entre os espaços das constelações há os aglomerados e entre os aglomerados há o olho das nebulosas". Tudo, afinal das contas, palavras isoladas, com a aparência de sentido, o estranho "gosto indefinido de estar vazio". Como em Rimbaud.

REYNALDO BAIÃO

Depois da tanga, Ipanema anuncia a sua próxima atração.



O Everest Rio Hotel é a nova moda que Ipanema lançou para você usar de inverno a verão. Cada um de seus 176 apartamentos tem ar condicionado, mini-bar, telefone, televisão e música ambiente. A piscina e o "Garden Bar" estão na cobertura, para você apreciar uma das mais belas vistas de que se tem notícia a praia de Ipanema de corpo inteiro, o Leblon, a Lagoa e o Corcovado.

O restaurante "La Casserole" e o coffee shop "La Crema" são duas outras atrações tentadoras. O Everest tem ainda serviço de sauna, fisioterapia, ducha e massagem, dois saões sob medida para festas e reuniões e tudo o que você pode esperar de um hotel de nível internacional. Na sua próxima visita ao Rio venha conhecer o Everest. Um hotel à altura das boas coisas de Ipanema.



everest rio hotel

O hotel com o charme de Ipanema.
Rua Prudente de Moraes, 1117 - Tel.: 287-8282 - Ipanema - Rio de Janeiro

JÁ INAUGURADO
A mais nova opção em Hotel



IMPORTA COMPRA VENDE TROCA FINANCIA

AGÊNCIA NOVA ATLÂNTICA AUTOMÓVEIS LTDA

Av. Atlântica, 1588-Loja
Copacabana Rio

Telefones 255-2729
257-4972

BRAGA'S

cabeleireiro para homens



O Braga's foi pioneiro no Brasil e continua a liderança, com o mais completo salão de estética masculina. Uma equipe de profissionais composta de cabeleireiros, esteticistas e calistas, está à disposição do homem moderno no centro do Rio de Janeiro. Do tratamento dos cabelos à limpeza de pele, o Braga's cria um novo homem.

BRAGA'S O PONTO DE ENCONTRO DA ELEGÂNCIA MASCULINA

Avenida Rio Branco, 156 - 5/loja 240 e 246 - Ed. Av. Central.
Telefone: 231-0490 - Rio de Janeiro/RJ

SARRACENI RESPONDE A GLAUBER

Glauber Rocha, em depoimento exclusivo para *Crítica* deu um grito e dividiu o cinema brasileiro em três partes: a dos produtores primitivos do espelho passivo do subdesenvolvimento; a dos produtores conscientes do espelho do subdesenvolvimento e a dos produtores críticos do espelho ativo do subdesenvolvimento. Muitos se assustaram e a discussão foi praticamente imposta. Paulo Cesar Sarraceni, um dos líderes do Cinema Novo, faz seu depoimento. É a primeira resposta dos cineastas brasileiros à séria análise realizada por Glauber. No próximo número Nelson Pereira dos Santos continua o debate.

"O cineasta brasileiro que entrou no processo de descolonização com «Rio 40º» não pode se deixar recolonizar pelo paternalismo da Embrafilmes ou pelas pressões do industrialismo, que, aliás, não pode sobreviver internacionalmente sem mão-de-obra qualificada e esta mão-de-obra qualificada quem tem é o cinema novo. Logo, se o cinema novo detém o poder de saber, detém o poder de fazer. Entregar o ouro aos bandos é fraqueza. Entregar o ouro a os lados de se livrar das falsas dependências e assumir o destino com a câmara e a idéia em benefício da sociedade."

Desta forma Glauber Rocha fecha análise crítica que fez de todo o cinema brasileiro nos últimos anos, levantando questões que até então permaneciam discutidas nas ante-salas de reuniões, ou que às vezes não chegavam mesmo a ser ventiladas. Um medo-mudo de um processo de discussão que chegaria inevitavelmente a um resultado que obrigaria a que cada um dos cineastas brasileiros assumisse abertamente uma posição frente ao trabalho que realiza no momento.

A atual crise do cinema brasileiro só agora entra em discussão, e para isso foi preciso que Glauber Rocha, profeta para alguns, gênio para outros e mito para muitos, gritasse lá de fora suas causas e conseqüências. Mesmo assustado com a verdade, a reação no meio cinematográfico brasileiro foi de apoio às declarações de Glauber. E aí é que ficou tudo muito mais difícil. E surge novamente o tempo "depois de Glauber." Porque partiu dele o primeiro tiro que fez, parece, encontrou-se cineastas que fizeram o cinema novo quase que encostados ao muro.

Paulo Cesar Sarraceni participou do movimento do Cinema Novo. Em 58 fez seu primeiro curta-metragem, «Caminhos»; em 59 outro curta várias vezes premiado no exterior, «Arraial do Cabo»; em 62 o primeiro longa-metragem «Porto das Caixas»; em 63 «Integração Racial»; em 65 «Desafio»; em 68 «Capitu»; em 71, «A Casa Assassinada»; em 72 «Nosso Senhor Oxalá» e «Amor Carnaval e Sonho»; em 73 o documentário «Encontro das Águas»; em 74 outro documentário «Cinema», e atualmente inicia os trabalhos de filmagem de «Anchieta José do Brasil», financiado pela Embrafilmes, com verba especial de três milhões.

Anchieta, com capital brasileiro

Li e reli o depoimento de Glauber. Tive a intuição de que novamente estavam batendo os atabaques de Barravento, como uma profecia. Sempre vejo como profético o que Glauber diz. É o respeito ao irmão, ao grande cineasta, ao babalaô fantástico que está lá fora tentando fazer seus filmes, porque escolheu. No meu caso pessoal, que escolhi ficar aqui, então colocam-se outros tipos de problemas: estou brigando para fazer cinema no Brasil. Inclusive, nesse filme que pretendo fazer -



Paulo César Sarraceni:
uma visão "reformulada" do
cinema brasileiro

Anchieta José do Brasil - tive a oportunidade de co-produções com EEUU e Itália e preferi exatamente esperar a nova resolução do Ministério da Educação e Cultura, através do Ministro Nei Braga, junto com a Embrafilme, sobre os filmes históricos. Uma verba especial para filmes históricos me possibilitaria filmar Anchieta com capital brasileiro.

Glauber, me parece, tenta sacudir a todos (porque foi o homem que fez «Terra em Transe» e não pode ficar parado), simplesmente porque está muito mais impaciente que nós que estamos aqui sentindo os problemas na pele. Ele dá o seu grito. É a gente concorda com ele. Mas esse grito foi dado pelo Governo Geisel, pelo Ministro do Planejamento Reis Veloso e Nei Braga, da Educação, que se cercaram exatamente dos cineastas que se mostraram mais capazes nos anos 60, daqueles que deram ao Brasil os grandes prêmios internacionais. São pessoas que sabem os reais problemas do mercado brasileiro e que conhecem a luta pela conquista de um mercado contra o cinema estrangeiro e, ainda, de todo o absurdo que é a gente ficar ligado só ao que está acontecendo lá fora.

Tudo o que nós conseguimos nos anos 60 com o cinema novo, no ponto de vista cultural, ia se perdendo cada vez mais enquanto os cineastas mais capazes viviam os problemas de distanciamento e o medo de um diálogo com o Governo, que na minha opinião é o único possível de

carregar uma bandeira de luta contra a espoliação dos exibidores, que só se interessam mesmo em exibir filmes que eles mesmos produzem - mais baratos, malfeitos e pornográficos - para colocar cada vez mais na cabeça do público brasileiro que cinema aqui é só isso, boicotando as datas para a exibição de nossos melhores filmes.

Um lamento sem força de luta

Fico muito gratificado que venha de um crítico de cinema do peso de Glauber (pela primeira vez impresso em um jornal brasileiro) um elogio ao meu filme «Amor, Carnaval e Sonho», que eu considero realmente revolucionário e que no Brasil foi boicotado. O Sr. Luiz Severiano Ribeiro mutilou o filme tirando os planos gerais para vender à televisão alemã, exibindo-o apenas durante o carnaval em São Paulo.

A crítica ignorou-o completamente. Um filme que, pela primeira vez, gritava que o problema não era continuar o choro de luta começado por «Desafio», «Terra em Transe», «Bravo Guerreiro» e outros, porque naquele tempo era mesmo de luta, mas chegou uma hora que nossos filmes só ficaram chorando, sem força nenhuma. É hora de iniciar um novo movimento. O Brasil de formação sem preconceitos, quer dizer, onde as pessoas se misturaram na cama e o sangue de todos nós é de branco-negro-índio, tem um destino da maior importância, e tem que tentar fazer um novo cinema, que recupere a aventura

tanto interior como cinematográfica que o cinema no mundo inteiro perdeu. Quem mais aproveitou as criações do Cinema Novo foram os cineastas estrangeiros como Godard e Costa Gravas, enquanto nós estamos parados.

A importância maior do grito de Glauber foi pôr em transe os corredores da Embrafilmes e do DAC, para que Roberto Farias e seus colaboradores (pessoas capazes de entender os problemas brasileiros) movimentem-se no sentido de doltar com coragem as verbas para nossos filmes. O presidente Geisel e o ministro Reis Veloso querem que termine o marasma, e que haja um ponto final nas pornochanchadas. Querem a revolução cultural, enquanto nossos melhores cineastas, que realmente trabalharam para o cinema brasileiro, ficam lá nos corredores da Embrafilmes passeando de um lado para o outro esperando que a burocracia colocada nas gestões anteriores do INC e da Embrafilmes continue a reinar. Enquanto as verbas não vêm, os roteiros ficam lá passando de um andar para o outro com os carimbos "de acordo", "de acordo". O negócio é derrubar essa estrutura velha e soltar a grana que a gente precisa. Tem muita gente nessa situação. No meu caso pessoal «Anchieta José do Brasil» foi aprovado não só o roteiro, mas todo um projeto que vou executar com todo o know-how que consegui em 15 anos de cinema brasileiro. Três milhões de cruzeiros aprovados pelo ministro Nei Braga e pelo DAC e eu não quero nem saber. Só quero iniciar as locações e partir para as filmagens.

O udigrudi e a censura

Sinto o Glauber injusto em relação aos cineastas de udigrudi brasileiro, todos de muito talento, mas acredito que também é preciso que percamos a pretensão de fazer filmes para daqui a cinco ou dez anos serem vistos. Tem que partir para a briga com a censura, tem que correr lá para conseguir dinheiro e fazer filmes para serem exibidos agora. O resto é problema da censura e vai se brigar com ela como se faz há anos.

Quando fiz meu primeiro filme documentário e que ele ganhou sete prêmios internacionais («Arraial do Cabo») a crítica estrangeira aplaudiu muito e surgiram propostas para ficarmos lá fora, mas escolhi voltar e em 68 escolhi novamente ficar. «A Casa Assassinada» ganhou prêmio em Brasília. Um filme que eu queria fazer desde 1964. Quando fui receber o prêmio - pesadíssimo que mais parecia um túmulo - tive a impressão que me diziam "tá certo, você foi rebelde, fez o que queria, mas chega! Está aí, agora você é uma pessoa importante, grande diretor de cinema. Então tome jeito na vida." Senti muito isso, o que me fez ficar mais rebelde ainda. Fiz então «Nosso Senhor Oxalá» para a TV Globo e o filme foi recusado. E o pior é que eu pedi ao Paulo Gil que me conseguisse uma cópia, mas arrebataram todo o filme e só, mas seguiu salvar um contraponto da segunda parte, que foi comprado pelo Museu do Homem.

Depois fiz um outro sobre o homem brasileiro. Corri de Porto Alegre ao Território do Acre. Foi recusado pela Embrafilmes, em sua gestão anterior, porque não falava em gigantismos e dinamismos, mas de uma terra mágica, de energias muito fortes. Houve um também sobre turismos que não interessava às companhias hoteleiras, nem às companhias de aviação, nem à Shell, porque falava em viagens de carona. O último foi «Amor, Carnaval e Sonho», que uma comissão do INC recusou afirmando que não tinha qualidade técnica e artística o que me obrigou a escrever uma carta indelicada ao brigadeiro Armando, lembrando que eu já havia recebido 47 prêmios, sendo que 22 internacionais. Nesse apareci dançando em uma tentativa de desmistificar a imagem de diretor, que no Brasil estava tomando uma importância perigosa. As pessoas aqui tinham vergonha de ir ver, em compensação lá fora foi muito elogiado. Para Glauber é uma obra-prima.

Geisel e a revolução cultural

O presidente Geisel e o Ministro Reis Veloso estão interessados realmente em uma revolução cultural. Eles sabem que

AS MULHERES NO CINEMA BRASILEIRO

Foi recentemente exibida na Cinemateca do MAM do Rio de Janeiro a retrospectiva "A Mulher no Cinema Brasileiro - da personagem à cineasta", cujo planejamento geral coube a uma equipe composta por Lucila Avellar, Rose Lacrete, Lygia Pape, Susana de Moraes, Mariza Leão, Teresa Trautman e Isadora.



"Os Homens Que Eu Tive" - 1973 de Teresa Trautman, ausente da Retrospectiva

têm que abrir primeiro a cabeça da elite, porque o povo, minha gente, é muito mais aberto a esses problemas porque vive na carne todos eles. Não tem mais sentido recusar um diálogo com o governo, porque foram exatamente eles, mais o Ministro Ney Braga, mais o Golbery que pediram a quebra da burocracia. Glauber Rocha foi o primeiro a dizer que Golbery era um gênio da raça, e tenho certeza que ele sabe, como nós sabemos, porque esta foi a história também do Cinema Novo, que o dinheiro tem que vir mesmo do Governo, dos nossos impostos, da luta contra o cinema estrangeiro. Tem que vir pela Embrafilme, pela figura dessa pessoa extraordinária que é Nelson Pereira dos Santos, que fez um filme como «Quem É Beta» em co-produção com a França e que não interessou a ninguém, e que volta agora a fazer filmes pela Embrafilme, com o sistema, e faz «Amuleto de Ogum». É, sem dúvida o Governo que deve dirigir isso de fazer e comprar cinema.

Lembro que a idéia de «Anchieta José do Brasil» nasceu de uma conversa que tive com Glauber há três anos atrás e foi ele a primeira pessoa a me dar força para pesquisar a figura santa de Anchieta, que não se aprende na escola, porque a escola brasileira sabe é colocar preconceitos, apontando-o como o primeiro a roubar a memória do índio brasileiro ou como o cara que passou a tuberculose para as tribos e que ainda tem a agravante de ter fundado São Paulo, uma cidade que deu no que deu. E não é nada disso. Figura santa, mágica, histórica na defesa dos índios na defesa da única formação da alma do povo brasileiro Anchieta, por ter sangue índio (dos Guanches da Ilha das Canárias, onde nasceu sua mãe), sentia o problema dos índios e não catequisou ninguém, mas virou índio mesmo, de corpo e alma. Com isso perdeu uma luta social, mas ganhou em uma outra revolução que eu acho que vem por aí. Uma revolução religiosa, mágica, no sentido de quebrar mesmo esse problema ideológico de esquerda e direita. Há muitos anos isso vem se repetindo (de se distanciar para dar uma consciência às pessoas) e não vai dar em nada, como não deu.

O cinema revolucionário

Nos países desenvolvidos a luta da contracultura é válida porque eles lutam contra uma cultura que assumiu o poder e fechou todas as portas. Mas no Brasil tudo isso é muito diferente e a contracultura aqui está colocada dentro dos ministérios, com a burocracia, nos exibidores que são as pessoas que atuam contra a cultura do terceiro mundo, a única realmente revolucionária que o mundo possa ter no momento. Glauber Rocha em seu documento ataca essa contracultura burocrática, ataca às pessoas que se negam a trabalhar com o Governo para fazer um cinema importante, ataca aos que continuam mais ligados a certos trustes internacionais, àqueles que continuam a entregar o ouro aos bandidos.

E fazer filme revolucionário no Brasil começa com o fator criação, eliminando os modelos, e o mais importante é o depoimento pessoal de uma realidade nossa, sem autocensura, sem preconceitos. E eu acho que no campo da arte - e o cinema está incluído - o problema é simplesmente de quebrar o medo, de criar coragem. O Brasil continua com os mesmos problemas de ontem. Uns foram eliminados outros acrescentados. O mais importante é não nos sentirmos velhos, não nos sentarmos em poltronas. Vale o registro do final de «Desaffio», feito em 1965, quando Vianinha descia uma escadaria com Guarnieri falando e a música de Edu Lobo acompanhando dizendo de uma luta entre irmãos onde todos se dão as mãos em uma terra que ele não haveria de ver.

Há uma frase do Anchieta que diz: "En todos estes encuentros habemos de caminar en la delantera". Somos nós que temos de dar a diretriz de uma formação ideológica que o Brasil procura. Se fomos capazes de fazer um movimento como o do Cinema Novo, considerado por muitos como mais importante que a Semana de Arte Moderna de 22, por que recusar agora a oportunidade de fazermos nossos filmes, se a batalha continua?

TANIA COELHO

A Mostra pode ser dividida entre os filmes dirigidos por homens sobre mulheres, e os filmes dirigidos pelas mulheres propriamente ditas.

A primeira parte (os filmes dirigidos pelos homens) deixou um pouco a desejar. Três figuras seriam as principais homenageadas: Lia Torá, estrela do cinema mudo com atuações em Hollywood (exibição de "Alma Camponesa" - 1929 de Júlio Moraes); Carmen Santos, produtora e diretora portuguesa radicada no Brasil (exibição do curta "Carmen Santos" - 1969 de Jurandyr Passos Noronha) e Gilda de Abreu, atriz e cineasta (exibição do seu filme "Pinguinho de Gente" - 1949). Por um motivo não explicado não foi exibido nenhum filme produzido ou estrelado por Carmen Santos, embora haja cópias disponíveis de "Argila" - 1940 de Humberto Mauro. Também ausentes da mostra os filmes produzidos pela paulista Aurora Duarte, do qual o mais famoso é "A Morte Comanda o Cangaço" - 1959 de Carlos Coimbra.

Foram exibidos na retrospectiva, filmes importantes ou expressivos sobre a mulher no cinema nacional, como "Porto das Caixas" - 1961 de Paulo César Sarraceni, "A Falecida" - 1965 de Léon Hirzman, "Memória de Helena" - 1969 de David Neves e "Toda Nudez Será Castigada" - 1973 de Arnaldo Jabor. Estiveram excluídos os importantíssimos "Os Cafajestes" - 1962 de Ruy Guerra (a mulher-objeto), "Noite Vazia" - 1965 de Walter-Hugo Khoury (a revanche da mulher-objeto) e "A Terra em Transe" - 1966 de Glauber Rocha (o personagem de Glauber Rocha é a única mulher emancipada do cinema brasileiro). "Copacabana Me Engana" de Antônio Carlos Fontoura e "A Mulher de Todos" - 69 de Rogério Sganzeria (a mulher e o sadomasoquismo das suas relações com os homens) - embora inclui-

dos filmes que não tem nada a ver, direta ou indiretamente, com a mulher e seus problemas (vide "Jardim de Guerra" - 68 de Neville d'Almeida, "O Dragão da Maldade" - 69 de Glauber Rocha, "Meteorango Kid" - 70 de André Luiz Oliveira, "Vai Trabalhar, Vagabundo" - 73 de Hugo Carvana), além de "A Rainha Diaba" - 74 de Antônio Carlos Fontoura - um filme sobre homossexuais decididamente contra a mulher. Mesmo assim, puderam ser vistas as nossas mais expressivas atrizes brasileiras, a saber Odete Lara, Norma Benguel, Helena Ignez, e Leila Diniz. Também presente o melodramalhão "Anjo de Lodo" - 1951 de Luiz de Barros com Virgínia Lane (baseado em "Lucíola" de José de Alencar).

Entre os filmes dirigidos por mulheres, foram exibidos os longa-metragens "Um Caso de Polícia" - 59 de Carla Civelli, "O Segredo da Rosa" - 74 de Vanja Orico e o documentário "Getúlio Vargas" - 1974 de Ana Carolina Teixeira Soares. O mais importante longa dirigido por uma mulher brasileira ("Os Homens que Eu Tive" - 73 de Teresa Trautman) não pode ser exibido por estar proibido pela Censura Federal.

Mais importantes, porque mais numerosos, foram seguramente os curtas-metragens, revelando diversas tendências.

O mais fraco de todos foi sem dúvida alguma "Frei Ricardo do Pilar" - 71 de Teresinha Muniz, de narrativa cansativa, tema pouco interessante e clima pesado. "O Circuito da Casa" - 74 de Maria Eliza, tomadas de crianças brincando com carrinhos de rolimã, tem bons planos, mas também não passa do que os americanos denominam "home-movie".

A maior parte dos filmes parece ser composta de documentários de encomenda, sobre os mais diversos temas, uns melhores outros nem tanto. "O Choro

Dele" - 75 de Leilane Assunção é sobre o falecido músico Jacó do Bandolim, um dos reis do choro. Mesmo bem intencionado, é muito mais um filme em homenagem a Jacó do Bandolim, do que sobre Jacó do Bandolim. Susana de Moraes teve dois filmes apresentados: o irônico "Museu Paulista" e o suave "Carlos Leão" - 73 sobre o pintor do mesmo nome. "Leila Para Sempre Diniz" - 75 de Sérgio Resende e Mariza Leão é um curto, simples e não-sensacionalista documento sobre a falecida atriz. "Artesanato do Samba" de Vera Figueiredo e Zózimo Bulbul trata dos operários responsáveis pelas alegorias, decorações e fantasias das Escolas de Samba: é simples, objetivo e não carece de certo humor debochado. O melhor realizado entre os filmes deste gênero nos pareceu "Debret, Aquarelas do Rio" - 1970 de Raquel Ester Figner Sisson.

Houve um curta de ficção, "Uma Vez Flamengo" - 1970 de Valquíria Salvá, episódio de "Como Vai, Vai Bem?" - sátira feroz se bem que não totalmente realizada, de dois tipos muito comuns no homem brasileiro: o bebum e o machão.

Dois outros poderiam ser chamados de vanguardistas: "La Nouvelle Création" - 1967 de Ligia Pape, curtíssimo, que num prodígio de síntese fala do novo mundo das explorações espaciais; e "Ida e Volta" - 1972 de Ross Lacrete, um exercício de fotografia, coreografia e câmara, talvez inspirado nos trabalhos de Living Theater, com Joel Barcelos.

"Eu Sou Brasileiro" - 75 de Maria do Rosário Nascimento e Silva fica na metade do caminho. Sobre um magnífico material antropológico feito num centro de umbanda, foi infelizmente superposto um texto pesado, chato e pseudo-literário (algo como a narração de uma alma penada, ou de alguém em estado de possessão), que por não ser nem autêntico nem verossímil quase deita tudo a perder.

Muito se discutiu (e discute-se ainda) sobre qual a diferença entre filmes feitos por homem e mulher. No debate havido no MAM a respeito, o cineasta Fernando Cony Campos chegou a ofender pessoalmente a diretora Maria do Rosário (filha do Ministro da Previdência Social) por causa do tema, mais explosivo do que parece. Ora muito bem, não há diferença nenhuma entre filmes dirigidos por mulheres e filmes dirigidos por homens - salvo se o tema for especificamente feminino, ou seja, gravidez, emancipação, discriminação no trabalho, desigualdade perante certas leis, etc. Nesta temática específica, só uma mulher cineasta pode transmitir facetas que passariam despercebidas dos homens. Na temática mais geral e aberta, o que mais importa é o talento, e nada mais.

Apenas uma das diretoras da mostra revelou-se interessada nesses assuntos feministas de emancipação etc: Helena Solberg. Dela foram apresentados "A Entrevista" - 1968 (que surpreendentemente revela o despreparo incrível das mocinhas casadouras burguesas da Zona Sul do Rio de Janeiro) e "A Mulher Emergente" - 1974.

Merece especial destaque o trabalho da cineasta Tânia Quaresma sobre os cantadores nordestinos, de longe a melhor coisa da Retrospectiva. Ao estilo dos excelentes documentários de Geraldo Sarno, Tânia Quaresma realizou no Nordeste um longa-metragem sobre os cantadores da região. Na impossibilidade de vir a exibi-lo, pretende transformá-lo em diversos curtas - que também terão pouca chance de serem vistos dado ao nosso mercado anacrônico e petrificado. No MAM foi mostrado o último rolo deste longa - que parece tão importante quanto será provavelmente pouco visto.

Para terminar, podemos também notar que uma das grandes ausentes desta retrospectiva foi exatamente a mulher brasileira, não a burguesinha de unhas feitas, mas a mulher brasileira do povo. Onde as domésticas? Onde as operárias? Onde as prostitutas? Onde as mães das diversas classes sociais? Onde a negra? Onde a índia? Onde a mãe solteira? Onde a velhinha do asilo e as adolescentes no cio? Onde seus problemas, suas opiniões, perspectivas e soluções?

Talvez numa próxima retrospectiva futura...

JOÃO CARLOS RODRIGUES

AS DUAS FACES DO SHOW BIZ

Os dois lados do show-biz: no Museu de Arte Moderna, o som milionário "pifa". Nos subterrâneos da mpb, correndo as gravadoras, jovens artistas decidem lutar fora do esquema de empresários. Crítica publica hoje entrevista com Aline. Ninguém sabe quem é, claro. Ela não tem máquina promocional. Ninguém ouve. Todos preferem pagar caro num show caça-níquel. Todo mundo bem comportadinho, sentadinho no chão duro, sem reclamar. E os empresários faturando. Os artistas consagrados são cúmplices porque não fazem valer seu prestígio para impor um mínimo de respeito ao público. Até quando?

Ambiente de feriado: o centro da cidade quase vazio. Poucos carros correndo pelo aterro do Flamengo. A maioria dirige-se ao Museu de Arte Moderna. É a primeira noite da minitemporada de Caetano Veloso, organizada pelo empresário Guilherme Araújo. Poderemos chamá-la de temporada "caça-níquel", sem medo de injustiça: os ingressos custam 40,00 e 30,00 cruzeiros. O espetáculo é realizado numa sala que não tem cadeiras, quer dizer, é sentado no chão mesmo que o público vai assistir a Caetano e seus músicos. Durante o espetáculo a imponente mesa de som de 16 canais pifa várias vezes, a luz idem. Perguntei a uma amiga o que faltava pifar. Ela, mulher inteligente e sensível, veio com a resposta na ponta da língua: "O público".

Não estou escrevendo hoje para comentar o trabalho de Caetano Veloso: sobre seus dois últimos discos, já me referi aqui mesmo. Do show do MAM, só vale mesmo um registro sobre a absoluta falta de respeito ao público. Falta de profissionalismo é coisa muito séria. Amadorismo a preço profissional, então, nem se fala. O artista também é responsável, pois omitiu-se: na hora que o som pifou ele sorrateiramente escapuliu do palco, deixando a batata quente na mão do conjunto Bendegó (simplesmente sensacional). É claro que assim o público também pifa...

Hora de renovar

O espetáculo de Caetano dá margem a algumas reflexões sobre a tão falada música popular brasileira. Quando ele canta duas músicas "antigas" (essas as, as são muito relativas, mas...) a platéia não se manifesta, da mesma maneira que não se manifesta durante os intervalos provocados pela INCOMPETÊNCIA do empresário Gui-

lherme Araújo e sua equipe. Pouquíssimas pessoas cantaram "Alegria, Alegria" e "Sagrada Colina". O resto era silêncio, como diria Bill Shakespeare.

O que teria acontecido com o público de Caetano? Teriam as pessoas sido tragadas pelo desbunde? Não agüentaram a barra de ser vanguarda? Ou, como querem alguns, o trabalho pré e post-tropicalismo era tão raso que foi engolido pela primeira onda do pier, desaparecendo junto com as dunas do barato? Sei não. O que qualquer um saca na hora é que a coisa já não está mais pra ganhar festivais, nem para proibir as proibições. Perfurando os cartões, sejam os da loteca, sejam os do vestibular múltipla-escolha, as criancinhas maravilhosas tornaram-se sisudas pessoas consumidoras. Dia de sábado vão ao Caneção ver Chico e Bethânia, domingo tem almoço em alguma churrascaria e de noite tem Fantástico. Assim é o show da vida, e não há nada a ser feito, dizem.

Como o espetáculo tem que continuar, apesar do muito tudo, os criadores continuam insistindo. A coerência não é um lugar-comum nesse jogo de insistência. São poucos os casos de absoluta coerência: Chico Buarque em primeiríssimo lugar, para usar a linguagem dos disc-jóqueis. O MPB-4, completando agora 10 anos de atividades, é outro que deve ser lembrado. O resto é de difícil definição. É claro que estou me referindo aos chamados "históricos", excluindo os valores como Gonzaguinha, Suely Costa, que seriam, digamos, post-festivais. Também não foi por esquecimento que omiti o nome de Milton Nascimento: este merece um artigo à parte.

Talvez o pouco público presente ao show de Caetano no MAM (verdade que a temporada do João Caetano foi um sucesso absoluto) leve a um raciocínio: é hora de sangue novo. Alceu Valença começou temporada carioca na moita e



Enquanto no MAM paga-se 40 cruzeiros para um show de incompetência, muita gente luta sem verbas

de repente "aconteceu". Fagner tem seu primeiro disco ("Manera Frufrú Manera") que foi lançado e sabotado pela Philips) disputado a peso de ouro, Geraldinho Azevedo impressiona quantos conhecem seu trabalho, Walter Franco comove Belchior, o grande poeta de "Palo Seco" está compondo a mil. Roger e Teti gravam um disco quase secreto (por incompetência promocional da RCA) que é uma obra-prima. Quer dizer: matéria-prima para a renovação não falta.

O que acontece é que a estrada é longa e muito acidentada. Para que os leitores de crítica sintam um pouco a barra que pesa sobre as pessoas que decidem viver da e para a música, ouvimos o depoimento de Aline. Vai na íntegra, mesmo:

"Durante a infância, nas serestas da família, fui eleita cantora. Foi o meu batismo. A primeira vez que subi no palco foi inevitavelmente no colégio de freiras. Claro que foi uma sessão de declamação e eu taquei o inevitável "Navio Negroiro". Para minha surpresa, recebi o primeiro prêmio. Daí fiquei animada e resolvi ser artista. Primeiro parti para a dança, no Conservatório Lorenzo Fernandes. Logo depois já estava no Canto Coral. Aos 16 anos cantava jazz e bossa-nova, duas fontes para quem quiser matar a sede de música. Ai eu achei que chegara o momento de ir para a capital. Em Belo Horizonte, li-guei-me ao pessoal que estava fazendo música: Toninho Horta, Sirlan, Murilo, Tavinho, Tavito, Nelson Angelo, Márcio Borges, Milton Nascimento e o maior violonista que já ouvi no Brasil, Hugo Luis."

O Festivaletudo

"Foi lá em BH que fiz uma série de shows, inclusive o "Festivaletudo", uma crítica aos festivais. Fiz também um dos trabalhos que reputo mais importantes em minha já acidentada carreira, o show O Velho e o Novo, com Clementina de Jesus, a maior cantora brasileira, seguida de muito perto por Nara Leão. Participei de muitos festivais municipais: Montes Claros, Caratinga, Ouro Preto, Juiz de Fora, Santa Rita de Sapucaí, Sete Lagoas, Uberaba, Governador Valadares. Em todos eu consegui classificar as músicas que defendia.

Um fato curioso ocorreu em Caratinga: depois de participar de diversos festivais, vencendo sempre, me informaram que não me aceitarão mais como concorrente para dar vez aos novos" e eu

fiquei curtindo uma de "hors-concours". Um ano eu estava cantando e o Zivaldo, que presidia ao júri, subiu no palco aos berros: "Supermãe! Supermãe!": eu estava amamentando meu filho e levei-o para o festival.

Para minha carreira o mais importante foi o de Juiz de Fora: recebi o prêmio de revelação como intérprete. Eu digo que foi importante porque o festival era de nível nacional e a imprensa toda considerava-o o mais importante de todos. Depois ainda transei uma série de coisas lá em Juiz de Fora.

Já em 1972 eu resolvi comprar um jipe e sair pela estrada cantando, mas para isso precisava descolar uma nota e resolvi enfrentar a barra do Sílvio Santos. Ganhei cantando Expresso 2222 do Gil e Atrás da Porta, de Francis Hime e Chico Buarque. Tive até nota cinco do Zé Fernandes! Ele me chamou de "Sarah Berhardt da canção", imagine! Mas glória e queda chegaram juntas: torrei a grana e fui contratada pela RCA. Eles estavam sem nenhuma grande estrela e acharam que eu tinha condições para ser, sei lá, a Gal Deles, a Bethânia, enfim uma campeã de vendagens. Ai nem dá para contar: gravei várias vezes uma música de Caetano Veloso, chamada "Amo-te (mesmo?) muito". Cada gravação teve um arranjador diferente. Até hoje o disco não saiu. Por quê? Pergunta pra RCA. Depois gravei um compacto com músicas de Piry e Geraldinho Carneiro (Viva México e Quase Meio Dia). O compacto foi recolhido. Eles raciocinam assim: "compacto não lança estrela. Tem que ser um Lp." Ai eu achei que iria gravar um longa-duração. Até hoje, nada. Claro que sai da RCA.

Cantando na Lapa

"Bem, aí o dinheiro do Sílvio Santos já tinha virado pó (ou seria melhor dizer, leite, pão, essas coisas?) e a barra pesou. Fui cantar na Lapa, a Broadway carioca. Ganhava 50 cruzeiros por noite. Foi muito legal: eu era a estrela das mariposas, que inclusive me protegia das cantadas mais afoitas: "ela é casada, cara." A música que elas mais pediam era "Esse Cara" de Caetano. O repertório predileto era Chico, Noel, Gil, Caetano, Nelson Cavaquinho e Milton Nascimento. Daí dá para sentir como é furado o papo desses caras das gravadoras que dizem que povo não gosta de boa música. Um de meus fãs era João Francisco dos Santos. Dizendo assim, ninguém sabe quem é: mas na Lapa todo mundo conhecia Madame Satã."

Circuito aberto

Pouco depois conheci o poeta, jornalista e compositor Xico Chaves, que estava organizando o primeiro Circuito Aberto de Música Brasileira, no teatro Gil Vicente. Ali conheci um cara chamado Aldeoni. Nasceu uma amizade e a idéia de um trabalho. A idéia amadureceu e nós estamos aí com O Riso e a Faca. Numa parte, Aldeoni apresenta seu trabalho e na outra, me acompanha ao violão. Tudo com o suporte do Mug na guitarra, Mauro na Bateria e Zé Rô no baixo. Os arranjos são do próprio Aldeoni e o repertório inclui, além da música de Caetano, uma de Tom Zé que dá título ao trabalho. Título e síntese. Eu canto também duas músicas de Suely Costa, uma de Marlui Miranda e Xico Chaves, e outras. Sem deixar de citar Palo Seco de Belchior e Gracias a la vida, da chilena Violeta Parra."

Enquanto os empresários estabelecidos mostram que o negócio é ganhar dinheiro, sem a menor consideração com o público, como fez a equipe de Guilherme Araújo no MAM, é hora de prestigiar essa turma que está aí trabalhando num regime quase subterrâneo, sem máquina de divulgação, só com o intuito de mostrar um trabalho, uma disposição para ocupar um lugar na criação musical. É bom saber que eles estão aí, e é de certa maneira consolador saber que eles têm uma postura existencial que coloca sua arte como uma profissão voltada para fora e não para uma visão introspectiva do mundo e das coisas. Verdade que muita gente já começou assim e depois partiu pra outra, mas é, no mínimo, bom, ter uma esperança.

ANTONIO OSÉAS

Rodrigo Farias Lima e Flávio Bruno apresentam

VIVA O CORDÃO ENCARNADO

De Luiz Marinho - Direção de Luiz Mendonça
Prêmios Molière Rio 74

Com JOÃO JOSÉ POMPEO, YOLANDA CARDOSO, GRACINDA FREIRE, ANTONIO PITANGA, SADI CABRAL, TÂNIA ALVES, WALTER BREDÁ, ELBA RAMALHO e mais 20 atores e músicos.

TEATRO APLICADO

Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 931 - São Paulo
De 3ª a 6ª às 21 horas. - Sábados às 20 e 22,30 horas.
Domingo às 18 e 21 horas. - Ingressos: Cr\$ 40,00
Estuds.: Cr\$ 20,00 - Aos Sábados Preço Único: Cr\$ 40,00

CORONEL CORIOLANO POETA POPULAR

**“Sou Rafael de Carvalho
Poeta paraibano,
Condição de que me ufano
Pois versar é meu trabalho!
Entre o povo me agasalho
Sentindo-lhe as emoções
Depois transformo em canções
Seus sonhos de liberdade
Por isso eu fico à vontade nos
braços das multidões”...
(Do show “É muito socó pra
um socó só coçar”)**

Para Rafael de Carvalho, a poesia é mais que necessária - é vida. Homem dos sete instrumentos, ator, poeta popular, cantador, cantor, compositor, dançarino (das danças folclóricas da sua Paraíba, como o coco e o bumba-meu-boi), por causa da poesia - "sinônimo de liberdade", diz - já sofreu todo tipo de pressão, que ele atribui ao tema que louva em sua arte: as aspirações do povo. Ator bem sucedido, no cinema e na televisão, Rafael acima de tudo é um artista que deseja ser só poeta. Do povo.

Caicara, região do Brejo, na Paraíba. Num ano sem ano, pois ele não foi registrado e não sabe exatamente quando foi, Rafael nasceu. Família pobre, o pai alugava a terra onde plantava a seu latifundiário irmão. "Meu tio era o dono de tudo e mandava na região. A gente podia usar a terra, que nunca chegou a ser nossa. Da luta de meu pai para ter sua plantação, me veio a compreensão da luta do homem do campo para ser dono da terra. Ainda garoto, abandonei tudo e fugi, escondido num trem, pois não tinha com que pagar a passagem. Em João Pessoa, fiz o que faziam, na época, as pessoas sem recursos que vinham do interior: fui sentar praça no quartel. Ali, aprendi a ler, escrever e consegui uma certidão de nascimento. Servi no Recife, como praça, onde pude estudar canto, graças a um major que dirigia a banda do 30º BTL. Ele me ouviu cantar, gostou da minha voz e me conseguiu aulas de música. Enquanto estive em Pernambuco, estudei teoria musical e canto, isto lá por 1936!"

De Pernambuco, Rafael foi mandado para a Bahia. Depois de algum tempo, deu baixa. "Fui servir em Ilhéus, em 1942 em plena guerra mundial. Queria ir para a Itália, defender a liberdade. Mas creio que fiz alguma coisa errada - só hoje eu entendo que deve ter sido por causa de um livro sobre a maneira de viver na URSS, que sempre carregava embaixo do braço - pois em vez da partida junto com a FEB, fomos eu e mais 7 colegas desmobilizados e ameaçados de fuzilamento. Creio que o n comandante, na época, não gostava muito liberdade."

Sem o exército, Rafael teve que procurar outras ocupações. No interior da Bahia trabalhou nas fazendas de cacau; aí conheceu de perto a vida de seus trabalhadores. Também não agradou muito ao patrão, que o queria prender e, ajudado pelos seus amigos lavradores, voltou para Salvador.

Desafio à academia

"Aí, resolvi que devia tentar a carreira. Comecei a cantar num programa da Rádio Sociedade da Bahia, me entrosei com os boêmios de lá comecei a fazer versos, acadêmicos, pois poesia, fiz desde menino, quando dançava coco no ganzá da fazenda e improvisava versos, nos moldes da literatura de cordel, que aprendi com meu pai e meu avô, que era poeta."

"Todos os cantos que eu canto
Eu canto o canto dos povos
Abrindo horizontes novos
Num combate sacrossanto
Dos continentes levanto
O clamor das multidões
Por isso as minhas canções
Tem sangue e amor agitados,
Nos peitos mais inflamados, arreventa os
corações!..."
(“É muito socó pra um socó só coçar”).



Rafael de Carvalho:
Coriolano é tão real quanto
os coronéis do cacau.

falou de outra coisa: as autoridades emudeceram. Não recebi mais nenhum prêmio."

Reaprendendo poesia

Naquela noite, Rafael rompeu com Academia e acadêmicos. Levado pelos poetas novos, boêmios, ligou-se definitivamente a poesia popular, que não tem versos perfeitos, mas a perfeição das verdades que conta. Naquela noite, o beletismo perdeu um poeta e o povo ganhou um cantor.

"Me senti frustrado e isolado da camada social para a qual dedicara meu trabalho até então. Rompi com ela e me liguei à Cuica de Santo Amaro, o maior poeta popular da Bahia, ouvia os cegos que cantavam na porta do Elevador Lacerda, bebia com os poetas de botequim. Aí comecei a reaprender poesia. "Prefiro o verso quebrado/com muitas rimas em ão/ Como planfeto amassado/Nos dedos da multidão..."

Foi na Bahia que Rafael de Carvalho fez seu aprendizado. Conheceu muitos cantadores e poetas, se tornou amigo do cangaceiro Antônio Silvino, até a morte do famoso personagem. Com Silvino aprendeu tudo sobre cangaço, a sede de justiça dos homens acuados e marginalizados do sertão, muitos dos quais acabaram como um misto de bandido e de herói.

"Nos fundos da Casa Grande/
No negrume das senzalas
Tremiam corpos desnudos/
Tremiam suspiros, falas,
Para que o açúcar branco/
Alvejasse as roupas brancas/
Dos brancos corpos dos brancos/
Nas brancas noites de galas..."

Com a mesma seriedade com que rejeita ser famoso, "como esses poetas que dizem "sou do povo", até ficarem conhecidos e se esquecerem das suas origens", ele continua a defender suas idéias, mesmo que às vezes tenha que pagar por isso. "Não faço política, faço poesia, faço arte em todas suas formas de expressão. Só que canto o canto dos povos e algumas vezes, isto é meio incômodo para alguns."

Rafael de Carvalho fundou e dirige a Associação dos Folcloristas, que preserva e difunde os



temas folclóricos do nordeste por todo o sul do país. Para ele, é toda uma forma cultural que precisa ser conhecida e respeitada. Na televisão está terminando «Gabriela» (Globo). E no cinema começa a filmar na Paraíba, «Fogo Morto», de José Lins do Régio, num papel que segundo ele, realiza o seu e o sonho de qualquer ator: o Papa Raio, o coronel do romance que, acha Rafael, é o D. Quixote da literatura brasileira.

Sua realização completa, porém, é mesmo fazer em ginásios, teatros populares e em todo lugar onde houver gente que queira ouvir coisas do povo. O espetáculo é criação do próprio Rafael, que canta e dança, além de tocar violão, como «É muito socó pra um socó só coçar» que já se exibiu com grande sucesso para estudantes e trabalhadores em cidades do interior paulista. "Ele está onde for chamado, é só alguém querer ouvir e a gente vai cantar. Além da crítica a certas coisas que acho criticáveis, tem muito folclore e folcuedos populares."

VERA RODRIGUES SILVA



Salvador

ARMÁRIOS EMBUTIDOS - COZINHAS - MÓVEIS
DIVISÓRIAS - INSTALAÇÕES ESPECIAIS

Ind. e Com. de Armários Emb. e Moveis Ltda. - R. Constancio Alves, 2 - Saúde - Tel. 3-1990



Bahia



A ESTÉTICA BURGUESA POSTA EM QUESTÃO

“Assim como Fellini, que rebusca seu passado para denunciar o grotesco, o desumano, o kitsch, a farsa, a ilusão política, registro também minha experiência vivida e a fantasia acumula da”, diz Germano Blum, autor de uma das mostras mais importantes do ano, no Museu Nacional de Belas-Artes



A exposição de Germano Blum no Museu Nacional de Belas-Artes transcende o caráter de mostra de um artista lucidamente voltado para os problemas de seu meio de expressão, para significar algo bem mais importante no processo cultural brasileiro. Essa importância se passa em termos de várias oposições que a carga de informação e o discernimento crítico do autor resolvem: a vivência europeia contra a temática arraigadamente brasileira; o “kitsch” contra uma visão intelectual das mais indagadoras; a aguda (e conseqüentemente desencantada) visão do panorama artístico do Brasil atual, de encontro a uma confiança no vir-a-ser da arte nacional, confiança que se revela no afã do artista em propor novas invenções, arriscar soluções, enfrentar técnicas e processos novos.

Neste particular, aliás, Blum se exercita num virtuosismo técnico que consiste em desenhar a grafite sobre a tela, vencendo as óbvias dificuldades deste casamento, bem como de lançar mão de processos de desenho animado (que ele aprendeu na Escola Superior de Artes Industriais, de Praga, tendo sido aluno do pai do desenho animado tcheco, o desaparecido Jiri Trnka) para obter os efeitos óticos da colagem, sem fixar o texto na tela, mas imprimindo-o nesta.

Tudo será habilidade técnica nessa mostra do Belas-Artes? Bem ao contrário, a primeira dificuldade do crítico, diante de um trabalho tão rico e de uma personalidade que assume de modo tão abrangente seu “zeitgeist” como o autor, seria a detecção do que, na obra, pudesse ser arrolado como manipulação de uma tecnologia, domínio de uma série de processos e, em outro plano, o que pudesse ser creditado ao sentimento do mundo de que a visão crítica e a obra de Germano Blum aparecem fundamente impregnadas.

Alguma biografia

Nascido no Recife, em 1936, com uma infância dividida entre Alagoas e Bahia, Blum veio muito cedo para o Rio, tendo cursado a Escola Nacional de Belas-Artes e morado na Tchecoslováquia nos anos de 67 a 70 e na Alemanha, nos de 71 e 72, como bolsista dos governos daqueles países. Correu em seguida a região balcânica, o Oriente Médio, tendo-se fixado por mais tempo na Turquia.

Ainda na Escola de Belas-Artes liderava, juntamente com Serpa Coutinho, Urian, Benevento e Sérgio da Silveira, o chamado Grupo Diálogo que visava a uma tomada de consciência do papel do artista na sociedade contemporânea, propondo-se a sensibilizar não apenas uma grande faixa potencial de apreciadores da obra de arte que desta não se aproximavam por desinformação, mas ainda a grande maioria dos alunos da própria escola, para quem a atividade artística aparecia como algo elitista, consistindo apenas no contínuo apuro de algumas técnicas

e na edificação de um mercado pessoal. Esse grupo percorreu universidades e associações questionando o papel da arte, através de mesas-redondas, seminários etc. e se não chegou a representar a ruptura pretendida com as alienadas concepções da profissão de artista, foi uma contribuição bastante válida ao processo cultural brasileiro. De volta ao Brasil, expôs uma série que mereceu um demorado estudo de Waldir Ayala, possivelmente o crítico que distinguiu mais argutamente as ambivalências críticas (inclusive as de sentido social) de uma linguagem que Germano Blum lançava: o “kitsch”.

A uma pergunta nossa sobre o parentesco entre essa e a fase de agora, o artista é enfático:

GB - Esta série atual não chega a ser um desdobramento do tratamento do “kitsch”, embora vários vocábulos desse código aí estejam. Aquela fase, que cobriu meu trabalho nos anos de 72 e 73, era, antes de outra qualquer coisa, um registro: fui um garoto de subúrbio, antes da era da TV. O cinema e as histórias em quadrinhos eram meu mun-

do, junto com os carlitos que anunciavam nas ruas de Madureira as promoções, do comércio local. Enchi cadernos e cadernos com histórias em quadrinhos baseadas em filmes que eu via quase diariamente.

Quadrizei, cena por cena, «O Cangaceiro», de Lima Barreto, que então me pareceu o máximo. Walt Disney era meu ídolo. O Carlitos de Chaplin só me veio depois, já como frequentador de cinematecas. Da comparação deste com sua versão suburbana, que me era tão familiar, pude estabelecer um dado cultural específico. A partir deste, procurei fazer ver a relatividade do conceito de “kitsch” e nisto as teorias de Abraham Molles tiveram uma grande influência sobre meu trabalho. Por exemplo: em Viena observei que uma geração entusiasta da música atonal, serial, etc., considerava Mozart e Beethoven como “kitsch”. Então eu, que, nos meus tempos iniciais de universitário, tinha como parâmetros o realismo e mais acentuadamente o expressionismo - as figuras em Goya e Bosch, os olhares em Daumier - sai em busca do tempo perdido, para

reencontrá-lo nos meus arquétipos suburbanos. Então os valores estéticos dessas pessoas não mereceram de mim um distanciado olhar bem-pensante que os rotulasse superficialmente de kitsch; mereceram uma investigação, um aprofundamento temático.

Cinema e arte popular

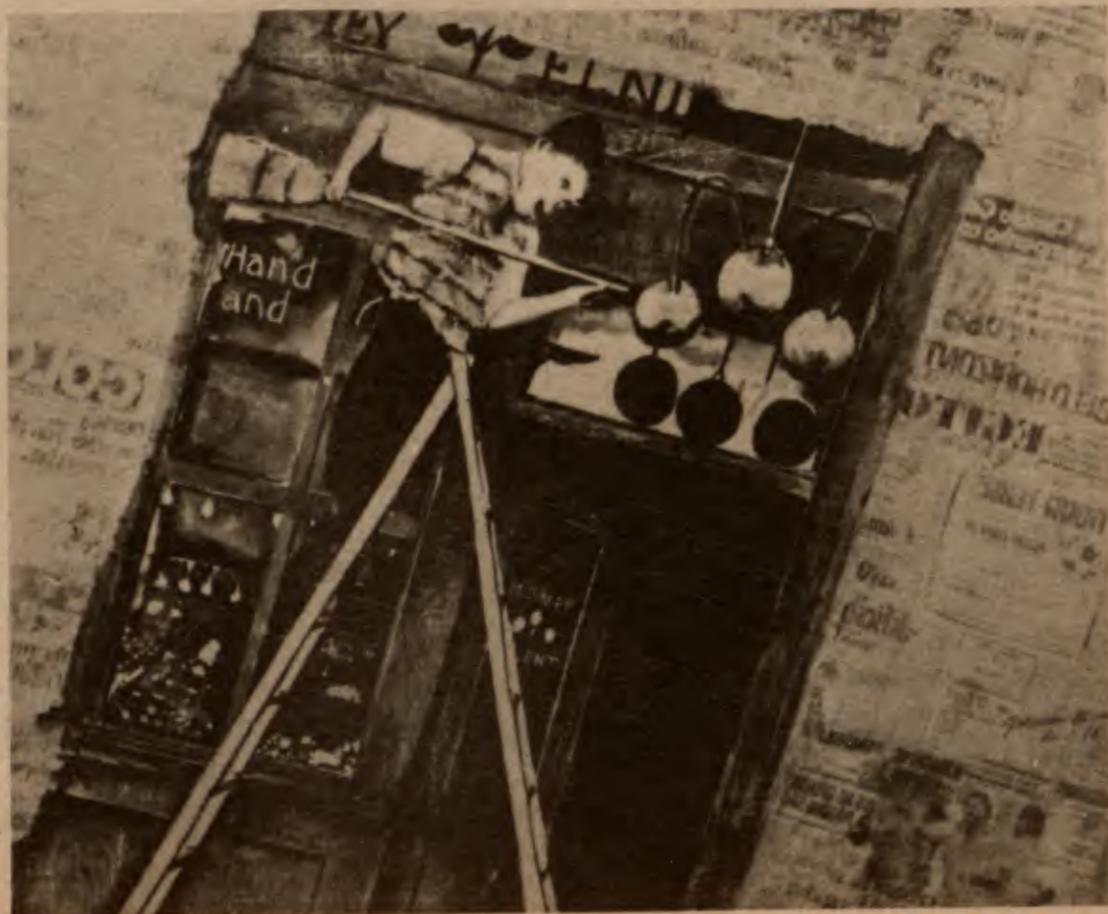
C - Você começou dizendo que a série de agora não é um desdobramento da anterior mas admite que algo do vocabulário dela subsiste. Em que termos isto ocorre?

GB - Trata-se de uma nova discussão sobre determinados estereótipos, na qual lanço mão dos mesmos apontamentos (estes os elementos do vocabulário anterior que sua pergunta registra) deslocando o ângulo de observação. São seis situações pesquisadas em filmes de Carlitos, um painel sobre o bang-bang, ao qual chamei de “westereótipos” e a discussão plástica de dois momentos de Eisenstein em «Que Viva México!». Busquei estabelecer nexos entre a parte formal e o conteúdo do trabalho, usando, por exemplo, a cor à maneira dos fauvistas, berrante, como ela é encontrada no mundo plástico que tomo como referência: o subúrbio. Uso muito o jornal não no sentido do “collage” picasiano ou braqueano, mas procurando fixar a carga de pobreza de precariedade do jornal, como, por exemplo, mendigos dormindo enrolados em jornal, janelas desmanteladas tapadas com jornal.

Completam minha mostra 12 trabalhos em que, sem abandonar a linguagem de cinema, entro em outra área que me motivou tanto quanto o proletariado urbano: a arte popular do interior do Brasil. Em recente viagem que fiz ao norte e ao nordeste, vi e adquiri muita coisa da arte do povo, desde os clichês dos herdeiros de Vitalino até coisas puríssimas, irrepetíveis, como duas sereias de cerâmica que trouxe de Alagoas, que estão num dos quadros que agora expõem, chamado «Terremoto/Maremoto», onde tentei captar uma graça onírica que encontrei nelas numa medida poucas vezes encontradas nas obras de arte erudita que vi até hoje.

Menciono este detalhe para que se compreenda que não estou indo buscar no folclore inspiração para um trabalho intelectual, à maneira de Villa-Lobos ou Bela Bartók. Aproximo-me da estética popular como o fariá para com os estereótipos de qualquer outra cultura - com um total descondicionamento, vale dizer uma total ausência de preconceitos. Se minha obra advoga alguma coisa, será a deposição dessa visão viciada que consiste em só ver os valores de outra classe social verticalmente, quando não será nenhuma novidade, em termos de história, a possibilidade de o tempo vir a fixar esses e não os dominantes, como os verdadeiros valores do nosso século. Não podemos perder de vista que a modernidade de uma obra de arte será sempre ideológica, nunca formal; do contrário teríamos apenas um pretencioso modernismo.

RUY SAMPAIO



Chaplin de Blum: mais para Madureira que para Hollywood